



PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE

2022 a 2032



VERSÃO PRELIMINAR
CONSULTA PÚBLICA









PREFEITURA DE SÃO PAULO



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

Em memória
Bruno Covas

Prefeito
Ricardo Nunes

Secretário de Governo Municipal
Rubens Rizek Jr.

Secretário da Casa Civil
José Ricardo Tripoli

Controlador Geral do Município
Daniel Falcão

Secretário da Fazenda Municipal
Guilherme Bueno de Camargo

Secretário Especial de Comunicação
Marcus Vinicius Sinval

Secretária Municipal de Cultura
Aline Torres

Secretária Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Trabalho e Turismo
Aline Cardoso

Secretário Municipal de
Assistência e Desenvolvimento Social
Carlos Alberto Q. Bezerra Jr.

Secretária Municipal de
Direitos Humanos e Cidadania
Claudia Carletto

Secretário Municipal de Educação
Fernando Padula

Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Carlos Augusto Manoel Vianna

Secretário Municipal de Habitação
Orlando Faria

Secretário Municipal
de Infraestrutura e Obras Urbanas
Marcos Monteiro

Secretário Municipal
de Inovação e Tecnologia
Juan Quirós

Secretária Municipal da Justiça
Eunice Prudente

Secretário Municipal de
Mobilidade e Trânsito
Ricardo Teixeira

Secretária Municipal da
Pessoa com Deficiência
Silvia Grecco

Secretária Municipal de
Relações Internacionais
Marta Suplicy

Secretário Municipal de Saúde
Edson Aparecido dos Santos

Secretária Municipal
de Segurança Urbana
Elza Paulina de Souza

Secretário Municipal
de Subprefeituras
Alexandre Modonezi

Secretário Municipal de
Urbanismo e Licenciamento
Marcos Duque Gadelho

Secretário Municipal do
Verde e Meio Ambiente
Eduardo de Castro

Secretária Executiva de
Planejamento e Entregas Prioritárias
Vivian Satiro

Secretário Executivo de
Projetos Estratégicos
Alexis Vargas

Procuradora Geral do Município
Marina Magro Beringhs Martinez

Secretário Executivo de Gestão
Fabricio Cobra Arbex

Secretária Executiva de
Desestatização e Parcerias
Tarcila Peres Santos

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



Sumário

1	CARTA DO PREFEITO	PÁG. 06
2	CARTA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO	PÁG. 10
3	INTRODUÇÃO	PÁG. 14
4	CONTEXTO ECONÔMICO DA CIDADE	PÁG. 22
5	OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA	PÁG. 54
6	METRÓPOLES EM TRANSIÇÃO	PÁG. 54
7	O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PÁG. 104
8	EIXOS NORTEADORES	PÁG. 132
	8.2.1 - INCLUSÃO	PÁG. 140
	8.2.2 - COMPETITIVIDADE	PÁG. 160
	8.2.3 - SUSTENTABILIDADE	PÁG. 180
	8.2.4 - AGENDA DE INOVAÇÃO	PÁG. 198
	8.2.5 - AGENDA DE TERRITÓRIO	PÁG. 218
	EXPEDIENTE	PÁG. 239
	BIBLIOGRAFIA	PÁG. 243

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



01



CARTA DO PREFEITO

CARTA DO PREFEITO

São Paulo é a terra das oportunidades, onde quem quer trabalhar, crescer e se desenvolver encontra condições para vencer. Uma cidade cosmopolita, que recebe pessoas de todos os cantos do mundo devido ao respeito que a nossa população tem por culturas, raças, gêneros, religiões e tudo aquilo que possa ser diferente.

Essas características fizeram com que a população e o produto interno bruto de São Paulo crescesse por décadas de forma vigorosa, passando a liderar desde 1960 o posto de capital mais rica e populosa do Brasil e uma das principais do mundo. A cidade responde por mais de 10% do PIB nacional, o que faz com que 87% das pessoas que vivem no município afirmem que São Paulo é a melhor cidade para trabalhar.

A diversidade econômica e a difusão por todo o território é a marca da economia paulistana. Ocupamos a liderança nacional em setores tradicionais como comércio e serviços, mas também está no DNA de São Paulo ser vanguarda em áreas que despontam como a tecnologia e a economia criativa, o que só reforça os motivos da Capital ter sido apontada como a melhor cidade brasileira para empreender.

Apesar de termos nos beneficiado de um crescimento importante, temos clareza que precisamos ainda avançar em assuntos como a desburocratização, melhoria do ambiente de negócios, qualificação da mão de obra, investimento em infraestrutura e diversos outros temas que farão com que São Paulo siga a rota do desenvolvimento.

Para trilhar esse caminho de crescimento e prosperidade, a Prefeitura de São Paulo iniciou em 2019 sob a liderança do Prefeito Bruno Covas - a quem sempre faço questão de expressar minha saudade e gratidão - a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), que traz uma visão na área econômica de como queremos ver a cidade nos próximos 10 anos.

Esse estudo foi realizado em parceria com a sociedade civil e o setor privado, que durante os últimos dois anos viram a economia de São

Paulo ser impactada pela crise causada pela pandemia de Covid-19.

O enfrentamento da maior crise sanitária dos últimos cem anos, marcada pela irreparável perda de milhares de vidas, nos impôs desafios sem precedentes na história, tanto no campo social quanto no econômico.

Durante os piores momentos da pandemia tivemos que redirecionar grande parte dos recursos públicos para as áreas de saúde e assistência, mas não deixamos de apoiar os trabalhadores e empreendedores com a manutenção de milhares de empregos, bolsa-auxílio e financiamentos.

Hoje, a cidade de São Paulo é reconhecida como a capital mundial da vacina, aplicando o imunizante em praticamente a totalidade da população adulta e jovem. Isso nos dá tranquilidade para planejar o futuro com menos incertezas e alavancarmos o desenvolvimento econômico da capital.

A pujança de São Paulo é mostrada durante a pandemia, quando os setores econômicos se reinventaram, mantendo a chama acesa do desenvolvimento. Em 2022 a maioria dos setores já estão próximos do nível de emprego pré-pandemia e algumas cadeias produtivas já ultrapassaram seus recordes históricos, como a tecnologia, por exemplo.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico reflete a coragem da Prefeitura de São Paulo em ser o grande impulsionador do desenvolvimento da sociedade paulistana nos próximos 10 anos. Por meio de cinco eixos estratégicos, este documento pactua diversos projetos e medidas de recuperação econômica, preparando a cidade para o espírito dos novos tempos.

Chegou o momento de olhar para o futuro e nos estruturarmos para garantir a retomada do crescimento econômico nos próximos anos e preparar a cidade para no longo prazo ser cada vez mais pujante e inovadora. Assim, poderemos oferecer um futuro melhor para quem escolheu São Paulo para morar, investir e sonhar!

Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



02



**CARTA DA SECRETÁRIA
MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, TRABALHO
E TURISMO**

CARTA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico – PMDE 2022-2032 é um documento estratégico da Prefeitura de São Paulo fruto de um esforço de mais de três anos de servidores municipais, agentes públicos, empresários, lideranças de entidades, associações, federações e sindicatos, além da população que vive e trabalha em São Paulo.

Neste documento você encontrará um planejamento norteador que tem como objetivo consolidar São Paulo como uma das principais cidades do mundo na atração de investimentos e na melhoria do atendimento ao empreendedor, gerando emprego e renda e promovendo qualidade de vida ao cidadão.

O PMDE está dividido em **5 eixos, 15 diretrizes e 35 propostas** apresentadas nesta publicação. Essa estruturação se desdobra em diversas ações, que irão impactar fortemente os rumos da economia da cidade. Para chegarmos a esse resultado foram realizadas dezenas de reuniões com representantes de centenas de entidades, organismos e empresas, que trouxeram seus problemas, mas também propuseram projetos para melhoria dos setores.

A pandemia, que nos fez viver o fechamento da economia paulistana e a necessidade de todos se unirem para uma reabertura responsável, acabou por aproximar ainda mais os setores público e privado. Aos poucos, fomos associando informações e desenhando estratégias, uma delas a de elencarmos 10 setores estratégicos, que totalizam cerca de 78% dos trabalhadores da Capital. São eles: comércio e varejo; economia verde e sustentabilidade; economia criativa; educação e qualificação; infraestrutura e construção; indústria; saúde, esporte e qualidade de vida; serviços financeiros e profissionais; tecnologia e inovação; turismo e gastronomia.

Todos os setores produtivos estão contemplados no PMDE, mas essas 10 áreas terão uma atenção especial e serão a nossa aposta para fazer com que São Paulo se fortaleça economicamente e socialmente nos próximos anos.

A equipe responsável pela elaboração do PMDE, que contou com contribuições de representantes de várias secretarias, através da Secretaria de Governo, mas também com o fundamental apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, analisou os principais planejamentos da Prefeitura de São Paulo, como o Plano Plurianual, o Plano Diretor Estratégico, o Programa de Metas, a Agenda 2030 e o Plano de Ação Climática. Foram selecionadas ações e diretrizes estruturantes na temática do desenvolvimento, mas também metas de outras políticas públicas que acabam contribuindo para o aumento da circulação de riqueza na cidade.

O PMDE propõe a atuação de todas as secretarias municipais e órgãos públicos, para que em conjunto com o setor privado e a sociedade civil, ocorra uma estratégia integrada de desenvolvimento.

Para acompanhar a execução do PMDE nos próximos 10 anos, e receber periodicamente sugestões debatidas nas Câmaras Temáticas, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que será um canal de diálogo entre a Prefeitura e parte do secretariado com o setor produtivo e a sociedade.

São Paulo quer continuar sendo a locomotiva do Brasil, mas sabe que para isso precisa antecipar transformações e estar preparada para as oportunidades que surgirão. A partir deste Plano queremos reposicionar o município no cenário global, competindo com as principais cidades do mundo. A São Paulo do passado e do presente é a nossa inspiração para projetar a São Paulo do futuro: uma cidade de todos e para todos.

Aline Cardoso

Secretária Municipal de
Desenvolvimento Econômico,
Trabalho e Turismo

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



03



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul e conta com mais de 12 milhões de habitantes, dos quais cerca de 60% compõem a força de trabalho da cidade. A capital paulista é a mais populosa da América do Sul e uma das mais populosas do mundo, com ampla diversidade cultural, construída por sucessivos fluxos migratórios.

A estrutura econômica da cidade é formada pelos mais diversos setores como comércio, serviços, indústria, turismo e agricultura. Esse dinamismo e diversidade característicos da capital formam o maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal do Brasil, fazendo de São Paulo uma das metrópoles mais ricas do mundo.

Em contrapartida, estudos mostram que São Paulo é a cidade mais desigual do país em acesso a oportunidade de emprego. Na capital, os 10% mais ricos têm nove vezes mais empregos disponíveis a uma distância de 30 minutos de caminhada de onde moram do que os 40% mais pobres.

Estes dados só refletem a importância e necessidade de se pensar o futuro da capital, trabalhando em iniciativas e ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Em 2019, a Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, a partir de estudos e análises de experiências de outras cidades globais, deu início ao processo de construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico – PMDE, o primeiro plano econômico já elaborado na cidade, que visa estruturar e direcionar o desenvolvimento econômico do município para a próxima década.

O PMDE tem como objetivo a produção de uma agenda que impulse as forças e potencialidades da economia paulistana e, ao mesmo tempo, auxilie na superação de desafios e fragilidades. A proposta é unir os setores público e privado, numa estratégia de maximização do potencial econômico da cidade, com compartilhamento de benefícios sociais por todos.

O plano foi pensado para um curso de 10 anos e para sua elaboração foi efetuada, desde 2019, uma série de estudos para entender e potencializar as vocações econômicas e as tendências desta grande metrópole. Além disso, foram realizadas diversas oficinas e encontros para a discussão de ações que deverão ser desenvolvidas na próxima década, para que a cidade possa alcançar um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Mas, no meio de todo este processo de planejamento, São Paulo teve que enfrentar um dos maiores desafios da atualidade, o combate à Covid-19.

Em fevereiro de 2020, a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo confirmou o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. Em 11 de março de 2020, a doença foi caracterizada pela OMS - Organização Mundial da Saúde como uma pandemia. A partir de então, a Prefeitura de São Paulo declarou medidas restritivas para a capital paulista a fim de conter o avanço da Covid-19. Entre as medidas analisadas estavam a antecipação de feriados municipais e o fechamento de setores econômicos que não atuavam na linha de frente de combate ao coronavírus.

A partir de então, São Paulo, conhecida como a cidade que não para nunca, pela primeira vez na história fechou as portas dos seus principais setores produtivos. A iniciativa, a fim de conter a contaminação da Covid-19, afetou não apenas o rendimento das principais empresas da Capital, como atingiu diretamente os donos de pequenos negócios e os trabalhadores paulistanos. O fechamento destes setores promoveu uma queda de 14,1% no número de ocupações paulistanas entre o 1º e o 3º trimestre de 2020. Foi ao longo do 3º trimestre de 2020 que o mercado de trabalho esteve em situação mais crítica durante a pandemia, em que os setores de economia criativa e turismo e gastronomia foram os mais afetados, com queda de população ocupada em 26,6% e 25,2% respectivamente.

Em junho de 2020, a Prefeitura de São Paulo deu início à reabertura da economia, juntamente com as entidades setoriais para que a retomada dos setores econômicos ocorresse de maneira segura. Os órgãos municipais analisaram as propostas e definiram regras para reabertura dos estabelecimentos paulistanos, um trabalho importante feito com as entidades setoriais que compõem a matriz econômica da cidade. Grande cumplicidade se estabeleceu entre o setor público e privado, todos estavam comprometidos com a volta

da circulação de pessoas, mas engajados no cumprimento dos protocolos sanitários para preservar vidas.

No entanto, a reabertura destes setores não foi suficiente para a restituição dos empregos e da renda perdida por milhares de trabalhadores e empreendedores da cidade. A superação da pandemia e de suas consequências sociais e econômicas tornou-se o principal desafio da Prefeitura de São Paulo para os próximos anos.

Neste contexto, fazia ainda mais sentido o processo de planejamento e impulsionamento do desenvolvimento econômico da metrópole. O conceito do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico precisou passar então por uma série de reformulações, se adequando à nova realidade paulistana, buscando resultados de curto, médio e longo prazo para os atores econômicos da cidade.

Ao longo do percurso, foram observados muitos desafios que deviam ser encarados e foram identificadas maneiras de lidar com eles. Para combater o desemprego e a pobreza, diretrizes e experiências mundo afora apontam a necessidade de apoio às pessoas mais vulneráveis com iniciativas de transferência de renda, mas, acima de tudo, com estratégias de apoio ao reingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, também é imprescindível que os geradores de emprego sejam apoiados, especialmente os pequenos negócios, maiores empregadores do país. Tornou-se mais necessário que nunca, apoiar o empreendedorismo para sobrevivência dos negócios e para que eles possam vir a criar novos empregos de qualidade.

Vários organismos municipais se abriram para escutar o setor privado, seus desafios e suas propostas de caminhos para a retomada econômica. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo também trabalhou nesse sentido e realizou dezenas de reuniões, com centenas de pessoas, que propuseram projetos e ações para a administração municipal. Embora muitos atores econômicos estivessem focados nos problemas do momento, foi estimulada uma reflexão de médio e longo prazo sobre os desafios e oportunidades de cada setor.

A escuta dos principais atores econômicos da cidade, as análises e reflexões dos especialistas da FIPE e o trabalho técnico das equipes da Prefeitura de São Paulo apontaram para a necessidade de foco

estratégico na inclusão e na competitividade como eixos norteadores de todos os esforços a serem despendidos em favor do desenvolvimento econômico de São Paulo na próxima década.

Com efeito, a cidade historicamente foi marcada por profundas desigualdades, consequência de um processo de desenvolvimento não planejado, cuja trajetória trouxe profundas marcas e disparidades socioeconômicas. Mas, sem sombra de dúvida, o evento da pandemia, e seus desdobramentos no emprego, na renda e na atividade econômica em geral, agravaram essa situação. Como veremos nas próximas seções, os impactos da crise foram desproporcionais, afetando de forma mais profunda pessoas que já se encontravam em situações de vulnerabilidade.

São Paulo mostrou sua força e sua resiliência em uma série de enfrentamentos que a crise sanitária impôs. Após ter sido o epicentro da crise sanitária em 2020, adentrou 2022 como exemplo mundial na capacidade de enfrentamento da pandemia e se consolidou como a capital mundial da vacina, pelos expressivos números de população imunizada. Porém, chegamos a 2 anos do início da pandemia e perdura o desafio da crise econômica e social, que parece mais distante de ser equacionado. Cabe salientar, a título de exemplo, o crescimento de 31% da população de rua durante a pandemia, fruto do aumento do desemprego, da desocupação e do empobrecimento da população, a despeito dos inúmeros esforços e investimentos efetuados pela gestão municipal.

Num cenário de desafios macroeconômicos e de contexto eleitoral, 2022 não é visto como um ano que permitirá uma reversão rápida e fácil do quadro econômico e social brasileiro. Ademais, a reversão de processos de crise social é longa e complexa, correndo-se, portanto, o risco de muitos anos de recessão. Em suma, não é possível deixar as forças econômicas agirem sozinhas, sob risco de agravamento da situação de desigualdades.

No mundo todo, governos locais são obrigados a fortalecer a agenda de políticas públicas de promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Isso pressupõe, também, papel ativo no sentido de promover uma transformação intencional da economia, de monitorar as constantes transformações sociais e tecnológicas e de articulação e coordenação de atores privados e organizações

não governamentais. O desenvolvimento de programas, ações e projetos em favor dos trabalhadores, especialmente aqueles mais frágeis e menos preparados para o mercado de trabalho, é fundamental para a consolidação da retomada plena pós-pandemia, mas também para o reposicionamento da cidade a médio e longo prazo.

A visão da economia paulistana para os próximos 10 anos está baseada na capacidade de São Paulo em se reorganizar para superar seus novos desafios e maximizar as oportunidades da nova economia. A cidade precisa ser cada vez mais competitiva, ela deve ser sempre mais próspera, capaz de gerar e compartilhar riqueza. São Paulo se reinventou inúmeras vezes: foi a capital próspera do café; depois uma potência industrial; soube se consolidar como maior polo comercial da América Latina, mas não deixou de se posicionar com destaque como uma cidade de serviços.

O mercado de trabalho já passava por transformações profundas nas últimas décadas, e elas foram profundamente aceleradas nos últimos dois anos. Isso gera mais oportunidades ou mais desafios para uma metrópole como São Paulo? A pandemia também trouxe essa dúvida. A lógica urbana foi alterada, pois os encontros presenciais - uma das grandes vantagens de uma megalópole - deixaram de ser imprescindíveis como sempre foram. A título de exemplo, o estado de São Paulo, contava com 19 milhões de pessoas ocupadas no início da pandemia, destas, três milhões passaram a atuar em regime de teletrabalho. Isso é bom ou ruim para São Paulo?

Cadeias como a economia criativa, a economia digital e a economia verde, conjunto de setores que chamamos de nova economia, são aqueles que apresentam mais chances de crescimento na próxima década. Os últimos dois anos escancararam essa realidade. Mas eles trouxeram também uma verdade bastante inconveniente: não temos mão de obra capacitada para atuar nesses setores. A escassez de capital humano preparado foi apontada pelos dez setores estratégicos da cidade como um gargalo a ser equacionado urgentemente.

São Paulo hoje está na disputa por novos investimentos e pela geração de postos de trabalho com municípios da região metropolitana, com capitais de outras regiões do Brasil e com cidades de outros países da América do Sul. Cidades concorrentes muitas vezes lan-

çam mão de incentivos e benefícios para novos investidores que São Paulo não pode se permitir oferecer. Assim sendo, na busca por novos investimentos e na ativação permanente de nossa economia, é preciso definirmos uma estratégia de posicionamento da cidade, para enfrentar a concorrência de outras localidades, valorizar ativos paulistanos e fazer com que São Paulo siga sendo uma cidade atrativa e competitiva para os atores econômicos que queremos atrair ou mesmo manter.

A cidade de São Paulo possui um ecossistema produtivo diversificado e complexo, reflexo de uma realidade cultural, social e ambiental rica e dinâmica, com o histórico de um intenso fluxo migratório, além de um contexto empreendedor que estimula o surgimento de novos negócios, sendo sempre receptiva a novos segmentos de atividades. Essas potencialidades da economia paulistana a posicionam como ator relevante para se beneficiar das transformações que estão diante de nós.

Neste cenário, é possível concluir que há um horizonte positivo para a cidade na próxima década, pois São Paulo tem bases sólidas e concentra vários dos ativos necessários para aproveitar-se das oportunidades que estão colocadas ou tendem a se impor. Mas, para que sua posição como potência no Brasil e no mundo, capaz de acumular ganhos econômicos e sociais em favor de todos seus cidadãos, seja garantida, é necessária uma ação conjunta e integrada entre Poder Público, sociedade civil e atores privados que aproveite as potencialidades da cidade e busque soluções eficientes para superar seus desafios. As premissas fundamentais desse caminho a ser trilhado encontram-se neste Plano, que, esperamos, possa servir como base norteadora para maximizar o progresso de nossa cidade e de cada um de seus habitantes, indistintamente, na próxima década.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico é lançado em um momento em que é preciso pensar imediatamente na estratégia de inclusão para reversão de um problema social grave, mas também é imprescindível se posicionar sobre o futuro, buscando consolidar desde já os alicerces de uma economia mais competitiva e sustentável, gerando cada vez mais acesso a emprego e renda e promovendo a qualidade de vida para todos os paulistanos e paulistanas.

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



04



**CONTEXTO
ECONÔMICO
DA CIDADE**

CONTEXTO ECONÔMICO DA CIDADE

4.1 - FORMAÇÃO DA CIDADE E OS DESAFIOS DO NOVO CICLO PRODUTIVO

A compreensão da trajetória de desenvolvimento econômico de São Paulo (SP) não pode ser desvinculada de sua posição geográfica e do seu papel de importante centro intermediador entre o litoral e o interior do país desde o século XIX. A rica rede fluvial presente no território, com três volumosos rios como o Rio Tietê, Rio Pinheiros e Rio Tamanduateí, e os caminhos já abertos pela população indígena que originalmente ocupava o território, induziram tanto o estabelecimento da vila e seu crescente adensamento ao longo dos anos, quanto serviu para nortear caminhos das expedições bandeirantes. No século XIX, a cidade passou a ter importância crescente no complexo cafeeiro paulista. Por ser o local de entroncamento das principais ferrovias que interligam o litoral ao interior do estado, São Paulo servia como principal ponto de escoamento do café vindo das lavouras do oeste paulista ao porto de Santos, de onde era exportado, principalmente, para o mercado consumidor europeu. Em fins do século XIX, e por ser um local de passagem entre o litoral e o interior, São Paulo passou a ser o principal ponto de chegada de imigrantes europeus que vieram ao país inicialmente trabalhar nas lavouras de café. A cidade era um local de encontro entre os fazendeiros que buscavam mão de obra para suas lavouras e os trabalhadores agrícolas à procura de empregos, o que já tornava o mercado de trabalho local um ponto de atração populacional.

Associado ao fluxo migratório, desenvolveu-se na cidade uma importante rede de serviços ligada ao transporte e a hospedagem dos imigrantes, associada a um fluxo crescente de mercadorias e serviços como casas de corretagem, rede bancária, mercearias, lojas de vestuário, etc. São Paulo era, já no início do século XX, uma cidade de negócios, habitada pelos grandes fazendeiros de café e empresários interessados em investir seu capital nas oportunidades econômicas que se apresentavam. Parte deste capital foi direcionado para a infraestrutura urbana (implantação de eletricidade, bondes elétricos, ferrovias), o que, além de ampliar a mobilidade no território, estimulou a atração de um crescente fluxo populacional. Se em

1872, São Paulo contava com uma população de 31.385 habitantes, em 1900 a cidade já apresentava 239.820 pessoas e em 1920, 579.033 pessoas.

Com os intensos fluxos imigratórios, o mercado interno paulistano tomava cada vez mais corpo, gerando demanda crescente por serviços e mercadorias. A cidade ia se tornando um local propício para investimentos e negócios, atraindo imigrantes europeus não só para trabalhar nas lavouras cafeeiras, mas também no comércio local, como empreendedores de seus próprios negócios, e em serviços urbanos mais especializados, por exemplo, engenharia urbana. Esse dinamismo econômico interno, relativamente autônomo do setor de exportações, trouxe as condições necessárias para desencadear um processo de industrialização. Dessa forma, a industrialização brasileira, com São Paulo sendo o epicentro deste processo, foi resultado do transbordamento da riqueza gerada pelo ciclo econômico cafeeiro, em particular da segunda fase deste ciclo em terras localizadas no oeste paulista/sul de Minas Gerais (Furtado, 1959).

Entre 1907 e 1919, estima-se que a indústria do estado de São Paulo tenha crescido 8,5 vezes, e a do restante do país 3,5 vezes em termos nominais. Isso fez com que a participação paulista no valor da produção industrial brasileira saltasse de 15,9% para 31,5%, segundo Cano (1977). Assim, São Paulo não só consolidava o domínio sobre seu próprio mercado interno, como avançava com suas “exportações” sobre os mercados das demais regiões brasileiras, desempenhando um papel de liderança no abastecimento do país durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Foi durante a Primeira Guerra Mundial, com as dificuldades que se apresentaram à importação de bens de consumo e de capital, que a industrialização paulista apresentou verdadeiro salto quantitativo, passando a produzir localmente produtos antes importados da Europa, processo conhecido na historiografia como “substituição de importações” (Tavares, 1972).

Nas décadas seguintes, 1950 e 1960, ocorreu uma mudança no perfil da indústria paulistana com o aumento relativo na participação dos bens de produção em relação aos bens de consumo. Se em 1949 a indústria têxtil era o ramo mais importante do parque industrial da cidade, com participação de 26,7% no valor do produto industrial, em 1959 passou a uma participação de 13,8%. Por outro

lado, as indústrias de material de transporte e de material elétrico que tinham uma participação de 5,9% em 1949, elevaram sua participação a 16,5% no total do produto industrial (Cano, 2015).

Assim, nesse período, verifica-se uma diversificação no parque industrial paulistano rumo a constituição de uma base da pirâmide industrial, com a implantação de fábricas de instrumentos de produção (como indústria mecânica, de material elétrico, de comunicações, de material de transportes etc.) e matéria-prima ou produtos semielaborados (indústria química, metalúrgica, de borracha etc.). É importante mencionar a importância do Plano de Metas que vigorou na segunda metade dos anos 1950 que, tanto pela atração de investimentos estrangeiros, quanto pela expansão dos investimentos públicos, estimulou ainda mais os investimentos privados na capital paulista.

Entre 1949-1971, a indústria de São Paulo cresceu a taxas médias reais de 9,2% ao ano, superior à taxa média de 7,2% no restante do país. A participação paulista no valor da produção industrial do país elevou-se de 15,9% em 1907 para 54,4% em 1970 (ou 58,2% do VTI), atingindo o auge da concentração industrial do estado, com a capital respondendo por grande parte dessa concentração. Setorialmente, nesse mesmo ano, São Paulo sustentava nada menos que 53% da produção nacional de bens não duráveis e intermediários, 75% da produção no setor de bens de capital e de consumo durável, além de controlar mais de 50% da produção nacional em 16 dos 22 ramos industriais listados por Cano. Em paralelo, a Grande São Paulo alcançava participação recorde no produto industrial do Estado, concentrando quase três-quartos do VTI paulista (74,7%) (Negri, 1996).

Durante os anos 1980, a economia brasileira enfrentou uma crise econômica aguda associada a indefinições acerca da dívida externa acumulada pelo setor público, decorrente do endividamento ocorrido após 1964. Associado a isso, um processo agudo de aceleração inflacionária. Diante da crise, a expansão da capacidade produtiva verificada na década decorreu da maturação dos investimentos decorrentes do II PND, que provocou importantes aumentos de oferta, num cenário no qual o setor externo enfrentava severas restrições.

Na década de 1990 a economia passou por mudanças que afeta-

ram diretamente a indústria, como abertura comercial, desregulamentação da economia, política monetária e cambial (valorização cambial), além de baixo crescimento econômico. As consequências desse período para a indústria brasileira foram impactantes, resultando em modificações importantes na composição industrial brasileira e um desempenho atípico no âmbito da sua tendência de crescimento de longo prazo, em movimento contrário ao avanço industrial que vinha ocorrendo, principalmente, pelos países de industrialização mais recente da Ásia (Abdal et al., 2019).

Em vista do cenário apontado, seria estranho que o fenômeno não se reproduzisse, em boa medida, no caso da cidade mais industrializada do país. Adicionalmente, para além da hipótese de desindustrialização, outro fenômeno ocorrido nas últimas décadas foi o da desconcentração industrial na cidade de São Paulo, tendo como novos polos de atração outras regiões do próprio estado e de outros estados. Esse fenômeno, segundo Cano (Cano, 2006), esteve associado a um conjunto de fatores presentes ao longo das últimas décadas: (i) transformações e modernização do setor agroindustrial, favorecidas pelas melhorias no cenário internacional dos produtos; (ii) intensificação do uso de instrumentos fiscais pelos municípios, o que ficou conhecido como Guerra Fiscal (Mendes & Campos, 2015).

Temos um cenário urbano que resulta de uma combinação de passivos urbanos do período da industrialização acelerada com as exigências relativas ao funcionamento do novo ciclo produtivo, que se convencionou denominar “pós-industrial”. O conjunto de dados analisados e espacializados busca revelar que o processo iniciado nos anos 80/90 corresponde a uma inflexão no processo de transformações, mas também permanências incontornáveis. A relação intrínseca que existe entre o progresso socioeconômico e a organização física de cidades e metrópoles impõe análises e propostas de ações vinculadas nas duas dimensões, isto é, a das políticas públicas de desenvolvimento econômico e urbano. O compromisso de trabalhar no interior desta relação implica conhecer não apenas o que se passa no campo econômico, mas também entender as características físicas e funcionais da organização urbana.

É necessário reconhecer que a estruturação das cidades e metrópoles não são reflexos mecânicos, isto é, resultantes das ditas “ques-

tões econômicas”. As cidades e metrópoles são, na verdade, atores de primeira linha de todo o processo de consolidação de ciclos produtivos, e no caso do atual ciclo que se inicia não é diferente. Sabemos que não há como separar o surgimento das imensas periferias paulistanas sem considerar seu imprescindível papel no alojamento da classe trabalhadora que acompanhou o padrão precário de sua industrialização.

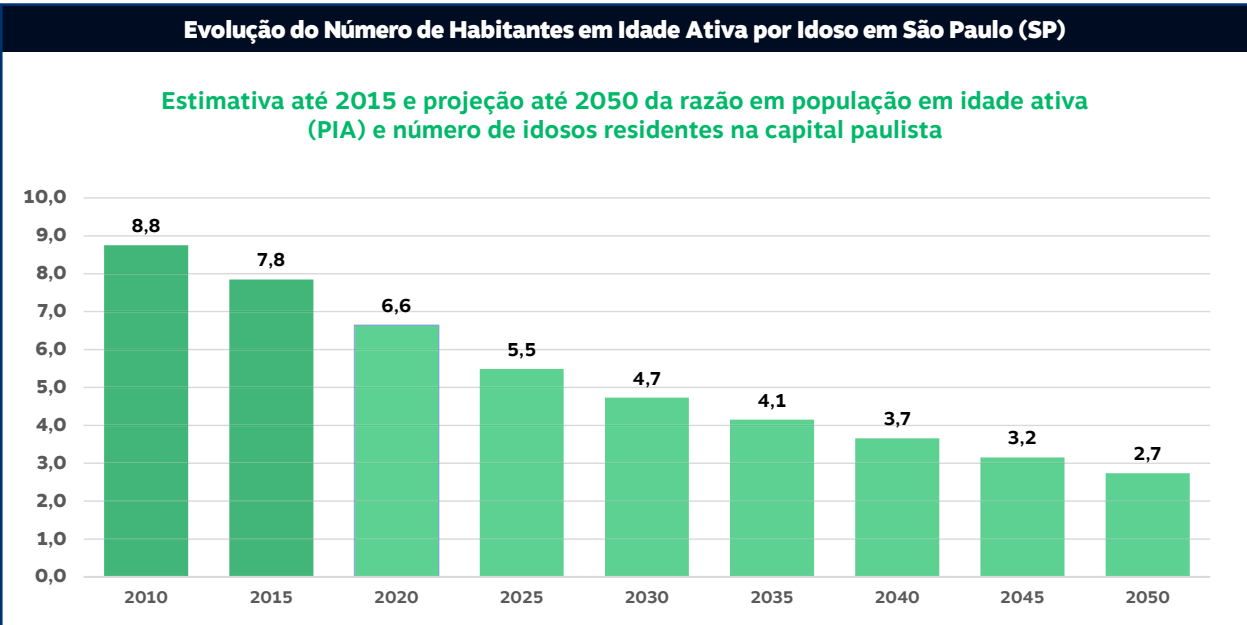
4.2 - PERFIL PRODUTIVO

[1] Crescimento populacional projetado pela Fundação Seade. Dados disponíveis em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/>

A contextualização da estrutura e do perfil produtivo da cidade envolve compreender a sua dinâmica e tendência demográfica. Dados do Seade apontam que, entre 1991 e 2019, a população de São Paulo cresceu de 9,6 milhões para 11,8 milhões de cidadãos, o que representa uma taxa média de crescimento de 1,0% ao ano. O crescimento populacional deve se desacelerar nos próximos anos, com a expectativa de que o município atinja 12,35 milhões de habitantes por volta de 2040 para, depois disso, começar a apresentar declínio de sua população¹. Essa dinâmica é gerada por dois mecanismos distintos, por um lado existe uma tendência ainda prevalente de redução da natalidade e do crescimento vegetativo, por outro, espera-se um saldo líquido migratório negativo no município de São Paulo (Waldvogel et al., 2018).

A dinâmica populacional será acompanhada por alterações profundas na estrutura etária da população. Cerca de 70,4% da população do município de São Paulo em 2020 estava em idade ativa (considerando as pessoas entre 15 e 64 anos de idade) e 10,6% possuía 65 ou mais. A projeção é que essas porcentagens atinjam, respectivamente, 68,4% e 14,5% no ano de 2030 e 62,6% e 22,9% em 2050. Como reflexo desse envelhecimento da população, o número de pessoas em idade ativa para cada idoso deve reduzir de 6,6 em 2020 para 2,7 em 2050. Essa dinâmica tem, pelo menos, dois impactos de elevada importância para o município:

- **Social:** será preciso desenhar políticas públicas que atendam a demanda crescente por serviços destinados ao público mais idoso, com especial atenção às novas demandas associadas à saúde e cuidados especiais; e
- **Econômico:** para que o produto per capita possa crescer de forma sustentável, a produtividade do trabalho (por meio de capital físico e humano, por exemplo) e o número de trabalhadores (por exemplo, facilitando a inserção de cidadãos ao mercado de trabalho) deve apresentar crescimento robusto.



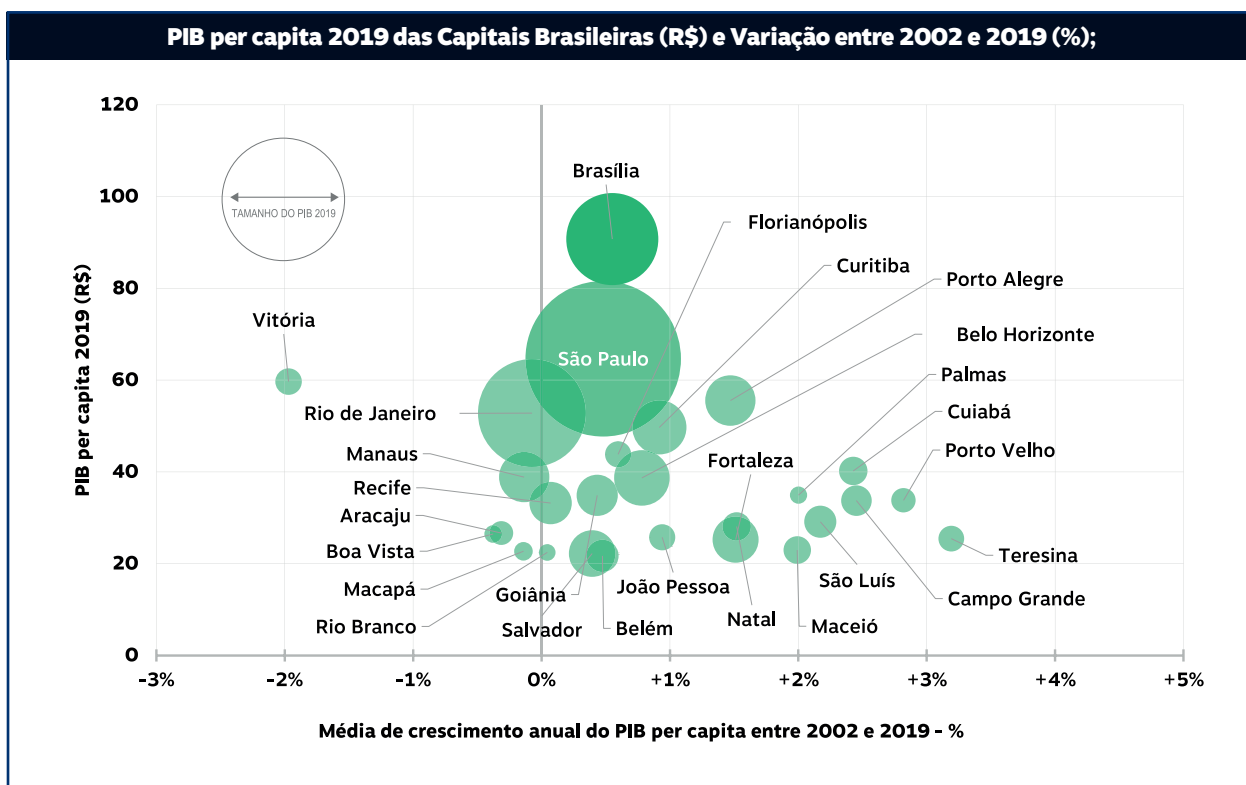
Fonte: IBGE e Seade. Elaboração: Fipe.

A produção econômica da cidade de São Paulo, após um período de crescimento de 2005 a 2011, ficou praticamente estagnada nos 6 anos seguintes, com leve tendência declinante. Quando se considera o período como um todo, chama a atenção o fato do PIB em 2017 ser praticamente o mesmo de oito anos antes. Se os efeitos da crise internacional de 2008 impactaram em taxas mais moderadas de crescimento, a crise da economia brasileira mais recente repercutiu de forma mais acentuada na economia paulistana, com taxas negativas e consecutivas de crescimento nos últimos quatro anos.

O gráfico seguinte é útil para se comparar o PIB entre as capitais brasileiras e sua evolução entre 2002 e 2019. O tamanho dos círculos é proporcional ao tamanho do PIB de 2019. São Paulo é notável

por apresentar PIB significativamente superior ao das demais capitais brasileiras, refletindo seu papel de **mais importante centralidade econômica do país**.

O eixo y representa o PIB per capita de 2019 de todas as capitais brasileiras. São Paulo destaca-se pelo segundo maior PIB per capita do Brasil, atrás somente de Brasília. O eixo x representa a média de crescimento anual entre 2002 e 2019. O PIB per capita paulistano cresceu a uma média anual de 0,48% no período considerado, um desempenho inferior ao de muitas capitais das regiões Nordeste (como Fortaleza, São Luís e Maceió), Norte (Porto Velho e Palmas), Centro-Oeste (Cuiabá e Campo Grande) e Sul (como Porto Alegre e Curitiba).



Fonte: IBGE e Seade. Elaboração: Fipe.

Para o PIB per capita de São Paulo foi utilizado a estimativa populacional realizada pela Fundação Seade.

Naturalmente, a evolução observada pelo PIB per capita apresentou padrão semelhante, com crescimento positivo a partir de meados da primeira década dos anos 2000 até o início da década seguinte (crescimento de R\$ 55,8 mil em 2004 para R\$ 72,9 mil em 2011 – a preços de 2019) para, logo após, registrar períodos consecutivos de queda até 2018 (R\$ 63,4 mil), voltando a subir em 2019 (R\$ 64,7 mil).

4.2.1 - UMA ECONOMIA DIVERSIFICADA E ESPECIALIZADA

Por trás de um, cada vez mais acentuado, crescimento do setor de serviços – que já respondia em 2019 por 83,7% do valor adicionado bruto total em São Paulo – há uma gama variada de atividades econômicas que respondem por parcela significativa dos empregos que esse número esconde. De confecção de artigos do vestuário a serviços de escritório e apoio administrativo, do comércio varejista a atividades jurídicas e de contabilidade, de fabricação de produtos farmacêuticos a serviços de tecnologia da informação, a cidade de São Paulo é um espaço econômico que abriga praticamente todas as divisões de atividades listadas na Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE).

De fato, há um conjunto de atividades que respondem por parcela importante do emprego formal no município. Só o comércio varejista, por exemplo, respondia por 11,5% de toda a mão de obra com vínculos formais no município em 2019, segundo registros da RAIS. Atividades como atenção à saúde humana; serviços para edifícios e atividades paisagísticas; e serviços de escritório e apoio administrativo, por sua vez, respondiam, respectivamente, por 6,1%, 6,1% e 6,0% do total de empregos formais no município. São atividades que mobilizam a força-de-trabalho no cotidiano da cidade, oferecem centenas de milhares de empregos com participação relevante no mercado de trabalho.

Por outro lado, ainda segundo informações da RAIS referentes ao ano e 2019, havia um número expressivo de atividades econômicas com participação relevante, mas em patamar bem inferior: serviços financeiros (3,0%), vigilância e segurança (2,7%), seleção, agenciamento e locação de mão de obra (2,4%), serviços de tecnologia da informação (2,0%), serviços especializados para construção (1,9%) e atividades de organizações associativas (1,6%). São atividades que desempenham papéis muito distintos para o funcionamento da cidade, por vezes especializados, por vezes de apoio e, em outras situações, de atendimento direto às pessoas.

Tal diversificação de atividades é importante porque confere resiliência tanto ao mercado de trabalho como para a arrecadação de tributos (Katz & Bradley, 2013; Mistry & Byron, 2011) e aumenta a possibilidade de elevação da produtividade das empresas por meio

do desenvolvimento de segmentos com atuação transversal (fornecedores e clientes em diferentes setores da economia). Além disso, ajuda a oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional para diferentes perfis, trajetórias, habilidades e conhecimentos. Isso implica na necessidade do PMDE de reforçar agendas que tragam benefício para o conjunto dos setores econômicos, sem prejuízo delas serem complementadas por políticas de desenvolvimento voltadas a cadeias produtivas específicas.

A especialização também tende a ser benéfica, como fica evidente quando observamos a participação que alguns segmentos da economia de São Paulo possuem em relação aos mesmos setores da economia nacional. Elas cumprem papel relevante como núcleo da metrópole paulista, de comando e gestão em relação à economia nacional e hub de conexão entre as redes de cidades brasileiras e de cidades mundiais.

Uma forma de olhar a importância de determinados conjuntos de atividades econômicas é verificar a sua participação em relação ao total da economia nacional segundo algumas variáveis como valor adicionado, número de empresas e número de empregos. A esse olhar pode ser acrescida a classificação dos setores segundo intensidade em conhecimento e tecnologia (Torres Freire et al., 2012). Nela observamos um conjunto de serviços intensivos em conhecimento (SICs) que se destacam: os serviços profissionais; os serviços financeiros; os serviços tecnológicos; os serviços de mídia e cultura; e os serviços sociais (saúde e educação). De acordo com dados da RAIS (2019), têm participação elevada no total nacional, sobretudo quando se considera a massa salarial: 32,9%, 31,1%, 30,9%, 27,8% e 15,7%, respectivamente. Isso significa uma participação algumas vezes maior quando comparada à representatividade da cidade em termos de população brasileira (5,8%), PIB (10,3%) e empregos formais (10,7%) em 2019.

Essa especialização é importante porque gera riqueza para a cidade e estabelece uma rede de complementaridade nesses serviços que servem como uma força atratora e fortalece um mercado de trabalho de pessoas qualificadas. O compartilhamento de experiências, conhecimentos tácitos, entre essas pessoas gera um ciclo virtuoso e atrai mais profissionais talentosos em busca de oportunidades, empreendedores qualificados e empresas nos segmentos

intensivos em conhecimento (Rodríguez-Pose & Crescenzi, 2008). Também dinamizam serviços de apoio, abrindo a oportunidade para melhores salários para trabalhadores com qualificação média (Torres Freire et al., 2012).

Essa combinação de diversificação e especialização será importante para o enfrentamento de um cenário difícil, com forte impacto de crise para muitos segmentos importantes da economia paulistana. Esse cenário apresenta desafios estruturais (desindustrialização, estagnação de longa duração da economia brasileira, concentração econômica em alguns segmentos) e conjunturais. A eles se somam problemas específicos da cidade, quer seja relacionado ao ambiente de negócios, à infraestrutura, ou à qualificação da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, a economia de São Paulo tem características que a credencia para enfrentar tais adversidades. Uma estrutura produtiva complexa, que se estrutura em um conjunto expressivo de atividades e que mantém uma oferta diversificada de oportunidades e que se especializa em funções de coordenação e comando. Intensiva em conhecimento e tecnologia, elas permitem criar oportunidades para conduzir uma transição que faça frente aos desafios da próxima década.

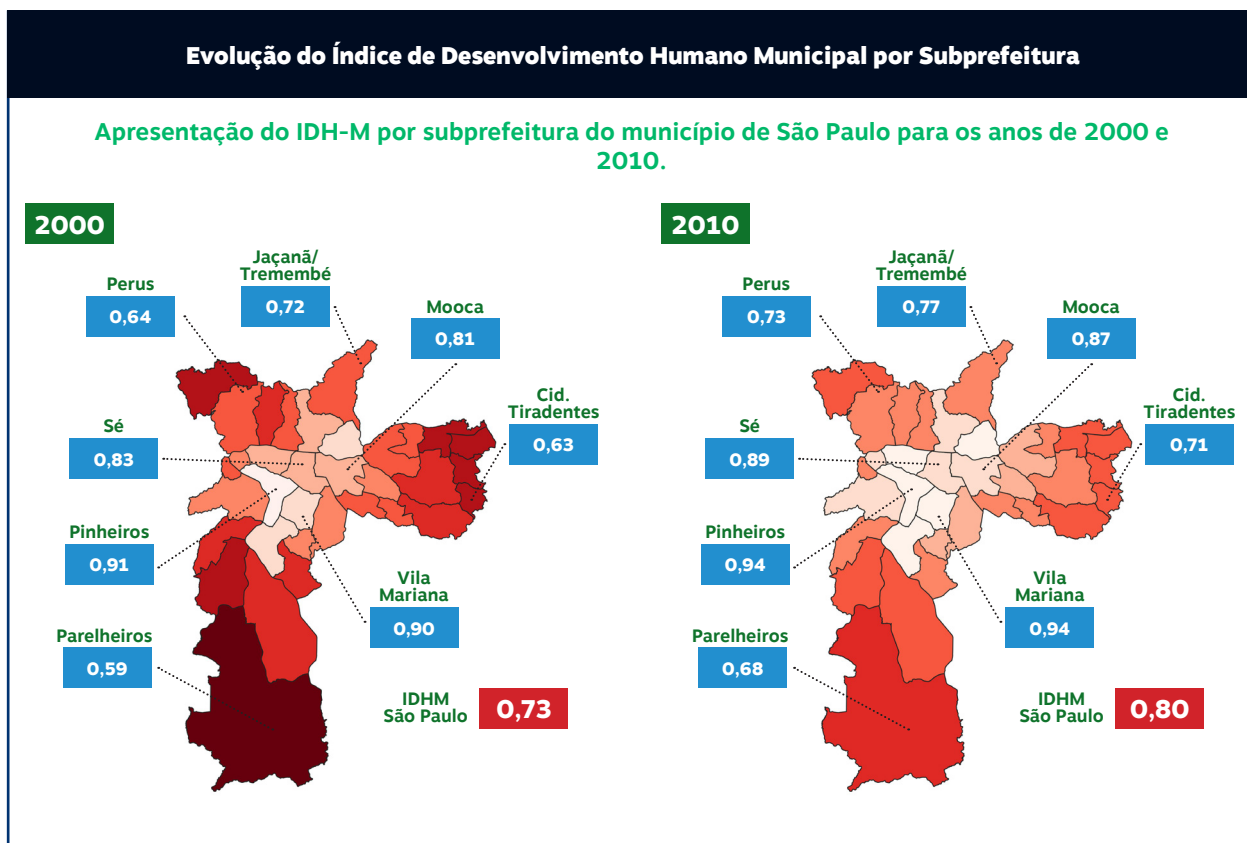
4.3 - CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Em uma cidade com a extensão de 1.500 km², caracterizada por uma significativa heterogeneidade territorial, social, de presença de serviços públicos e de infraestrutura, a distribuição territorial passa a ser um elemento importante para análise. Nesse sentido, um olhar que leve em conta os diferentes perfis regionais, a partir de indicadores que apontem tanto para as características do mercado de trabalho e, principalmente, da presença territorial da atividade econômica, nos permite identificar padrões e, mais do que isso, desenhar programas e projetos que considerem as particularidades de cada porção do espaço urbano. Em especial, e considerando objetivos de redução da desigualdade, manifestos tanto na Lei Orgânica do Município (LOM) como no Plano Diretor Estratégico, de redução das desigualdades sociais e territoriais na cidade, emerge a questão

da concentração excessiva da atividade econômica.

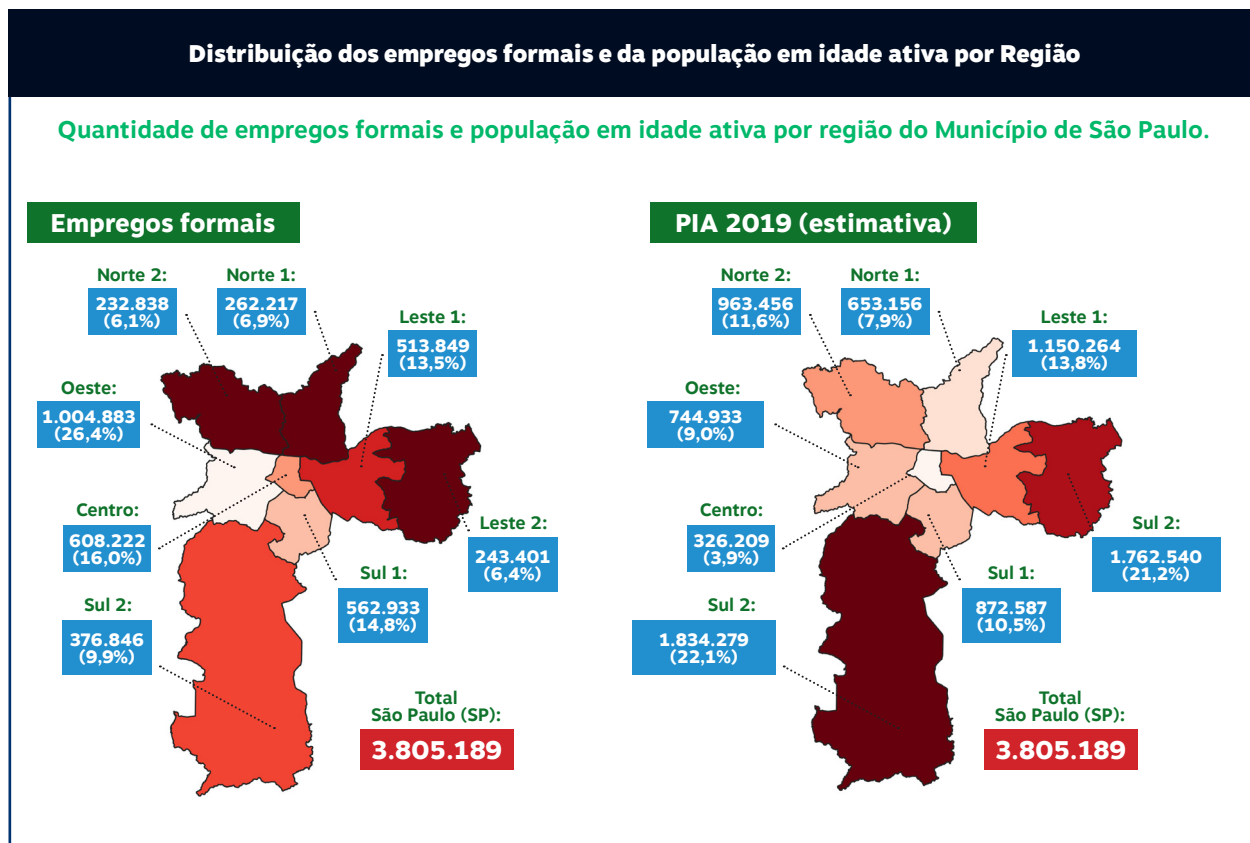
Por um lado, é certo que essa concentração é benéfica do ponto de vista das trocas de conhecimentos, da proximidade entre fornecedores e clientes, e toda a gama de vantagens conhecidas como economias de aglomeração. Por outro, além de questões como congestionamento, poluição e excesso de emissões, tal concentração implica no acesso desigual às oportunidades. Isso porque o desequilíbrio espacial no acesso aos empregos impõe um custo elevado, em termos monetário, de tempo e de produtividade, para a maior parte dos paulistanos.

Para entender melhor esse mismatch é importante olhar para a distribuição territorial de alguns indicadores sociodemográficos. Em um olhar sobre a distribuição territorial da população notam-se dois elementos importantes. O primeiro, trata da concentração populacional em duas regiões, Sul 2 e Leste 2, que juntas contemplam cerca de 45% da população. O segundo, complementar ao primeiro, é que notamos um certo gradiente populacional positivo do centro em direção às periferias com as regiões centro, oeste e sul 1 com as menores representações na cidade. Um padrão similar pode ser observado quando espacializamos o índice de desenvolvimento humano, seja ele representado por grandes regiões, seja ele representado por subprefeituras. Mais do que isso, quando lemos o mapa da distribuição dos seus componentes, notamos que a maior desigualdade aparece no quesito renda, seguido por educação e, só por fim, a longevidade.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: Fipe.

Já o olhar das cartografias relacionadas a espacialização da atividade econômica formal revela um padrão parecido, mas inverso à distribuição da população. Seguindo uma distribuição concentrada no setor de serviços, a atividade econômica na capital apresenta forte tendência de localização em uma determinada porção da cidade, conhecida como quadrante sudoeste. A primeira indicação pode ser lida na distribuição dos empregos formais na cidade, que indica que apenas três regiões (Oeste, Centro e Sul 1) abarcam cerca de 61,2% dos vínculos formais.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: Fipe

Fonte: IBGE E RAIS/ME. Elaboração: Fipe.

A essa análise mais geral, soma-se uma análise mais fina que indica mais precisamente: (i) as principais concentrações econômicas, dispostas em geral ao longo de alguns eixos e centros. Dessa forma, quando desagregamos os dados sobre atividade econômica segundo os 15 mil setores censitários, notamos as principais concentrações, tais como a Marginal do Rio Pinheiros; Faria Lima, Rebouças, Helio Pellegrino; Sé, República e Bom Retiro, Vila Clementino; Av. Ibirapuera; Radial Leste; e Av. Henry Ford, entre outras. (ii) uma distinção qualitativa na distribuição espacial das atividades a depender dos setores. Nota-se uma preferência locacional de determinados setores. De início, há uma distinção evidente entre os grandes se-

tores: os serviços muito concentrados no quadrante sudoeste, o comércio mais espalhado pela cidade e a indústria localizada preferencialmente nos eixos industriais do Tamanduateí e do Socorro, no final da marginal do Rio Pinheiros. Tal distribuição, que ademais foi se conformando ao longo do século XX, revela que existem distintas preferências (e, evidentemente, capacidades de remuneração do uso do solo muito heterogêneas).

Uma leitura ainda mais fina, agora combinando a desagregação territorial com a setorial, mostra preferências reveladas de forma a precisar os subespaços econômicos da cidade de São Paulo. Entre os exemplos, podemos citar: (i) setores muito concentrados nas áreas ricas, como Serviços Profissionais, Serviços Financeiros e Serviços de Tecnologia da Informação, que se localizam preferencialmente nos distritos de Pinheiros e Itaim Bibi, nos eixos da Faria Lima, Marginal Pinheiros e Berrini; (ii) setores com maior plasticidade na distribuição territorial, como os Serviços de Apoio, Serviços de Segurança e Limpeza e Serviços de Transportes Terrestres, que, embora também se situam no quadrante sudoeste, por vezes transbordam essas porções em distritos como Santana, Casa Verde, Mooca entre outros; (iii) Setores muito concentrados espacialmente em uma única região da cidade, como ocorre com a indústria farmacêutica na Zona Sul ou, em menor medida, com a Indústria da Confeção no Brás e Bom Retiro.

Se esses nuances que nos permitem caracterizar estruturalmente a geografia econômica da cidade indicando a presença estruturante do Centro Corporativo Metropolitano (Bessa, 2014) como o espaço qualificado que atrai a presença de serviços sofisticados ((Bessa et al., 2012)), abriga 66% dos trabalhadores com ensino superior (Bessa, 2014) e sedes de grandes empresas nacionais (Torres, 2014). Nele, “(...) consolidaram-se novos núcleos de decisão do setor privado, com centros empresariais com escritórios de alto padrão, entidades privadas de comando, gestão e planejamento, que agem como componentes importantes do poder gravitacional dessa aglomeração” (Bessa, 2014, p. 19). A partir dele se formam relações de complementaridade, com o centro histórico abrigando a Bolsa de Valores, o núcleo administrativo do Estado e empresas de apoio aos serviços às empresas.

São essas relações de complementaridade que permitem formular

estratégias específicas de desenvolvimento econômico para cada região da cidade, baseadas em evidências, que ressaltam a presença heterogênea dos setores pela cidade, sua complementaridade, além do seu potencial baseado em vocações. Tais preferências regionalizadas, podem estimular um olhar territorial que potencialize a força econômica da cidade, seja atuando para reduzir custos e ineficiências no Centro Corporativo Metropolitano, seja ampliando as infraestruturas para estimular a produção nas regiões de menor densidade econômica.

É nessa combinação, de fatores de competitividade e inclusão, que se pode abordar a relação moradia-trabalho em uma perspectiva mais estrutural. Isso porque, não se trata apenas de um desequilíbrio espacial entre pessoas e postos de trabalho: mas, sim, de uma ineficiência estrutural que coloca uma parcela importante da população, precisamente aquela com menor renda, menor escolaridade, maior taxa de desemprego e inserção mais precária no mercado de trabalho com um ônus adicional, o da distância geográfica (e, portanto, mais custo e mais tempo) para acessar as oportunidades. Esse desafio implica, dessa forma, na urgência de estratégias inclusivas que possam fomentar a geração de trabalho e renda nas periferias a partir da combinação de políticas, programas e projetos desenhados para esse objetivo.

4.4 - TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

A cidade de São Paulo configura-se como a mais populosa e com o maior mercado de trabalho entre as cidades brasileiras. Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de São Paulo (PED-RMSP) mostram que, de janeiro a junho de 2019, 54% da população residente estava empregada ou procurando emprego. Levando-se em conta as estimativas de população dos municípios para 2019 do IBGE, esse percentual representa cerca de 6,65 milhões de trabalhadores, número próximo à população total da segunda maior cidade brasileira – a cidade do Rio de Janeiro, com 6,72 milhões de habitantes.

Tamanha aglomeração urbana permite (e também é fruto de) um mercado de trabalho diversificado e extremamente especializado.

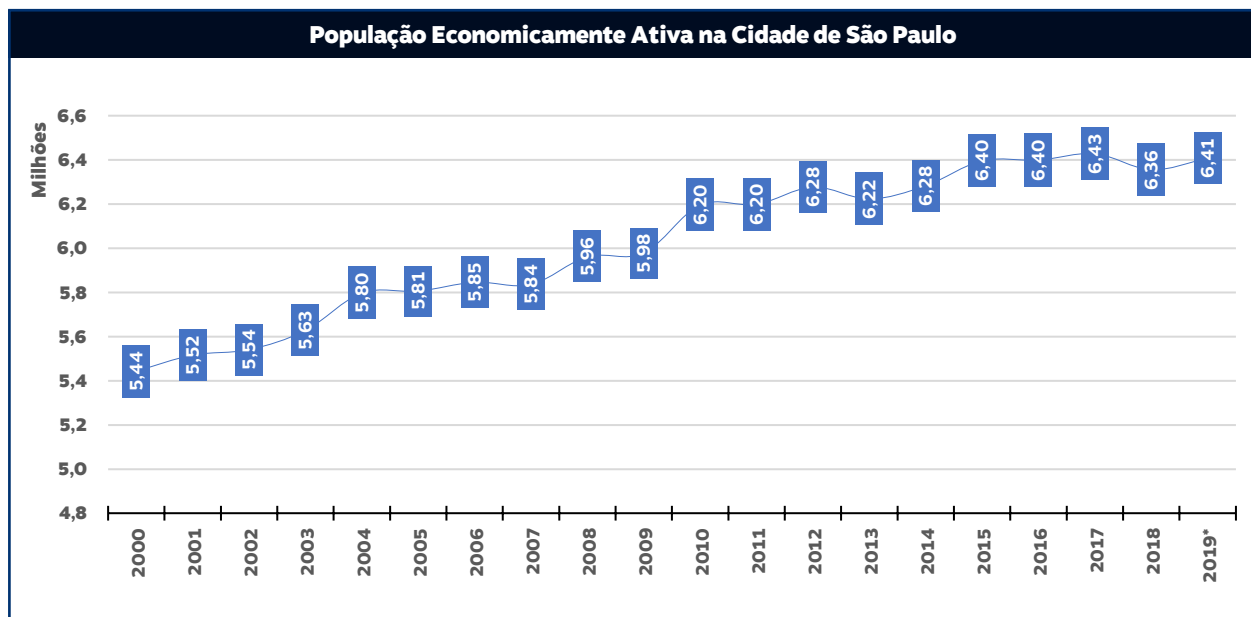
Aglomeração e especialização do trabalho são fenômenos que se retroalimentam à medida que mercados maiores naturalmente permitem maior divisão do trabalho entre indivíduos e a divisão do trabalho aumenta a necessidade de trocas e de redução dos custos de transação envolvidos nessas trocas, o que acaba levando os agentes a se instalarem em locais espacialmente próximos. Esse incremento na aglomeração, por sua vez, inicia um novo ciclo do processo.

Nesse contexto, um potencial descompasso entre oferta e demanda por habilidades no mercado de trabalho pode gerar fricções e levar, por exemplo, ao aumento do desemprego, redução da renda e do consumo das famílias e, posteriormente, à queda do nível de atividade econômica. Embora o mercado de trabalho tenda a se equilibrar, no horizonte do ciclo de vida de pessoas, é importante monitorar a capacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado e identificar potenciais políticas públicas que reduzam a duração dos períodos de fricções e, conseqüentemente, aumentem o bem-estar da população residente no município.

Com o intuito de apresentar o mercado de trabalho da cidade de São Paulo sob uma perspectiva mais histórica, os parágrafos a seguir mostram a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho na cidade, de acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de São de Paulo (PED-RMSP), para o período entre janeiro de 2000 e junho de 2019. Apesar dos dados da PED-RMSP limitarem-se a junho de 2019, data da descontinuidade desta pesquisa, há a vantagem de observar o comportamento do mercado de trabalho desde 2000 e, também, de valer-se de análises regionais da cidade – aspectos não contemplados por outras pesquisas que mensuram o mercado de trabalho. Por isso, além do mercado de trabalho da cidade como um todo, serão apresentadas análises detalhadas de acordo com características demográficas selecionadas e com regiões da cidade.

Segundo dados da PED-RMSP, desde o ano 2000 até junho de 2019, a População Economicamente Ativa (PEA) - número de indivíduos com no mínimo 10 anos de idade que trabalha ou está procurando emprego - cresceu 17,7%, na cidade de São Paulo. Em termos absolutos, esse crescimento representa um aumento de aproximadamente 964 mil trabalhadores no mercado de trabalho da Capital.

Os dados também evidenciam que o crescimento da PEA se deu basicamente devido a fatores demográficos. Embora, no mesmo período analisado, a população total da cidade tenha crescido menos, 13,2%, a população acima de 10 anos de idade cresceu 17,5% na cidade de São Paulo, praticamente o mesmo crescimento observado para a PEA.



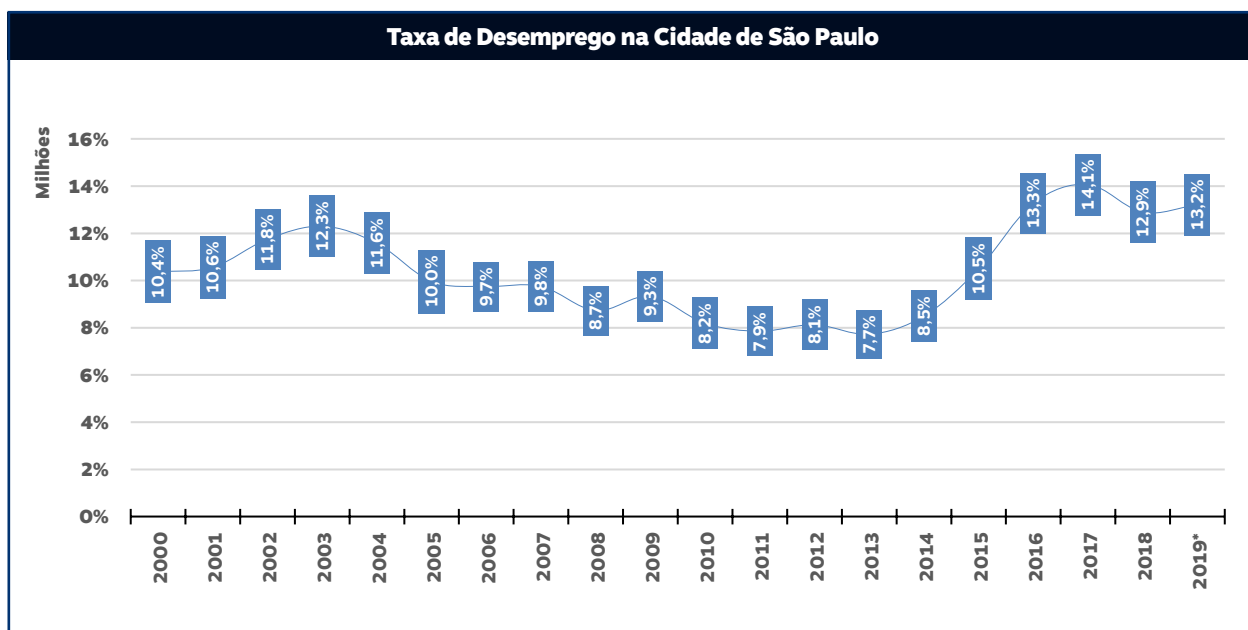
Fonte: PED RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe.

(*) Dados até junho de 2019.

Mesmo com as taxas de fecundidade tendo caído significativamente no Brasil, observou-se, ao mesmo tempo, um aumento da expectativa de vida das pessoas. Nesse sentido, levando-se em conta que o saldo migratório da cidade de São Paulo atualmente é negativo, os números da cidade mostram que o aumento da expectativa de vida foi suficiente para compensar a queda na taxa de fecundidade, o que resultou em crescimento da população acima de 10 anos de idade e, conseqüentemente, da PEA.

O crescimento da população em busca de emprego na cidade não foi acompanhado no mesmo ritmo pela criação de novos postos de trabalho. O gráfico a seguir, mostra que, em relação a 2000, o desemprego cresceu 2,9 pontos percentuais, o que corresponde a um aumento de praticamente 283 mil desempregados – cerca de 50,1% mais do que os desempregados em 2000. Portanto, o cres-

cimento percentual do desemprego foi cerca de 2,8 vezes maior do que o crescimento percentual da PEA. Ao longo do tempo, observa-se uma clara tendência de redução do desemprego no período de 10 anos, entre 2003 e 2013, o qual foi seguido por 4 anos de rápida deterioração do mercado de trabalho, até 2017. No período mais recente, nota-se uma relativa melhora em 2018 seguida por um cenário de estabilidade em 2019 (dados até junho).

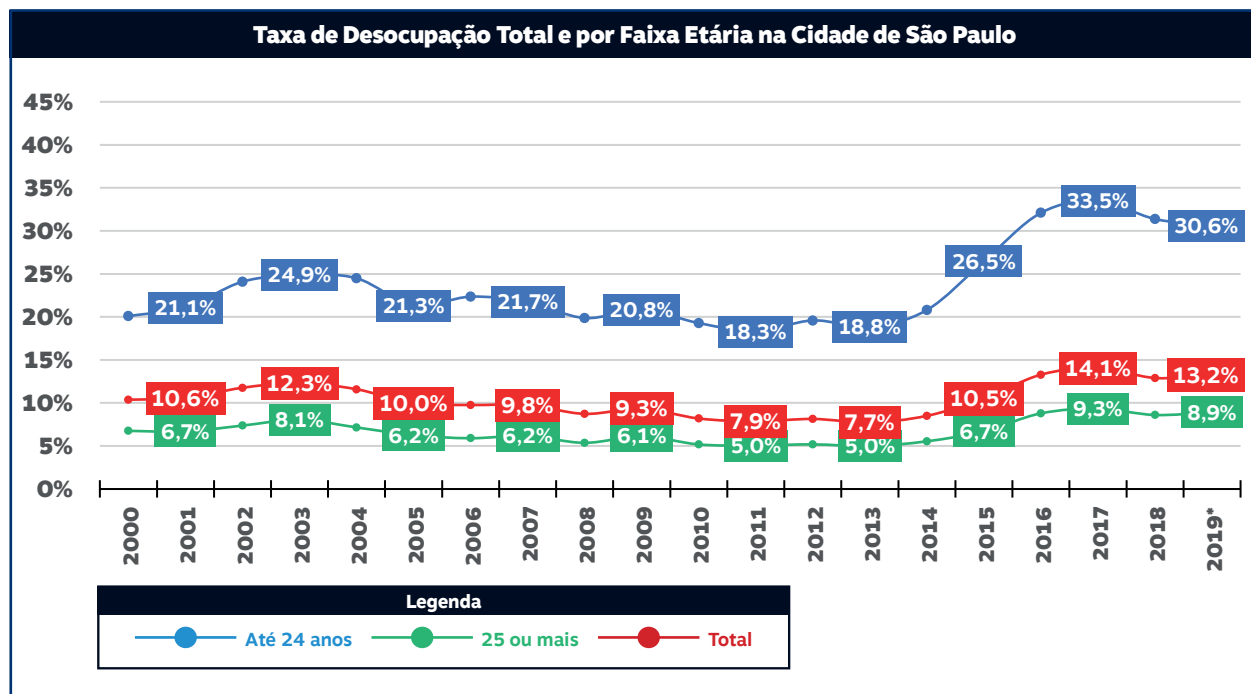


Fonte: PED RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe. (*) Dados até junho de 2019.

Embora a crise econômica e política vivenciada pelo país a partir de 2015 tenha um papel relevante para explicar a dificuldade de absorção da oferta de mão de obra pelo mercado de trabalho na cidade de São Paulo, há grupos mais afetados pela crise, que devem ser objeto de políticas públicas que alinhem o alívio do desemprego, no curto prazo, e incentivos para que as pessoas se adaptem à evolução do mercado de trabalho em um horizonte de tempo maior.

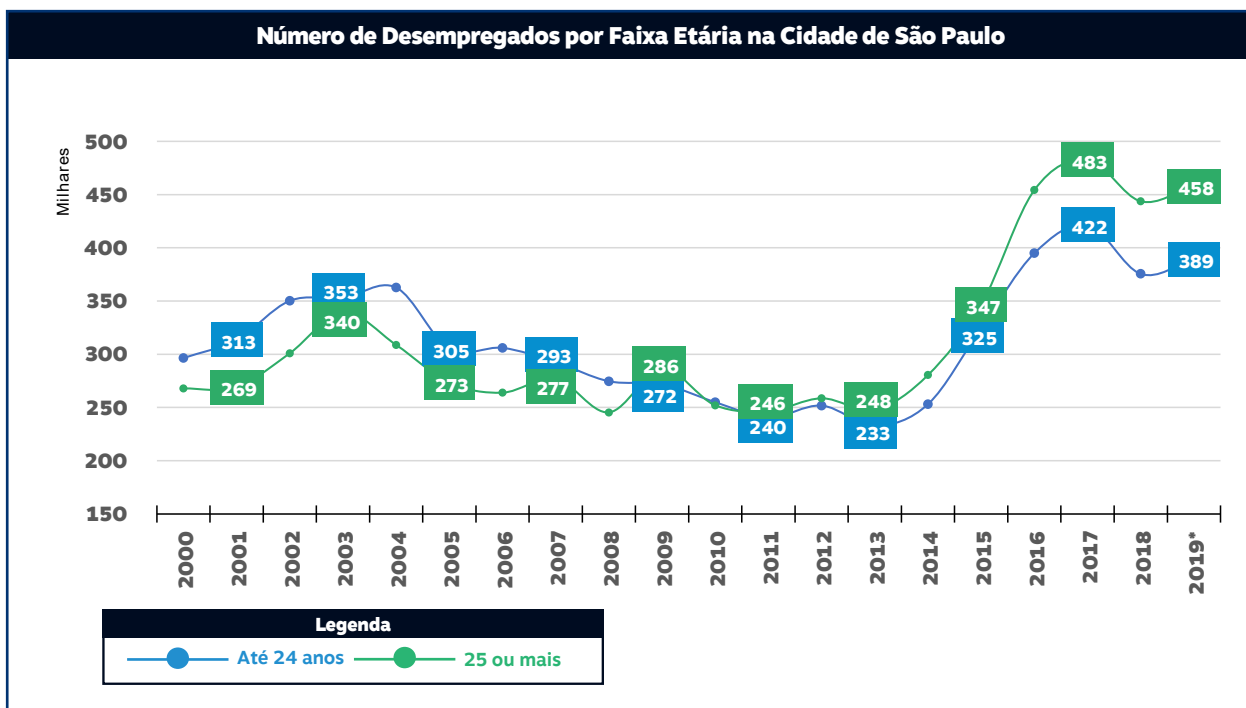
Historicamente, devido principalmente à falta de experiência e à necessidade de investimento em treinamento, os trabalhadores jovens enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego. No caso da cidade de São Paulo, a taxa de desemprego entre a população com até 24 anos de idade, desde o ano 2000, foi cerca de 3,5 vezes maior do que a taxa de desemprego entre a população

com 25 anos ou mais de idade. Essa relação atingiu o maior valor da série em 2015 – 3,9 vezes – e, desde então, juntamente com a crise econômica, começou a recuar, atingindo 3,4 vezes em 2019.



Fonte: PED-RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe. (*) Dados até junho de 2019.

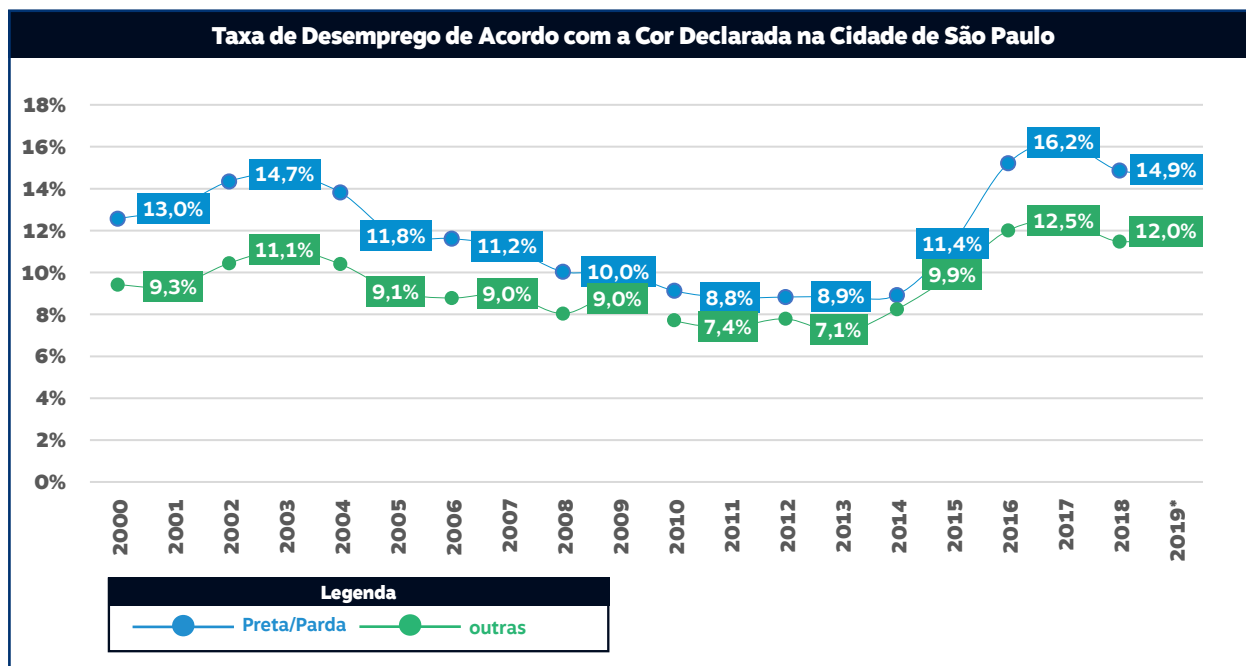
Embora a taxa de desemprego seja maior entre os jovens, o aumento da expectativa de vida da população tem afetado essa dinâmica. A quantidade de desempregados com 25 anos ou mais de idade ultrapassou aquela de desempregados até 24 anos de idade, na cidade de São Paulo. Enquanto, entre 2000 e 2019, o número de desempregados jovens cresceu 31,3% (cerca de 93 mil trabalhadores), o crescimento foi de 71,0% (cerca de 190 mil trabalhadores), no grupo de trabalhadores com 25 anos ou mais de idade. Em 2019 (dados até o mês de junho), a quantidade de desempregados entre os trabalhadores mais jovens era cerca de 85,0% do número de desempregados no grupo dos mais velhos – cerca de 69 mil desempregados a menos.



Fonte: PED RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe. (*) Dados até junho de 2019.

Com relação à cor declarada pelos indivíduos, além da população preta ou parda se deparar com maior dificuldade em encontrar emprego, o número de desempregados nesse grupo cresceu significativamente mais entre 2000 e 2019. De acordo com o gráfico a seguir, em todo o período da análise, a taxa de desemprego foi, em média, 1,3 vezes maior entre as pessoas pretas ou pardas. A diferença entre as taxas de desemprego se reduziu gradualmente até 2014, ano em que as taxas de desemprego se mostraram bastante próximas – 8,9% para população preta ou parda e 8,2% entre os demais trabalhadores. No entanto, com a crise econômica, a partir de 2014, a diferença voltou a crescer.

Em número absolutos, a população preta ou parda desempregada correspondia a aproximadamente 36,4% do total de desempregados na cidade de São Paulo no ano 2000 e passou a representar uma parcela significativamente maior dos desempregados em 2019, 63,6%. Esse aumento da participação da população preta ou parda entre os desempregados resultou de variações absolutas de cerca de 204 mil (crescimento de 99,3%) e 79 mil (crescimento de 22,0%) desempregados, respectivamente, para pretos/pardos e demais desempregados, na cidade de São Paulo.



Fonte: PED-RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe. (*) Dados até junho de 2019.

Além da quantidade de trabalhadores desempregados, no caso da discriminação por cor da pele no mercado de trabalho, é importante analisar o diferencial salarial entre pretos ou pardos e brancos no mercado de trabalho. Esse diferencial pode ser fruto da discriminação de salários entre trabalhadores com mesmo cargo/função recebendo salários diferentes de acordo com a cor da pele, mas também, e principalmente, das diferenças entre os cargos ocupados por pretos ou pardos e brancos, em média, no mercado de trabalho. No período analisado, os trabalhadores que não eram pretos e pardos ganhavam, em média, 80% mais do que os trabalhadores pretos ou pardos. Apesar de ser uma diferença extremamente alta, esse número caiu significativamente nos últimos 19 anos. Esse diferencial salarial chegou a ser de 113,9%, em 2000, e caiu para 47,7% em 2019, o que representa uma redução de 58,1%.

Já os diferenciais de desemprego e salários entre mulheres e homens seguiram trajetórias semelhantes às observadas para os diferenciais entre pretos/pardos e demais trabalhadores, na cidade de São Paulo. No entanto, em 2019, os diferenciais nas taxas de desemprego não recuaram aos patamares de 2000 (como no caso dos pretos/pardos), mas próximo ao observado em 2008. Além disso, o salário médio dos homens foi cerca de 28% acima do salário médio das mulheres, diferencial consideravelmente inferior ao ob-

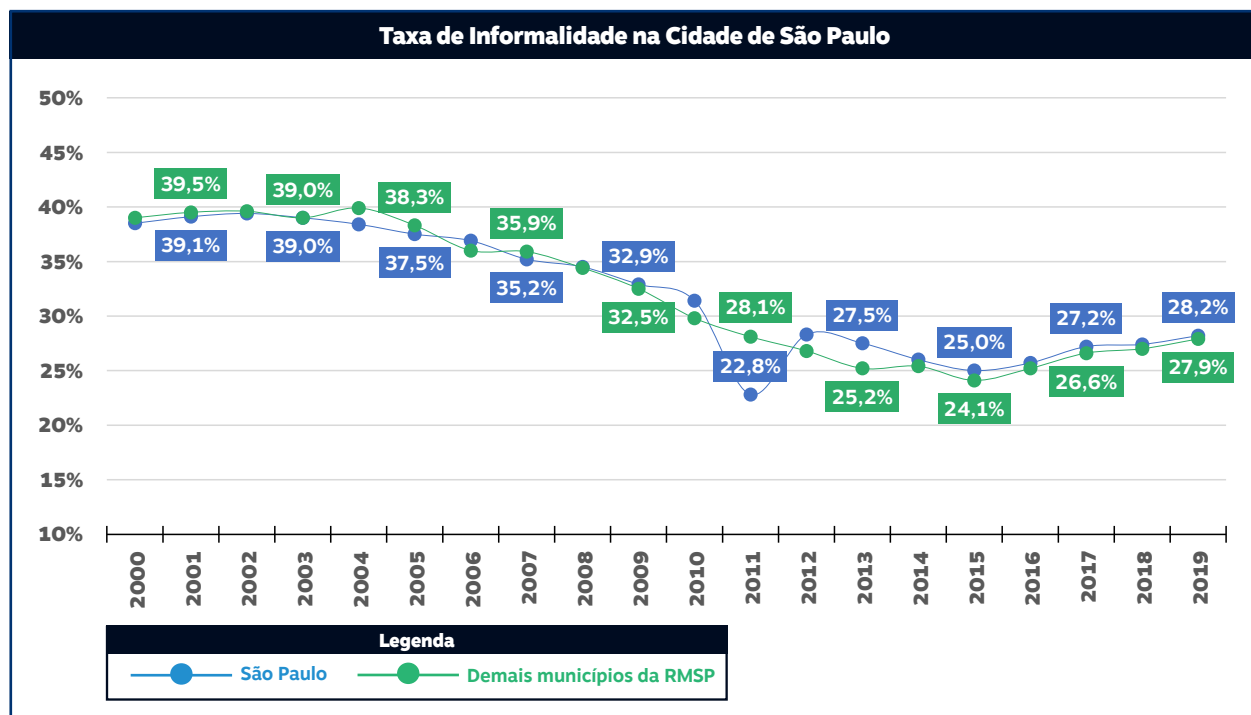
servado entre pretos/pardos e demais trabalhadores.

Por fim, olhando para um retrato das regiões da cidade de São Paulo, três regiões destacam-se como tendo menores taxas de desemprego e maiores rendimentos médios do trabalho: Oeste, Sul 1 e Centro. Por outro lado, as regiões Leste 2, Norte 2 e Sul 2 apresentam todas elas taxas de desemprego acima de 13% e rendimentos médios do trabalho abaixo de R\$ 2.000.

Em função da tendência à vulnerabilidade social, o setor informal merece uma análise à parte. De início, é preciso considerar sua heterogeneidade, isto é, sua composição tanto por trabalhadores que voluntariamente escolhem atuar nesse setor, quanto por trabalhadores que não possuem outra opção e estão, portanto, segmentados no setor informal. Essa visão implica que o emprego no setor informal pode ser melhor ou pior (em termos de remuneração e benefícios), quando comparado ao emprego no setor formal. Nesse caso, o setor informal deve ser interpretado como sendo constituído por diferentes segmentos com características e trabalhadores distintos.

Para além das questões conceituais, é preciso salientar que o setor informal está praticamente oculto da fiscalização das autoridades monetárias, regulatórias e institucionais. E, embora ofereça a vantagem da flexibilidade do emprego em algumas economias, o setor informal está associado a problemas como: baixa produtividade, redução de receita tributária, má governança, desigualdade de renda e pobreza. Nesse sentido, o tema exige políticas públicas abrangentes que levem em conta condições locais específicas, as quais serão analisadas nos parágrafos a seguir, com foco na informalidade no mercado de trabalho da cidade de São Paulo.

O gráfico a seguir mostra a evolução da taxa de informalidade na cidade de São Paulo de acordo com dados da PED-RMSP, no período de janeiro de 2000 a junho de 2019. Foram considerados informais os trabalhadores assalariados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores autônomos não contribuintes da previdência social, trabalhadores familiares não contribuintes da previdência social e empregadores sem contribuição para previdência social.



Fonte: PED RMSP/Fundação Seade. Elaboração: Fipe. (*) Dados até junho de 2019.

O gráfico anterior mostra que, desde o ano 2000 até o ano de 2015, houve seguidas quedas na taxa de informalidade na cidade de São Paulo. Nesse período, a taxa de informalidade recuou 13,7 pontos percentuais, o que representa uma redução de cerca de 35% em termos percentuais. Com a deterioração econômica recente vivenciada por todo o país, a partir de 2016, houve uma reversão na tendência de queda da informalidade, que voltou a crescer. Até 2019 (dados até junho), houve um aumento de 3,3 pontos percentuais – cerca de 13%, em relação a 2015.

Aparentemente, a forte redução observada na taxa de informalidade e também os aumentos ocorridos no período mais recente não podem ser atribuídos a fatores ou a políticas específicas da cidade de São Paulo. Os dados da PED-RMSP mostram que a evolução da taxa de informalidade nos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo foi praticamente idêntica àquela observada para a cidade de São Paulo. Com base na literatura empírica sobre informalidade no Brasil, é possível listar alguns fatores relacionados à redução da informalidade observada nos dados apresentados:

aumento da escolaridade da população, simplificação tributária por meio da implantação do Simples Nacional, redução do desemprego e crescimento econômico. Sendo que os dois primeiros fatores possuem um caráter permanente, ao contrário dos dois últimos que são cíclicos.

De maneira geral o mercado de trabalho paulistano no período analisado pode ser considerado dinâmico, mas afetado conjuntamente pela crise, sobretudo nos altos índices de desemprego e ameaçado com as possíveis transformações da economia e da estrutura produtiva. O tempo de ajuste entre oferta e demanda pode ser excessivamente longo quando comparado ao ciclo de vida das pessoas, o que afeta a capacidade de investimento dos indivíduos em momentos cruciais para seu desenvolvimento. Especificamente no caso do mercado de trabalho, é importante monitorar a evolução do emprego para estar atento a necessidade de formulação de políticas públicas que criem os incentivos adequados para que os trabalhadores se mantenham atualizados, capacitados e, conseqüentemente, possam se beneficiar ao participar do mercado de trabalho.

4.5 - DESIGUALDADE E ACESSO A OPORTUNIDADES

Em todos os documentos internacionais recentes que exprimem pactos pelo futuro da população humana no planeta, o tema da desigualdade emerge como agenda de enfrentamento prioritário pelos diversos agentes sociais, privados e governamentais pelo mundo. A Nova Agenda Urbana, documento de referência para o planejamento por parte dos governos urbanos coloca já no seu terceiro parágrafo que “(...) a persistência de múltiplas formas de pobreza, de crescentes desigualdades e degradação ambiental permanecem como os maiores obstáculos para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, sendo a exclusão socioeconômica e a segregação espacial realidades frequentemente irrefutáveis em cidades e assentamentos humanos”(ONU Habitat, 2016, p. 3). Já nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a “redução de desigualdades dentro dos países e entre eles” figura como objeto do ODS 10, o que no Brasil, a partir do documento técnico de revisão coordenado pelo IBGE e IPEA (Silva, 2018) se traduziu em indicadores variados relacionados a linhas de pobreza, igualdade de oportunidades, discriminação, proteção social e solidez financeira e fiscal.

No país, a desigualdade medida de diferentes formas apontam para um desafio estrutural que tem se mantido ao longo de todo o século (Souza, 2016) e que pouco se alterou em função de ciclos econômicos mais distintos. No período mais recente, as medidas mais consagradas de desigualdade de renda, que se baseiam no cálculo do índice de Gini da renda familiar per capita, capturada pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, mostram uma melhoria nesse indicador de desigualdade entre 2002 e 2015. Da mesma forma, apontam para elevação da renda dos 40% mais pobres nesse período. Do mesmo modo, as análises mais recentes mostram uma estagnação desse processo a partir de 2016. Além disso, medidas feitas a partir de uma fonte mais completa de rendimentos (em especial para os mais ricos), as declarações da receita federal, já mostravam um processo mais constante de elevada desigualdade de renda no país (Medeiros & Castro, 2018; Morgan, 2017).

Em São Paulo, a medição da desigualdade de renda não dispõe de estudos que utilizam essa fonte considerada mais adequada para compreender o fenômeno, mas os números sugerem que também se trata de um fenômeno estrutural. Aqui, a partir das medições dos Censos Demográficos, é possível verificar que o Índice de Gini permaneceu estável, variando entre 0,56 em 1991, 0,61 em 2000 e 0,62 em 2010 (Costa, 2013; Freitas & Araújo, 2014).

Nesse período, ainda, embora tenha havido queda na proporção de domicílios extremamente pobres (de 1,72% para 0,92%) e pobres (de 7,39% para 4,27%), a cidade tenha visto a participação da renda do 1% mais ricos aumentar de 13 para 20%, enquanto a dos 50% pobres tenha diminuído de 11,65 para 10,57% no mesmo período (Freitas & Araújo, 2014).

A relação entre a dinâmica produtiva da cidade e a desigualdade na cidade ainda é objeto de controvérsia. Embora pudéssemos esperar uma tendência de polarização do mercado de trabalho a partir da diminuição relativa dos postos de trabalho na manufatura e a polarização do mercado de trabalho a partir dos estudos sobre as dinâmicas produtivas das cidades (Sassen, 2001), estudos contrários argumentam que tanto a emergência da economia de alta intensidade em conhecimento e tecnologia pode ser benéfica para trabalhadores com escolaridade média (Torres Freire et al., 2012) como que a diversificação nas ocupações tenha impedido um cenário mais evidente de polarização do mercado de trabalho (Marques et al., 2015).

O Mapa da desigualdade de 2020, elaborado pela Rede Nossa São Paulo, apresenta informações relevantes sobre a desigualdade no município de São Paulo, desagregada a nível de distrito, com índices sobre habitação, saúde, educação, trabalho e renda etc. Um dos dados apresentados demonstra a concentração de renda da cidade, através da renda familiar mensal. Enquanto a média no distrito de Lajeado é de R\$ 2.626,63, no distrito Alto de Pinheiros é de R\$ 9.591,93, ou seja, 3,6 vezes maior. A remuneração média mensal do emprego formal no distrito de Artur Alvim é de R\$ 2.016,55, enquanto no distrito São Domingos a média salta para R\$ 6.996,81, 3,5 vezes maior.

O índice de oferta formal é calculado a partir do número absoluto de empregos formais em comparação a População em Idade Ativa

(PIA) e mostra a concentração de oferta de empregos em regiões centrais como Sé (113,8), Barra Funda (52,8) e Saúde (41,8), já regiões periféricas como Tremembé (0,44), Anhanguera (0,39) e Iguatemi (0,39) figuram entre as últimas posições do índice.

No quesito moradia e habitação, o mapa apresenta um Índice de Favelas que contrasta o número de domicílios em favela em comparação com o total. A região Sul é a que tem os distritos com piores índices (Jardim São Luís, Jardim Ângela e Vila Andrade) enquanto em algumas regiões centrais o índice mostra a ausência de domicílios em favela (Alto de Pinheiros, Bela Vista e Cambuci).

O mismatch entre oferta de emprego formal e local de moradia dos trabalhadores acentua os problemas de desigualdade relacionados à mobilidade urbana. O Índice de Acesso a transporte de massa reforça o quadro de desigualdade contido na relação centro-periferia. Enquanto boa parte dos distritos localizados nas extremidades da Zona Sul, Zona Leste e Zona Norte, como Jardim Ângela, Cidade Ademar, Anhanguera e Vila Medeiros, o acesso ao transporte de massa é nulo, regiões do centro apresentam índices altos de acesso, como é o caso de República, Sé e Santa Cecília, que figuram entre os primeiros lugares respectivamente.

A concentração de oportunidades também está vinculada ao alto tempo gasto em deslocamentos dentro do município, em que os sistemas de transporte enfrentam o desafio de lidar com os movimentos pendulares das viagens a trabalho. O mapa trata deste tema no Índice de tempo médio das viagens ao trabalho por transporte público. Enquanto a média de tempo gasto na cidade é de 56,2 minutos, no distrito de Marsilac chega a 124,7 minutos. Tal discrepância revela os custos da desigualdade de acesso a meios adequados de transporte, que afetam a produtividade e o bem estar da população, em especial dos moradores da periferia.

Enfrentar o cenário de desigualdade urbana, sejam elas relacionadas à longevidade, educação, renda ou patrimônio, envolve diferentes tipos de investimentos sociais e políticas públicas, na arrecadação e no gasto. Muitos deles estão articulados aos temas do desenvolvimento econômico e da promoção da cidade inclusiva, diretamente relacionados ao escopo do PMDE. Ainda, reduzir as desigualdades sociais e socioterritoriais também são diretrizes tanto da Lei Orgâ-

nica do Município como do Plano Diretor Estratégico. As desigualdades de rendimentos, oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e uso da cidade, deve ser visto como parte integrante e elemento central de um Plano de Desenvolvimento Econômico.

4.6 - VOCAÇÕES REGIONAIS

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, particularmente em nível municipal ou de diferentes regiões dentro de um município, requerem ferramentas analíticas para que tenham seus resultados potencializados. Ao longo do processo de construção do PMDE, foram realizados estudos diagnósticos e prospectivos, dentre os quais os de Vocações Econômicas tiveram destaque. Cabe destacar que não é apenas o poder público que pode se valer desse tipo de ferramenta e análises, o setor privado também necessita de informações qualificadas para tomar as melhores decisões estratégicas. No contexto do PMDE, as análises de vocações econômicas foram pautadas, fundamentalmente, a partir de dados associados ao mercado de trabalho, tanto com olhar setorial e dos trabalhadores, como também espacial.

A primeira etapa dos estudos de vocação foi centrada em avaliar as vantagens comparativas das diversas regiões da cidade, de acordo com a localização dos empregos nos diversos setores econômicos, bem como a oferta e demanda relativas por trabalho.

A segunda etapa do estudo de vocações apresentou um escopo um pouco mais abrangente, no qual o trabalhador foi o elemento analítico central, embora não o único. Dentre os temas estudados, alguns são destacados abaixo:

• **Avaliação das dinâmicas setoriais de São Paulo em comparação com as de outros municípios:** ao analisar as vantagens comparativas de São Paulo frente a outros municípios de destaque na economia paulista e nacional, identificou-se que o município tem como destaque alguns setores de serviços intensivos em conhecimento, como associados ao setor financeiro e tecnológico e, por outro lado, vem perdendo ainda mais terreno na indústria, mesmo aquelas associadas à alta tecnologia.

• **Perfil socioeconômico da mão de obra moradora no município de São Paulo:** foram avaliados aspectos populacionais, tais como população residente, idade da população economicamente ativa (PEA), proporção de mulheres na força de trabalho etc. considerando as regiões de São Paulo com recorte temporal de 10 anos (entre 2009 e 2019). A tabela abaixo apresenta as principais informações..

2009	População residente	Distribuição da população residente	Densidade demográfica	Idade média da PEA	Proporção de Mulheres na PEA	Proporção de Pretos e Pardos na PEA	Proporção de Estrangeiros na PEA	Proporção da PEA com ensino médio completo
São Paulo (SP)	11.167.079	100%	73,2	35,9	47,1%	33,5%	1,3%	57,6%
Centro	424.949	3,8%	72,1	36,9	46,9%	22,8%	6,9%	64,0%
Leste 1	1.613.337	14,4%	55,8	36,8	47,2%	19,2%	2,1%	65,7%
Leste 2	2.368.771	21,2%	132,9	34,8	45,4%	34,2%	0,4%	49,5%
Norte 1	911.707	8,2%	132,9	36,9	47,6%	28,9%	2,4%	63,6%
Norte 2	1.290.147	11,6%	83,9	35,4	46,3%	36,9%	0,6%	54,2%
Oeste	1.012.426	9,1%	57,3	38,6	49,1%	26,1%	2,3%	74,5%
Sul 1	1.024.332	9,2%	129,6	37,5	48,4%	26,1%	1,5%	71,0%
Sul 2	2.521.411	22,6%	48,5	34,9	47,7%	47,0%	0,5%	48,9%

2019	População residente	Distribuição da população residente	Densidade demográfica	Idade média da PEA	Proporção de Mulheres na PEA	Proporção de Pretos e Pardos na PEA	Proporção de Estrangeiros na PEA	Proporção da PEA com ensino médio completo
São Paulo (SP)	11.810.909	100%	77,5	38,0	47,5%	41,9%	1,2%	68,1%
Centro	457.701	3,9%	77,7	39,6	48,6%	33,3%	6,5%	79,3%
Leste 1	1.634.461	13,8%	56,5	39,4	46,9%	29,7%	2,6%	76,9%
Leste 2	2.493.959	21,1%	139,9	36,7	46,1%	43,5%	0,9%	64,6%
Norte 1	931.162	7,9%	135,8	39,2	48,9%	35,0%	2,2%	67,9%
Norte 2	1.370.971	11,6%	89,2	37,7	47,6%	43,2%	1,3%	66,6%
Oeste	1.072.294	9,1%	60,7	40,0	48,8%	36,3%	1,2%	77,2%
Sul 1	1.071.059	9,1%	135,5	39,4	47,4%	33,5%	1,0%	74,8%
Sul 2	2.779.304	23,5%	53,4	37,4	48,4%	51,4%	0,3%	63,0%

• **Tendências e transformações setoriais e ocupacionais:** Apesar das dificuldades inerentes de se fazer prognósticos, com base no cruzamento de informações e análises do passado e do presente, torna-se possível propor hipóteses, traçar trajetórias e projetar cenários futuros que, por sua vez, podem balizar e calibrar a ação das políticas públicas – seja para interferir na probabilidade de cada cenário alternativo e/ou para reduzir os danos, exposição e a vulnerabilidade de segmentos sociais a choques e calamidades. As mudanças rápidas e profundas nas relações de trabalho geradas, em boa medida, por aspectos tecnológicos representam um particular desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade premente, para avaliações prospectivas. Neste contexto, foram feitos exercícios considerando a tendência recente e a expectativa futura com relação à dinâmica de diversas ocupações na cidade de São Paulo. Cerca de 15% dos empregos formais da cidade de São Paulo, se enquadram em situação de grande vulnerabilidade, tendo passado por uma queda no número de trabalhadores nos últimos anos e uma elevada probabilidade de ser impactado por automação nos próximos anos.

Os elementos apresentados acima permitem, em conjunto com outras ferramentas analíticas, delinear de forma mais precisa o foco a ser dado pelos esforços, sejam do poder público seja do setor privado, resultando em melhores decisões o que, em última instância, potencializam o retorno dos esforços empregados e investimentos realizados.



05



**OS IMPACTOS
CAUSADOS
PELA PANDEMIA**

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA

No Brasil, a primeira notificação oficial de Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo. Foi também na capital paulista a primeira notificação de óbito, em 16 de março do mesmo ano. Desde então, o Estado de São Paulo, com a capital liderando os números mais elevados de casos e óbitos, tornou-se epicentro da pandemia no Brasil. Até 22 de janeiro de 2022, dados do Ministério da Saúde apontavam 23.909.175 infecções confirmadas e 622.801 óbitos decorrentes da doença no país. Na cidade de São Paulo 1.694.895 infecções foram confirmadas com 39.806 óbitos até a mesma data.

Combinada à crise sanitária, a pandemia impactou negativamente as economias e, sobretudo, as unidades e sistemas de saúde. Isso ocorreu porque, proporcionalmente à explosão de casos confirmados de Covid-19, cresceu também o número de pacientes em estado crítico que passaram a exigir leitos, suporte de equipamentos, medicamentos, equipe médica e infraestrutura de cuidados intensivos. Essa demanda excepcional acabou por sobrecarregar alguns dos principais e mais avançados sistemas de saúde do mundo, indistintamente de seu preparo e capacitação prévios (a exemplo do que ocorreu em algumas regiões da Itália, um dos primeiros epicentros da doença na Europa), a ponto de aproximá-los do colapso: situação em que os sistemas de saúde não são mais capazes de atender ou aceitar novas internações.

Como medida imediata para controlar a rápida contaminação pelo vírus, os governos estaduais decretaram estado de calamidade pública e estabeleceram uma situação de quarentena. As medidas estabelecidas fecharam escolas, igrejas, lojas, shoppings, restaurantes e bares, que passaram a funcionar somente no esquema de entrega. Setores como o de construção civil, farmácias e supermercados entraram na classificação de essenciais e permaneceram funcionando normalmente. O Estado de São Paulo foi um dos primeiros do Brasil a decretar quarentena, no dia 24 de março. As medidas restritivas foram prorrogadas conforme os números de

novos casos de contaminação e de óbitos não se estabilizavam. Em maio, o Governo do Estado anunciou o Plano São Paulo, com um conjunto de protocolos para a retomada gradual das atividades econômicas nas diferentes cidades e regiões do Estado. Foram estabelecidos critérios de monitoramento da capacidade de resposta dos sistemas de saúde e dos níveis atingidos pela pandemia e, com base na avaliação de cada região, uma classificação de cinco fases de aplicação dos protocolos, sendo 1 o nível de “alerta máximo”, com liberação apenas de serviços essenciais e 5 a fase “normal/ controlada”, com liberação de todas as atividades com protocolos.

Mesmo com o delineamento de um cenário positivo de superação da crise, o momento exige cautela e planejamento. Apesar de ser precoce uma análise profunda dos impactos no mercado de trabalho decorrentes deste período, já é possível afirmar que a pandemia expôs e acentuou as fragilidades estruturais já existentes em economias que apresentam características como baixa produtividade, elevados níveis de informalidade e desigualdade de renda, como são particulares à economia brasileira e à cidade de São Paulo.

Os efeitos da crise econômica também evidenciaram e acentuaram as desigualdades sociais na cidade de São Paulo, uma vez que os trabalhadores de serviços menos qualificados e de menor remuneração (tais como porteiros, entregadores, lixeiros, entre outros) não puderam adaptar suas funções ao teletrabalho, em contraste com os empregos de maior rendimento e qualificação profissional, cujos trabalhadores puderam manter seu trabalho remotamente e, assim, se resguardar em suas casas para se proteger do risco de contaminação da doença.

Em adição, a pandemia intensificou as desigualdades entre os territórios da cidade. Segundo dados da Rede Nossa São Paulo, os distritos onde o índice de longevidade é mais elevado são os que têm melhores condições de vida e as mortes por Covid-19 em níveis relativamente inferiores. Em contraste, nos distritos onde o índice de longevidade é menor, encontram-se também piores condições de vida e mortes por coronavírus significativamente maiores.

Diante dessa situação, a Prefeitura de São Paulo organizou o PMDE para auxiliar a recuperação da economia e possibilitar a volta do crescimento em diversos setores, através de ações de curto, médio e longo prazo, buscando fomentar a criação de empregos, sobretudo aos mais impactados pela pandemia; ampliar a oferta de qualificação profissional e de novas frentes de trabalho; fortalecer o apoio ao empreendedor; buscar a desburocratização e; a atração de novos investimentos.

5.1 - DIAGNÓSTICO DA CIDADE E OS IMPACTOS DA COVID-19

Para elaborar as ações de fomento econômico, é necessário analisar em profundidade os efeitos da pandemia na cidade, entendendo de que forma os impactos foram sentidos pelos diferentes setores e extratos da população. Por isso, um diagnóstico foi elaborado para explorar como o mercado de trabalho absorveu as imposições e implicações do período pandêmico.

Em relação ao pré-pandemia, o 3º trimestre foi o mais agudo:

- Somando perda de 877 mil ocupações ou redução de 14,1%;
- Esta perda foi reduzida, até o 3º trimestre de 2021, para um déficit de 160 mil ocupações;

Sabe-se que a população foi afetada de maneira distinta:

- As desigualdades já existentes na cidade foram agravadas no período.

As populações mais impactadas com perda de ocupação até o 3º trimestre de 2020 foram:

- Jovens até 29 anos com queda de 22,7%
- Menos escolarizados com queda de 31,4%
- Pretos, pardos e indígenas, com queda de 21,3%
- Mulheres, com queda de 14,3%

As regiões também evidenciam o impacto distinto da pandemia até o 2º trimestre de 2021

- República apresentou queda de 26,5% das ocupações
- Barra Funda apresentou queda de 21,6% das ocupações

5.2 - MERCADO DE TRABALHO

Dadas as implicações advindas da crise da Covid-19, é razoável avaliar seu impacto na cidade de São Paulo por meio da análise de indicadores do mercado de trabalho. A investigação apresentada neste capítulo explora os dados trimestrais de Ocupação e Emprego com referência ao início da pandemia no 1º trimestre de 2020, e ao 3º trimestre de 2021, os últimos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) trimestral até a data de elaboração deste relatório. Foram analisados também dados de Microempreendedor Individual (MEI) disponíveis no Portal do Empreendedor. Tomando como referência a PNADc trimestral, observa-se que a pandemia desencadeou uma crise cujos efeitos impactaram fortemente o mercado de trabalho, com queda generalizada dos principais indicadores no período de referência:¹

[1] • População Ocupada engloba as pessoas que estão trabalhando, entre empregadores, empregados ou trabalhadores por conta própria;

• População Desocupada é o total de pessoas que estão buscando emprego ativamente;

• População Economicamente Ativa (PEA) representa a soma de pessoas que estão trabalhando ou buscando emprego de maneira ativa (População Ocupada e Desocupada);

• Taxa de Participação mede a proporção da PEA em relação à População em Idade Ativa (PIA);

• Taxa de Desocupação mede a proporção de População Desocupada na PEA.

No 3º trimestre de 2020 o mercado de trabalho apresentava a situação mais aguda no pós-pandemia

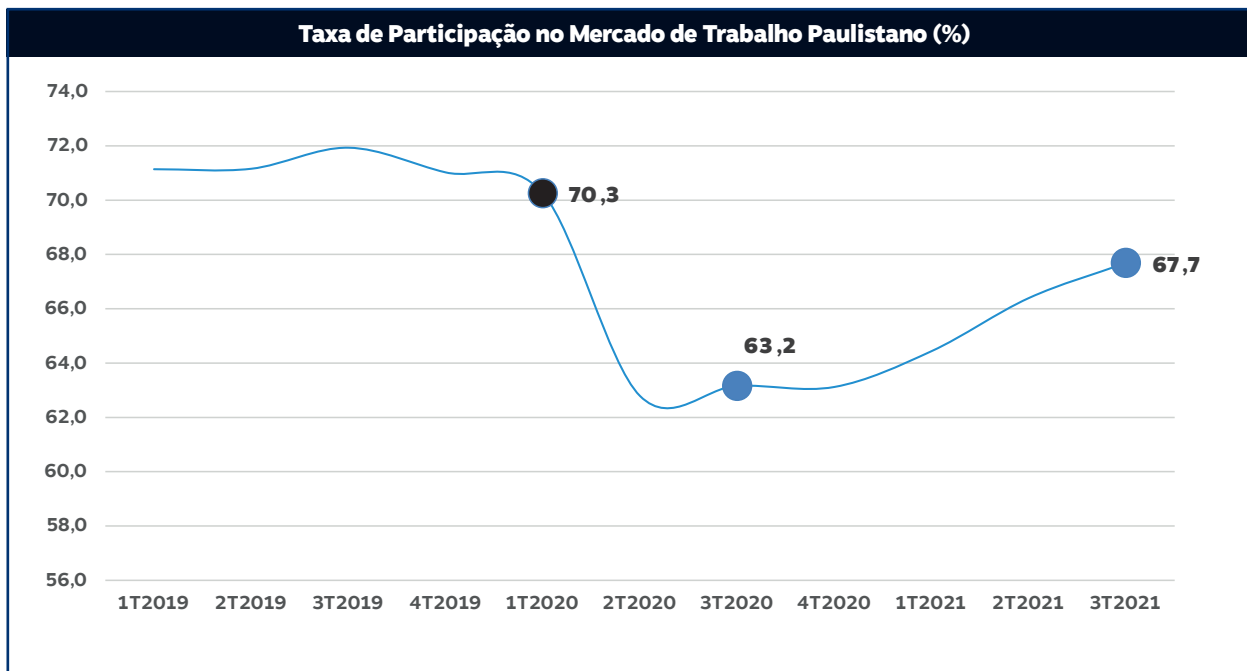
- Taxa de Participação sofreu queda de 7,1pp
- População Ocupada reduziu em 14,1%, o que se traduz na perda de 877 mil ocupações
- Taxa de Desocupação elevou-se em 4,7pp, o que representa aumento de 217 mil pessoas desocupadas
- População Economicamente Ativa (PEA) caiu 9,2%, com queda de 660 mil pessoas
- Taxa de Participação caiu 7,1pp

A queda da População Ocupada tem intensidade atípica - um grande volume de pessoas deixou de trabalhar em um curto espaço de tempo. Esta queda, porém, não representou um aumento das pessoas que procuram ativamente emprego, o que é evidenciado pela queda substancial da PEA e da taxa de participação no mercado de trabalho. Ou seja, as pessoas perderam suas ocupações e não voltaram de imediato a procurar emprego, deixando o mercado de trabalho.

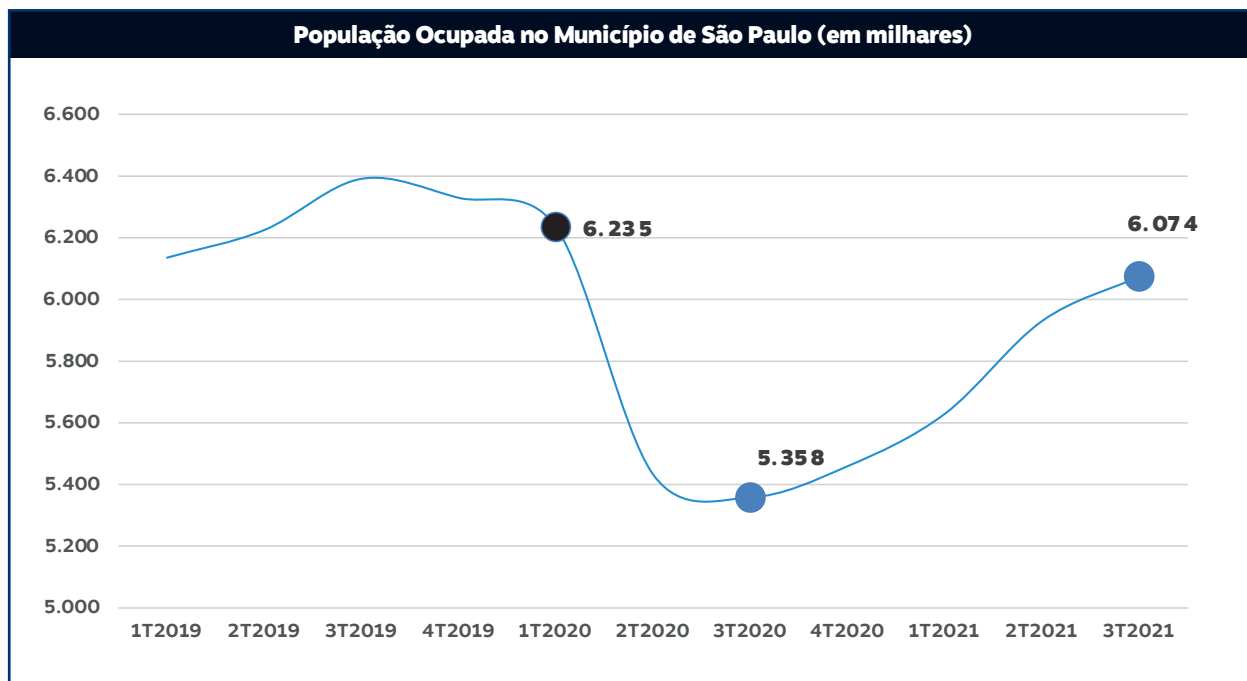
No 3º trimestre de 2021 a cidade apresentava uma boa recuperação em relação ao período pré-pandemia

- A Taxa de Participação encontrava-se 2,6pp abaixo do nível pré-pandemia;
- A queda da População Ocupada atenuou-se para 2,6% com déficit de 160 mil ocupações;
- Taxa de Desocupação estava elevada em 0,4pp, o que representa aumento de 9 mil pessoas desocupadas;
- População Economicamente Ativa (PEA) apresentava queda de 2,1%, com déficit de 151 mil pessoas;

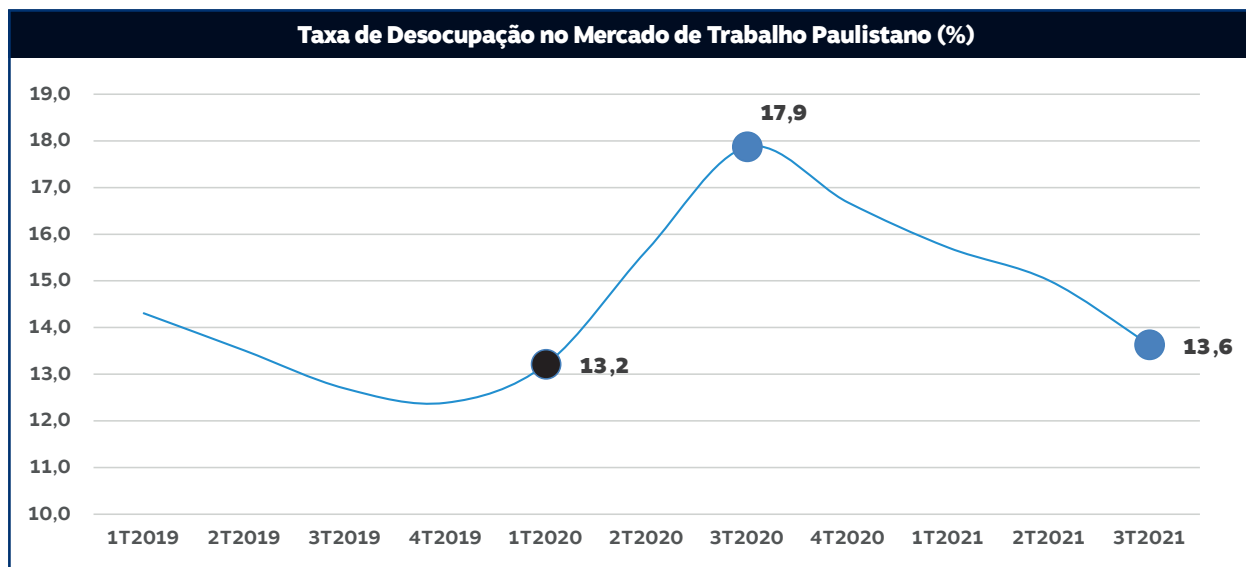
Passado um ano e meio do início da pandemia e um ano do 3º trimestre de 2020, o mais agudo do período pós-pandemia, os indicadores do mercado de trabalho do município apontavam uma situação substancialmente melhor. Os números do 3º trimestre de 2021 representam os efeitos das ações para enfrentamento da pandemia, como os protocolos sanitários, aumento do uso de máscaras e o ritmo acelerado de vacinação no município.



Elaborado pelo DIEESE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).



Elaborado pelo DIEESE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).

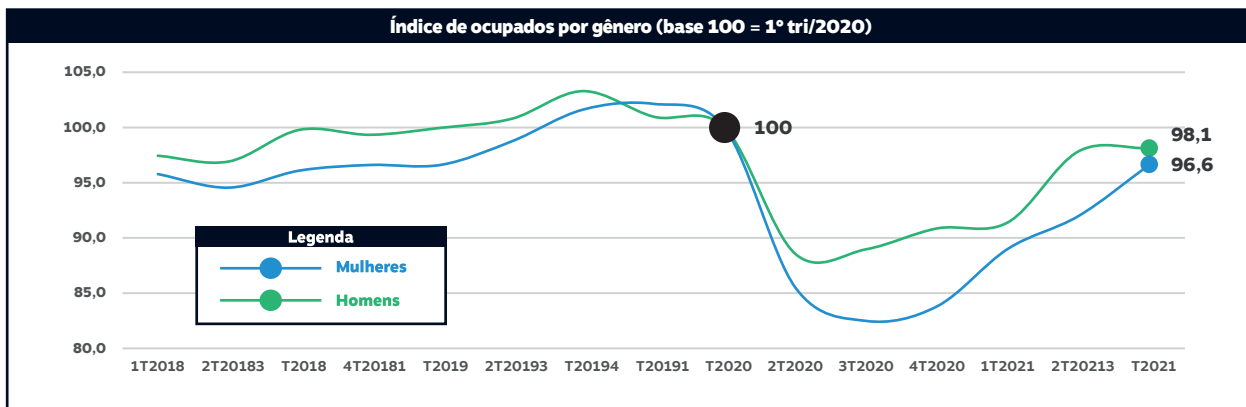


Elaborado pelo DIEESE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).

Todavia, esta análise agregada do mercado de trabalho não evidencia o impacto mais significativo da pandemia sobre o agravamento das desigualdades e sobre os grupos mais vulneráveis. Para isso, é importante analisar como os indicadores de mercado de trabalho se comportaram em diferentes recortes de gênero, escolarização, raça/cor, perfil etário e outros.

5.2.1 - MULHERES

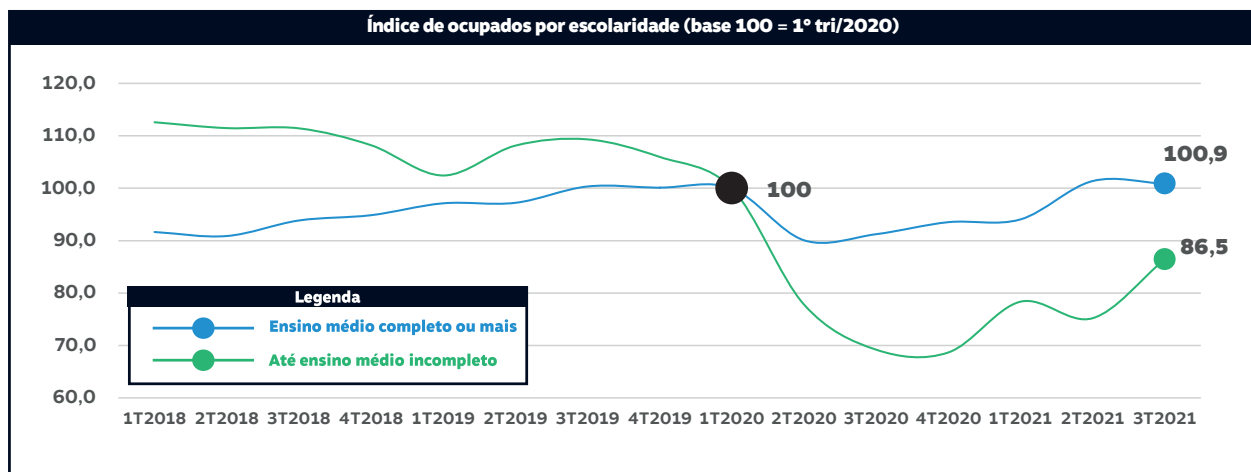
Considerando os efeitos da pandemia no mercado de trabalho, os dados de ocupação, taxa de participação e taxa de desocupação deixam evidente que as mulheres foram mais prejudicadas que os homens desde o início da pandemia. Em relação ao número de ocupados, nota-se que houve impacto negativo maior para as mulheres nos três primeiros trimestres da pandemia. No 3º trimestre de 2020, o pior trimestre neste contexto, registrou uma queda de 17,5% do número de mulheres ocupadas em relação ao pré-pandemia - no mesmo período o número de homens ocupados acumulava recuo de 11%. Os dados mais atualizados do 3º trimestre de 2021, ainda que inferiores ao 1º trimestre de 2020, evidenciam um crescimento substancial para os dois gêneros; homens com recuo acumulado de 1,9%, e mulheres com 3,4%.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE)

5.2.2 - MENOS ESCOLARIZADOS

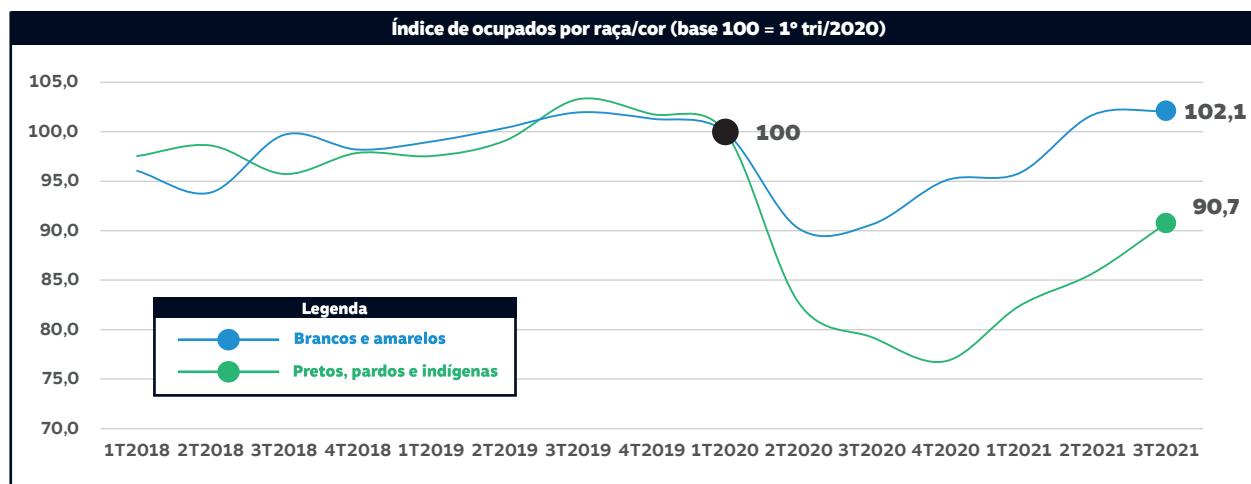
A população menos escolarizada foi significativamente mais prejudicada em termos de ocupações, uma vez que o índice de ocupados recuou em 31,4% até o 4º trimestre de 2020, ao passo que a parcela de maior escolaridade recuou 6,5% no mesmo período. Em relação à taxa de participação dos menos escolarizados, esta registrou 38,7% no 3º trimestre de 2020; ao passo que para os mais escolarizados a taxa foi de 75,4% no mesmo período. Em termos da taxa de desocupação, houve oscilação entre os grupos, com taxas maiores para os mais escolarizados até o 1º trimestre de 2021, sinalizando que este público permaneceu no mercado de trabalho.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad continua trimestral (IBGE).

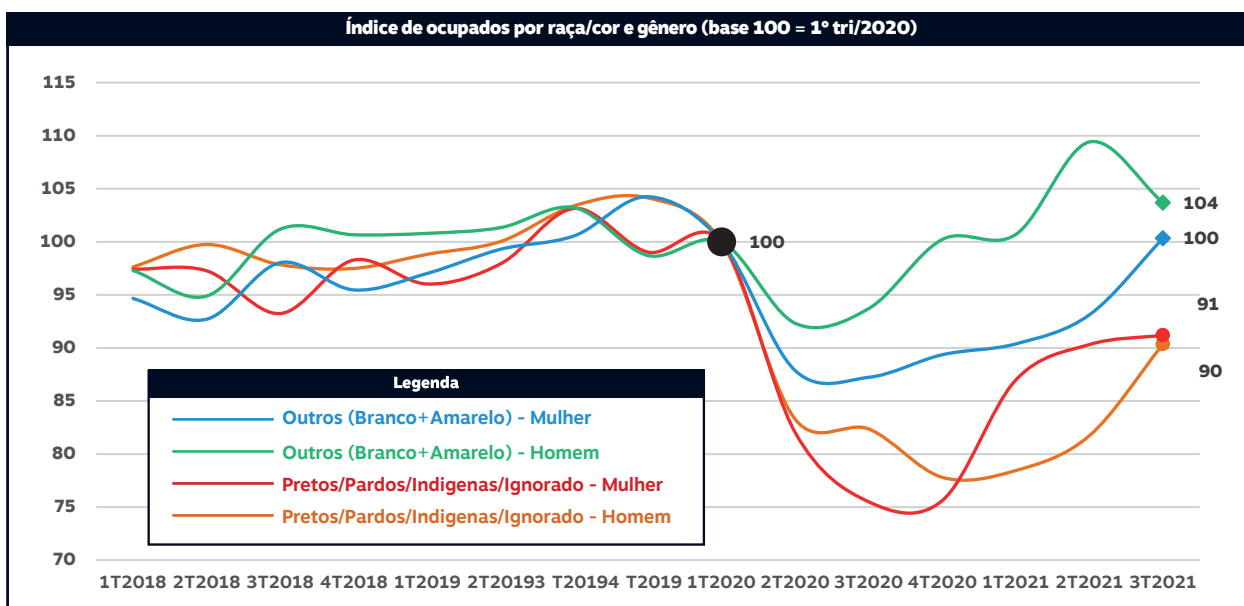
5.2.3 - PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

Na desagregação por raça/cor, nota-se que no 4º trimestre de 2020 o índice de ocupados para a população preta, parda e indígena registrou o seu menor valor, um recuo de 23,2%. Evidencia-se que este público foi o mais prejudicado quando, no mesmo período, o recuo para brancos e amarelos anotava 4,9%. Além disso, observa-se que ao longo de toda a série pós-pandemia a população preta, parda e indígena foi mais prejudicada, chegando ao 3º trimestre de 2021 com redução de 9,3% em relação aos níveis pré-pandemia; ao passo que a população branca e amarela superou o nível pré-pandêmico em 2,1%. Em relação à taxa de participação, houve um recuo de 9,5 pp para a população preta, parda e indígena, frente a 5,5 pp da população branca e amarela até o 3º trimestre de 2020. Já a taxa de desocupação se elevou em 2,4 pp no primeiro grupo e 1,8 pp no último para este período.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad continua trimestral (IBGE).

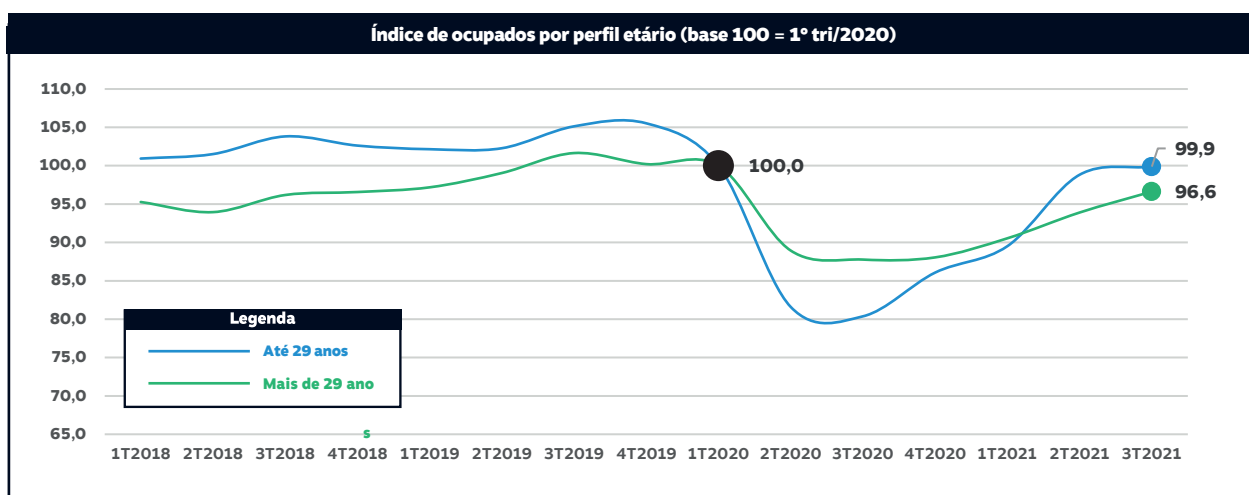
Estes resultados para a população preta, parda e indígena são confirmados quando é feita a desagregação cruzada por gênero: homens e mulheres pretos, pardos e indígenas foram consideravelmente mais afetados pela pandemia nos índices do que homens e mulheres brancas e amarelas, reforçando o fato de que as populações menos privilegiadas foram mais prejudicadas na pandemia. No 3º trimestre de 2020 as mulheres pretas, pardas e indígenas apresentaram o maior recuo no índice de ocupados, de 25%. No mesmo período, os homens brancos e amarelos apresentaram um recuo de apenas 6%. Convém destacar, inclusive, que dentro de cada agrupamento raça/cor as mulheres têm situação pior em relação aos homens inicialmente. Contudo, uma variação no 1º semestre de 2021 chama atenção: as mulheres pretas, pardas e indígenas apresentaram um notável aumento no índice de ocupados, o que foi suficiente para superar o índice dos homens deste grupo, mas não para alcançar as mulheres brancas e amarelas, segundo grupo menos impactado em termos de variação de ocupação. No 3º trimestre de 2021, a situação demarca as diferenças de raça/cor de maneira mais acentuada, com mulheres e homens pretos, pardos e indígenas apresentando índice 9% e 10% inferiores ao período base, respectivamente; e mulheres e homens brancos e amarelos superando o período base em 0,3% e 3,7%, respectivamente.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).

5.2.4 - JOVENS

Analisando os dados desagregados entre jovens (até 29 anos) e não jovens (mais de 29 anos), percebe-se que o primeiro grupo foi mais impactado pela pandemia. Considerando o índice de ocupados no 3º trimestre de 2020, este recuou 19,6% para os jovens e 12,2% para os não jovens em relação aos níveis pré-pandemia. No entanto, o índice dos jovens apresentou um crescimento significativo chegando ao 3º trimestre de 2021 próximo aos níveis pré-pandemia (-0,1%) e superior ao índice dos não jovens (-3,4%).



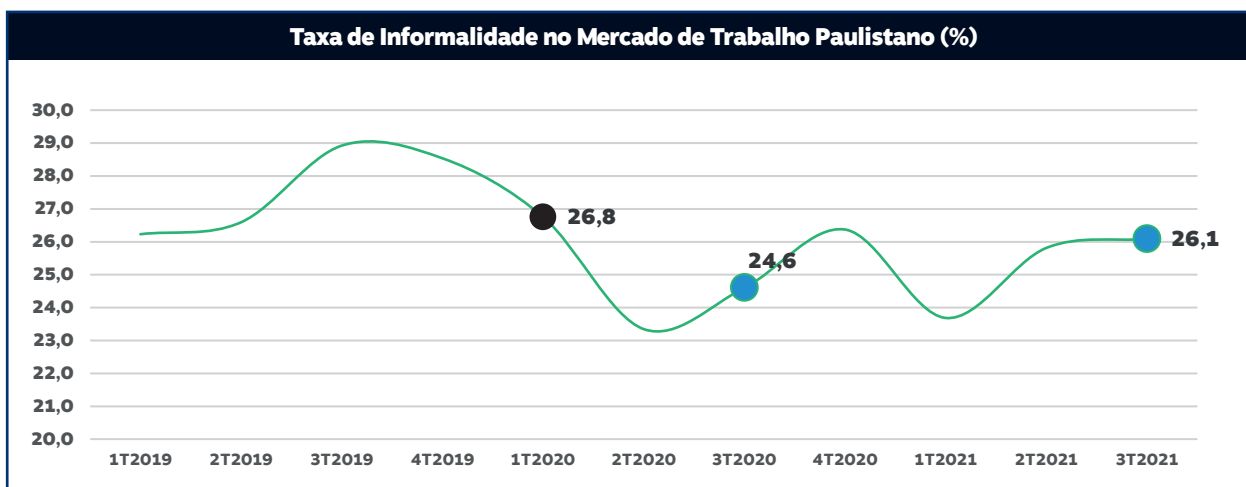
Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).

Em relação à taxa de participação, a dos Jovens encontra-se em 69,7% após recuo de 1,1 pp; e a dos não jovens em 66,9% após queda de 3,1 pp. Inicialmente, os jovens apresentaram um recuo mais forte na participação, o que, todavia, em seguida foi amenizado por um crescimento mais acentuado, superando a taxa de participação dos não jovens.

5.2.5 - INFORMAIS

Outro grupo vulnerável atingido com maior intensidade pela pandemia foram os trabalhadores informais. Afinal, até o 3º trimestre de 2020 o número de ocupados deste grupo foi reduzido em 21%, enquanto os formais apresentaram queda de 11,5%. Como consequência, a taxa de informalidade no município, calculada pela razão entre ocupados informais e ocupados totais, recuou 2,1pp no período. Este resultado implica reconhecer que a redução desta taxa não é benigna, como ocorreria se fosse consequência de políticas de formalização, mas reflexo da maior vulnerabilidade de trabalhadores informais às medidas restritivas, os fenômenos da desocupação e da queda da participação durante o período de pandemia.

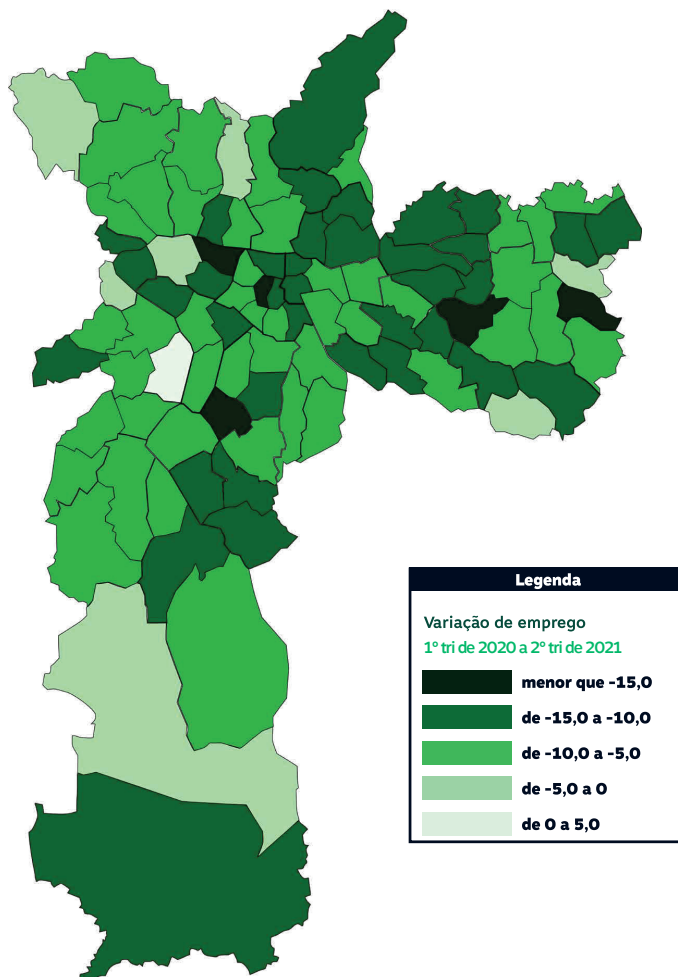
As quedas mais acentuadas da taxa no 2º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021 coincidem com períodos em que vigoraram medidas restritivas mais austeras, reforçando a narrativa de maior dependência dos informais da circulação de pessoas.



Elaborado pelo DIEESE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE).

5.2.6 - REDUÇÃO DE EMPREGO NOS DISTRITOS DA CIDADE

A análise espacial evidencia que, ainda que o impacto da pandemia tenha ocorrido de forma generalizada na cidade, ele foi percebido em intensidades diferentes entre os empregados de cada distrito:



Variação de emprego por distrito no MSP entre 1º trimestre de 2020 a 2º trimestre de 2021

Elaboração: Fipe, a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE), RAIS e CAGED (Ministério da Economia).

Em média, o número de empregados foi reduzido em 10,3% no município. Esta redução foi sentida, em maior ou menor magnitude, em todos os distritos, à exceção do Morumbi, cujo contingente empregado se elevou em 2,2%.

As quedas mais expressivas ocorreram nos distritos: República (-26,5%), Barra Funda (-21,6%), Cidade Líder (-20,4%), Guaianases (-15,2%) e Campo Belo (-15,2%). Já os com redução mais moderada foram: São Rafael (-2,8%), Lajeado (-3,0%), Anhanguera (-3,1%) e Parelheiros (-4,1%).

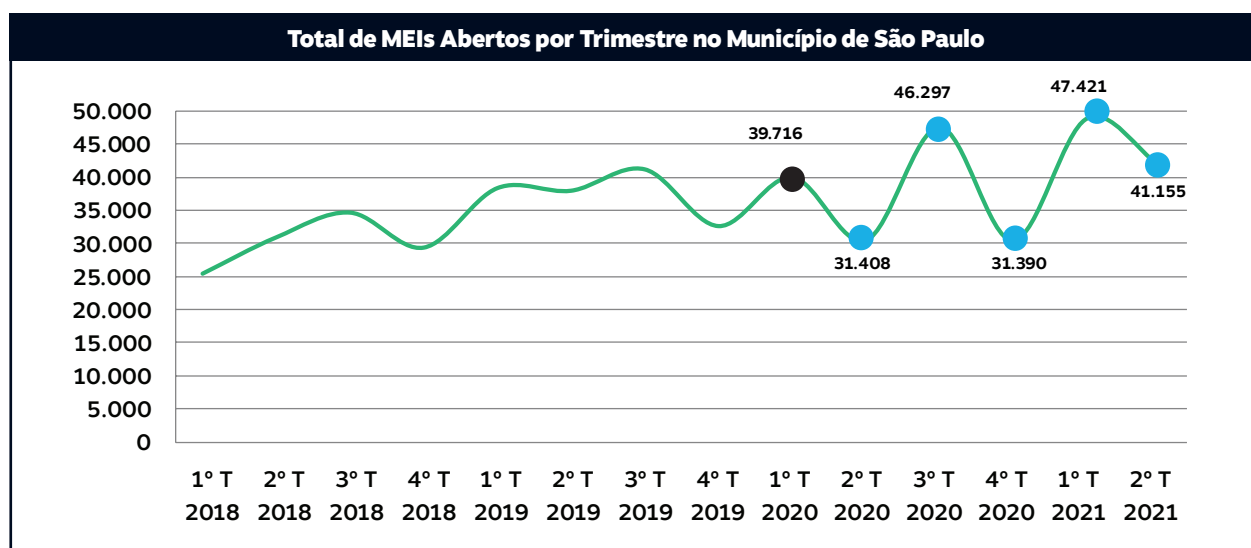
Em síntese, a pandemia impactou o mercado de trabalho paulistano em diversas frentes, pois, além da perda de ocupações, tanto a procura por trabalho foi reduzida quanto a efetivação desta procura em uma nova ocupação. Embora a perda de ocupações tenha afetado toda a população, alguns de seus segmentos sofreram reduções mais acentuadas. Como evidenciado nesta seção, isto ocorreu, em particular, com a população dos distritos República e Barra Funda, assim como com os grupos mais vulneráveis, tais como os jovens, os menos escolarizados, os pretos, pardos e indígenas, os informais e as mulheres. Por fim, a intensidade do impacto parece ser ainda maior nos grupos com mais de um grau de vulnerabilidade. Os pretos, pardos e indígenas com menor escolaridade, por exemplo, apresentaram uma queda de 33,2% no nível de ocupação após um ano nos 3 primeiros trimestres de pandemia, ao passo que os brancos e amarelos de maior escolaridade recuaram em apenas 3,7%. Isto chama a atenção da necessidade de construção de políticas focalizadas, que sejam planejadas levando em consideração as diferentes realidades e obstáculos que os distintos grupos enfrentam.

5.2.7 - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Outro indicador que pode sugerir qual o tamanho e o tipo de impacto causado pela pandemia é o da variação no número de inscrições de Microempreendedores Individuais (MEIs) no município. Houve uma continuidade da tendência de aumento do indicador após o início da pandemia, porém com uma amplitude maior da variação ao longo dos trimestres. Neste sentido, logo após a eclosão da pandemia, já no segundo trimestre de 2020, houve uma queda de 17,2% nesta variável quando comparado ao mesmo trimestre de 2019. É possível inferir que a recessão econômica e a ausência de perspectiva de retomada da demanda reduziram a propensão à criação de novos negócios e, dessa forma, a abertura de MEIs.

Nos trimestres subsequentes, todavia, o comportamento deste indicador se altera. Afinal, suas maiores variações em relação aos respectivos trimestres de 2019 – 13,6% no terceiro de 2020 e 19,4% no primeiro de 2021 – tiveram sinal positivo. Isto é, o apro-

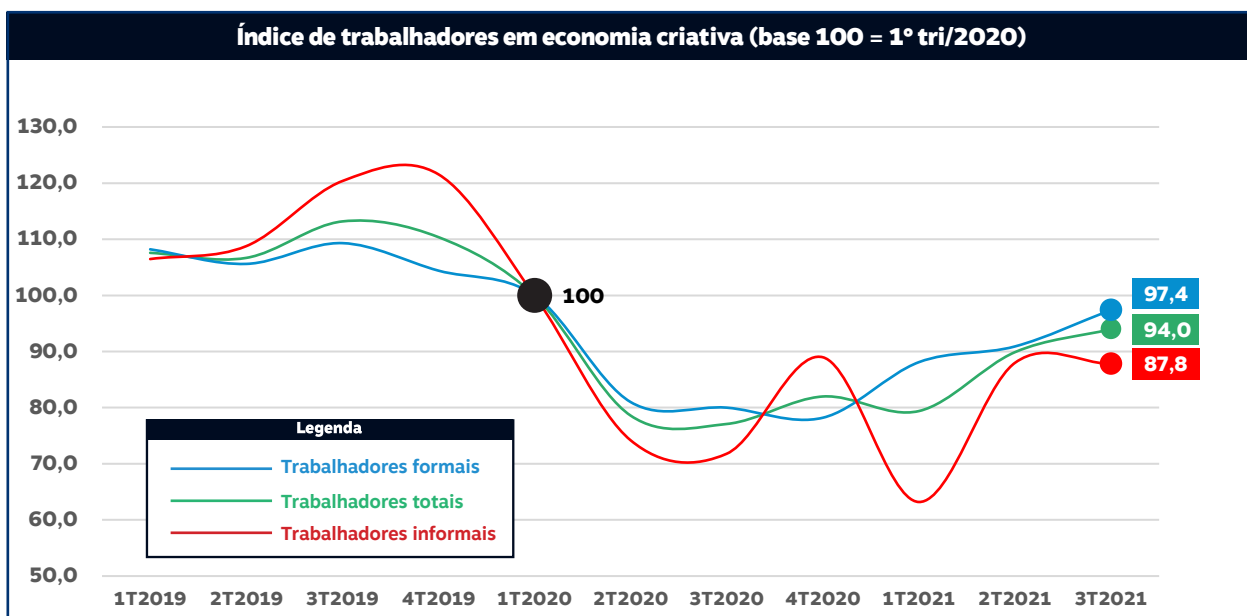
fundamento da crise reverteu o movimento de queda do número de MEIs, que passou a apresentar tendência de elevação. Uma hipótese para explicar esta inflexão é o fato de que a população do município, frente à prolongada recessão e à falta de perspectiva de retomar sua ocupação anterior, pode ter vislumbrado como única alternativa de renda a abertura do próprio negócio. Este fenômeno pode ser chamado de “empreendedorismo por necessidade”.



Elaborado pela SMDet (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo) a partir de dados do Portal gov.br.

5.2.8 - SETORES ECONÔMICOS

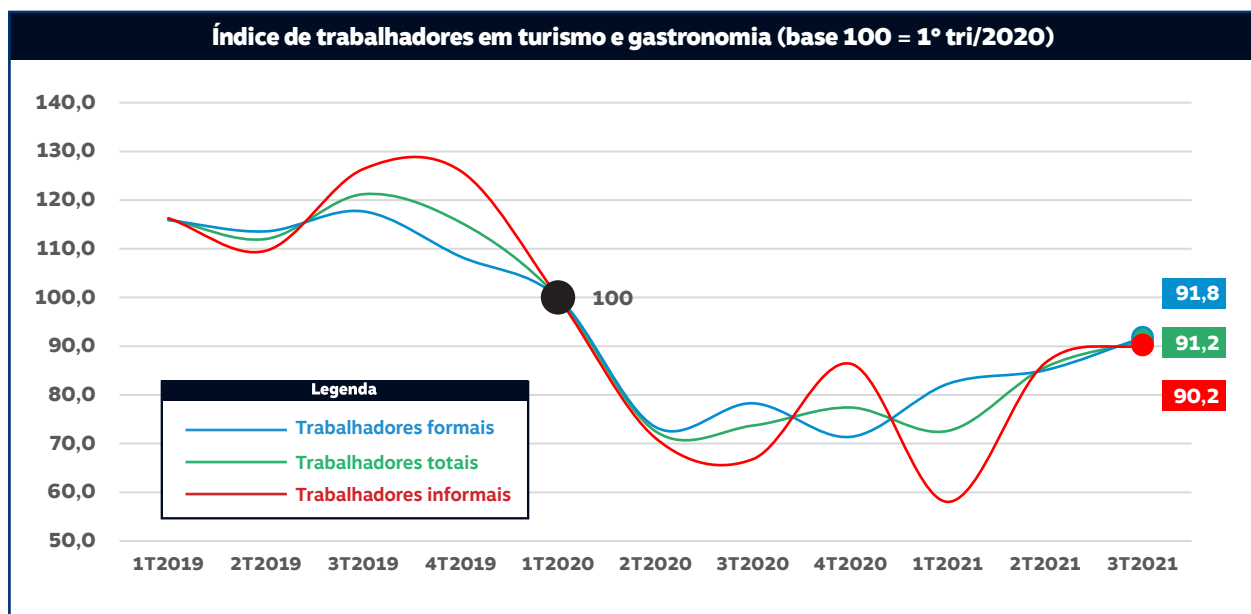
Os dois setores que mais sofreram impactos negativos advindos da pandemia foram Turismo e Gastronomia e Economia Criativa e Gastronomia e Economia Criativa. Embora a própria queda da ocupação no município como um todo já tenha assumido proporções preocupantes, chegando a 14,1% entre o primeiro e terceiro trimestres de 2020, estes setores apresentaram recuo ainda mais acentuado. De acordo com esta métrica, o setor de Turismo e Gastronomia foi o mais afetado, apresentando redução de 26,3% dos empregos totais, enquanto a Economia Criativa recuou em 22,9%.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE), RAIS e CAGED (Ministério da Economia).

[1] <https://saopaulo.dieese.org.br/>

É relevante observar que, conforme indica o Estudo Temático XII do Observatório do Trabalho¹, o setor de gastronomia teve suas ocupações afetadas de modo diferenciado pela pandemia. As duas que apresentaram maior redução foram justamente aquelas de atendimento direto ao público: atendente de lanchonete e garçom.

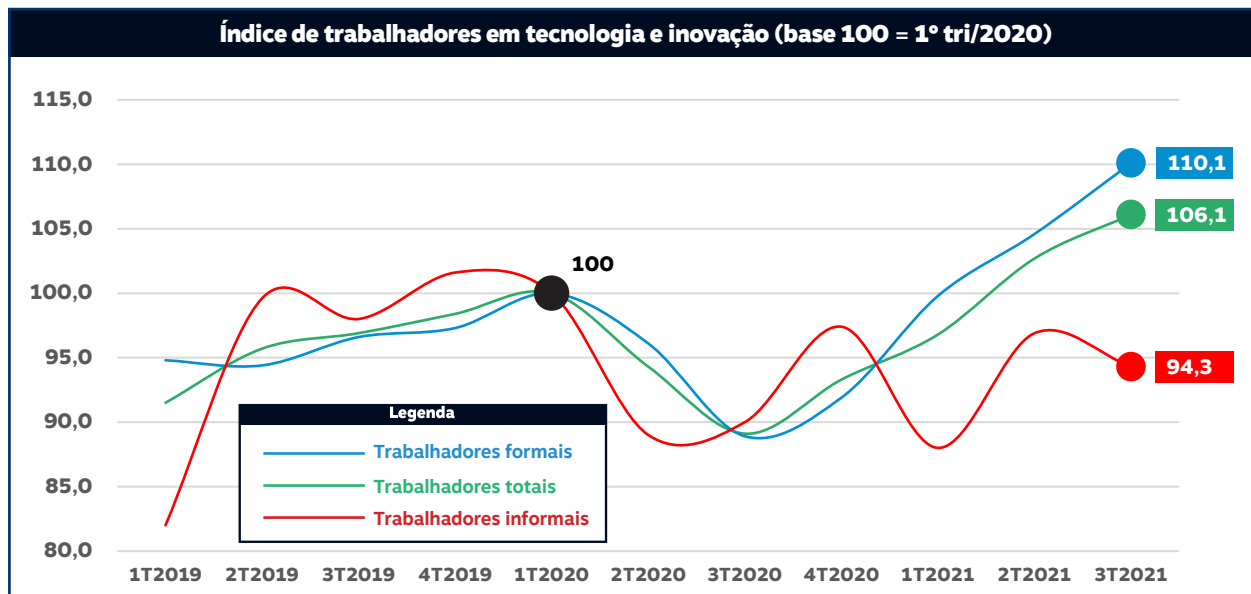


Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE), RAIS e CAGED (Ministério da Economia).

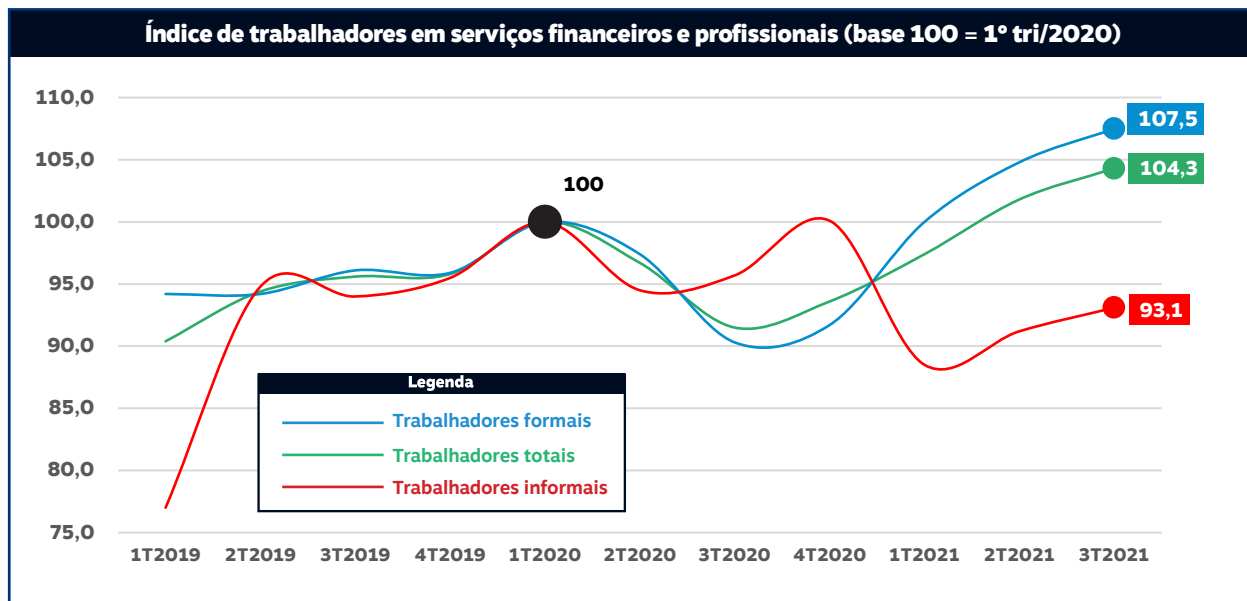
Por outro lado, há setores que foram afetados pela pandemia de modo muito mais ameno nos primeiros trimestres. Destacam-se em particular **Tecnologia e Inovação e Serviços Financeiros e Profissionais**. Tendo como referência a já mencionada queda de empregos totais, ambos os setores apresentaram perdas menos intensas até o 3º trimestre de 2020: 10,9% e 8,5%, respectivamente.

Estes setores, no entanto, apresentaram uma substancial recuperação no período que se estende até o 3º trimestre de 2021, chegando a ultrapassar os níveis pré-pandemia. O setor de **Tecnologia e Inovação** chegou a apresentar **elevação do emprego formal de 10,1%**, já o emprego informal deste setor foi reduzido em 5,7%, o que representa uma queda relativamente baixa quando comparado aos demais segmentos. O setor de **Serviços Financeiros e Profissionais** também apresentou aumento do emprego formal, que subiu 7,5%. Do mesmo modo, sua redução de ocupação informal foi de 6,9%, que é menos intensa do que aquela sofrida por outros setores.

Estes setores, no entanto, apresentaram uma substancial recuperação no período que se estende até o 3º trimestre de 2021. O setor de Tecnologia e Inovação chegou a apresentar elevação do emprego formal de 10,1% em relação ao pré-pandemia. Já o emprego informal deste setor foi reduzido em 5,7%, o que representa uma queda relativamente amena quando comparado aos demais segmentos. Serviços Financeiros e Profissionais também apresentou **aumento do emprego formal, que subiu 7,5%**. Do mesmo modo, sua redução de ocupação informal foi de 6,9%, que é menos intensa do que aquela sofrida por outros setores.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE), RAIS e CAGED (Ministério da Economia).



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE), RAIS e CAGED (Ministério da Economia).

O setor de **Saúde, Esporte e Qualidade de Vida** apresentou um comportamento muito particular no pós-pandemia. Com o aumento de demanda por internações, atendimentos e tratamentos decorrentes da própria Covid-19, o setor de saúde elevou consideravelmente a contratação de profissionais, o que o fez ter um comportamento distinto em relação à pandemia, com pequena redução de empregos formais nos 2º e 3º trimestres de 2020 e forte elevação no 4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021, chegando a aumentar em 18,6% o número de empregados em relação ao pré-pandemia. A partir do 2º trimestre de 2021, há queda de empregados no setor chegando a um **aumento acumulado de 10,3% no 3º trimestre** do mesmo ano, o que reflete a redução de internações e hospitalizações em virtude da Covid-19, resultado das políticas públicas de saúde, com destaque à vacinação.

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



06



METRÓPOLES EM TRANSIÇÃO

METRÓPOLES EM TRANSIÇÃO

Um olhar para fora, de forma a subsidiar o posicionamento da cidade, o desenvolvimento da visão e a identificação das propostas mais relevantes para transformação e economia de São Paulo, revela-se necessário. Trata-se do reconhecimento de desafios e oportunidades resultantes das mudanças nas grandes metrópoles mundiais. O contexto de desaceleração da economia global combinado com intensas mudanças produtivas, tecnológicas e novos desafios relacionados ao clima e à sustentabilidade desafiam as cidades a promover uma agenda de transição.

6.1 - FUTURO DO TRABALHO

A velocidade a partir da qual um conjunto de vetores de transformações relacionados aos impactos dos avanços tecnológicos em diferentes dimensões do mundo do trabalho tem gerado um panorama de incertezas, para as cidades e o desenvolvimento de suas políticas públicas. Um conjunto de fenômenos transforma os processos produtivos e estão relacionados à sistemas ciberfísicos e sensores, internet das coisas, big data, algoritmos, computação na nuvem, inteligência artificial, realidade virtual e realidade aumentada. Em conjunto, elas provocam uma mudança estrutural nas relações e na produtividade do trabalho, e os seus impactos ainda não podem ser totalmente mensurados.

Em função disso, tanto os principais organismos multilaterais, como universidades e empresas globais de consultoria tem se dedicado a inferir, projetar e discutir os seus impactos sobre a sociedade. Assim, e com base na breve revisão da literatura e do diagnóstico compartilhado, é possível detalhar alguns dos principais vetores (drivers) das transformações em curso no mundo do trabalho, colaborando para compreender e antecipar os possíveis cenários futuros e as possíveis consequências para o Brasil e para o município de São Paulo.

O primeiro vetor de transformação refere-se aos impactos da reestruturação produtiva, das novas tecnologias e da Indústria 4.0. A

partir de mudanças importantes que vinham da década de 1980 e 1990, o aprofundamento, ramificação e integração de tecnologias digitais formou as bases da quarta revolução industrial (Schwab, 2016). Ela envolve uma radical mudança em termos de aceleração do processo inovativo, em termos de poder computacional, sistemas ciberfísicos, robótica avançada, Internet e conectividade, nanotecnologias, neurotecnologias, automação e robôs, Internet das Coisas, Big Data e cloud computing, inteligência artificial, biotecnologia e biologia sintética, nanotecnologia e nanosensores, novos materiais, sistemas de armazenamento de energia, drones, impressões em 3D etc. Trata-se, efetivamente, de uma nova era, marcada pela integração (ou fusão) de tecnologias em todos os domínios: físico, digital e biológico – conectando máquinas a máquinas, indivíduos a indivíduos e máquinas a indivíduos.

Os impactos da introdução das tecnologias da terceira e quarta revolução tecnológica no sistema produtivo e nos mercados são profundos, sobretudo em termos de produtividade, eficiência e flexibilidade em todas as cadeias produtivas, além de apresentar soluções inéditas para desafios em áreas como saúde, mobilidade urbana e eficiência energética, maior eficiência no uso dos escassos recursos naturais do planeta. Por outro lado, ao mesmo tempo que novos mercados, setores, profissionais e ocupações ganham espaço nas economias, capitalizando os principais ganhos da nova revolução industrial, outros perdem espaço – incluindo os trabalhadores, que em muitos setores e ocupações são substituídos por máquinas e sistemas ciberfísicos - ou são descontinuados.

O debate, nesses casos, passa por um balanço entre os efeitos positivos da adoção das novas tecnologias (incluindo, evidentemente, os novos empregos gerados nos setores de vanguarda) e seus possíveis custos sociais, associados às descontinuidades, perda de renda e insegurança entre trabalhadores da força de trabalho. No caso específico de países emergentes e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, os efeitos da introdução das novas tecnologias são sentidos de forma mais gradual, uma vez que o ritmo de adoção e difusão dessas inovações é inferior ao observado nos países avançados. A manutenção ou o aumento da distância entre o estágio tecnológico dos setores domésticos e a dita “fronteira tecnológica” dos países avançados, todavia, representa também um desafio competitivo para as empresas nacionais – conclusão que reforça a

ambiguidade representada pelas novas tecnologias no mundo do trabalho.

O segundo vetor de transformação são os impactos levados a cabo pela formação das cadeias globais de valor. Elas foram impulsionadas pelo fenômeno da globalização, isto é, pela convergência entre a melhoria na infraestrutura e tecnologias de transporte e comunicação, redução dos custos de transporte, formação de blocos econômicos e a crescente internacionalização das empresas e da produção mundial. A partir daí, as cadeias globais de valor, uma reconfiguração e redistribuição das etapas da cadeia produtiva no plano global, passa a implicar na conformação de novos padrões de organização produtiva das empresas, distribuindo as etapas, os fornecedores de insumos, bem como os mercados consumidores finais, em diferentes países, aproveitando-se de vantagens competitivas e comparativas, além de incentivos oferecidos em cada caso.

A partir desses elementos, é possível dizer que uma parcela relevante do impacto da globalização sobre o mundo do trabalho se dá por meio de uma nova distribuição internacional do trabalho, resultando em uma corrosão da estrutura econômica e setorial até então vigente nos países (de base industrial). Com o comprometimento das estruturas setoriais pela globalização, tanto os efeitos positivos quanto os efeitos negativos das adoções e disseminação das tecnologias da terceira e quarta revoluções industriais também são redistribuídos entre os países, segundo o novo padrão das Cadeias Globais de Valor. No caso brasileiro, em particular, o fenômeno da globalização tem reforçado o processo de longo declínio da participação dos segmentos industriais e do emprego industrial na economia, sendo reforçado pela introdução e disseminação de novas tecnologias nos processos produtivos. Em São Paulo, esse fenômeno se repete, fundamentando a transição da metrópole de um centro industrial para um centro de comércio, turismo e serviços (entre os quais se destacam os de natureza financeira e de tecnologia).

O terceiro vetor com impactos sobre o mundo do trabalho, são as mudanças demográficas e nos hábitos de consumo. No primeiro caso, a combinação entre queda expressiva da taxa de fertilidade (definida como o número médio de filhos por mulher em idade fértil) e o aumento consistente da expectativa de vida, produz uma transição demográfica na qual as sociedades se afastam progressi-

vamente da condição de países predominantemente “jovem” para se avizinhar, progressivamente, ao padrão demográfico atualmente observável entre os países desenvolvidos. Nesta nova realidade, os idosos (grupo integrado por pessoas de 60 anos ou mais de idade), respondem por um papel socioeconômico maior, ampliando sua participação nos gastos sociais e também no consumo nacional. Em contraponto, o fenômeno da mudança demográfica e do amadurecimento das sociedades afeta diretamente o tamanho e a participação da força de trabalho nos países. Especificamente, o aumento da participação de pessoas idosas na população tem como efeito negativo a redução da População em Idade Ativa (PIA) e a consequente redução na população que estará trabalhando e produzindo.

Um dos possíveis efeitos deste fenômeno é reduzir o potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), dada menor oferta de mão de obra para garantir o aumento da produção da economia. Com essas mudanças, é esperado que os trabalhadores permaneçam mais tempo ativos na força de trabalho, o que demandará esforços de governos, organizações, empresas e famílias para garantir que as demais transformações em curso (e, sobretudo, aquelas de natureza tecnológica, como automação dos sistemas produtivos) não resultem em um descasamento entre o perfil e a oferta multigeracional da força de trabalho e nova demanda das empresas. É válido reconhecer, ainda neste tópico, que o futuro do trabalho representará diferentes desafios para os diferentes grupos etários, sendo possível que processo amplie desigualdades existentes (em termos de oportunidade, remuneração e capacitação) entre os trabalhadores mais jovens e aqueles mais maduros.

Sob a ótica das habilidades, em particular, tal prospecto – se não acompanhado de mudanças no sistema educacional – podem representar também um desafio para introdução e disseminação de novas tecnologias, além de aumentar os potenciais impactos negativos durante o período de transição. Tais cenários decorrem tanto da inadequação da formação dos mais jovens quanto da ausência de treinamento e atualização dos mais idosos para lidar com as transformações tecnológicas em curso. Por outro lado, o aumento da expectativa de vida de população cria também oportunidades para novos serviços e ocupações voltadas para cuidados da terceira idade, medicina e recreação, incluindo, por exemplo as oportuni-

dades para geriatras, gerontólogos, oncologistas, cardiologista, fisioterapeutas, cuidadores, instrutores de exercícios físicos, serviços de turismo e entretenimento focados nessa faixa etária, além de clubes sociais e o setor de hotelaria. Outras mudanças associadas à expectativa de vida estão associadas aos mais jovens, preocupação com saúde e longevidade. Nesses casos, os novos hábitos de consumo, acelerados pela era digital e tendências em torno dos hábitos de alimentação e de exercícios físicos, podem impulsionar atividades e ocupações vinculadas ao maior uso de academias, meios de transporte saudáveis, cultivo orgânico e cadeias de suprimento de alimentos orgânicos, preparo de refeições saudáveis, ecoturismo e turismo rural, serviços para ciclistas e instrução em atividades como yoga e pilates.

Como apontam diversos estudos recentes na literatura do trabalho, a intensa e veloz transformação das formas de organização da produção está produzindo novas formas de contratação de trabalho. Na maior parte dos países desenvolvidos, o tradicional emprego permanente, contínuo e de longo prazo, está sendo paulatinamente substituído gradualmente por formas mais efêmeras e mais diversas de contratação de trabalhadores (Florisson & Mandl, 2018). O trabalho baseado em plataformas digitais é destaque entre as novas formas de contratos de trabalho, denominado como “trabalho em multidão” (crowd work), e corresponde ao que aqui denominamos trabalho baseado em plataformas (Mandl & Biletta, 2018). A mudança nas formas de contratação reflete mudanças simultâneas nos dois lados do mercado de trabalho: do lado da demanda, reflete o que aqui já se denominou horizontalização ou desverticalização produtiva e sua reestruturação em cadeias produtivas, nas quais o trabalho contratado diretamente é substituído por contratação indireta de atividades terceirizadas; já do lado da oferta, reflete também mudanças importantes nas características dos trabalhadores que se transformaram de grupos homogêneos e altamente identificados e solidários em indivíduos bastante diferenciados etnicamente, socialmente e culturalmente.

Enquanto, para alguns, o mercado sem vínculos de emprego será a generalização da precarização e da exploração desenfreada dos trabalhadores: uma espécie de “corrida ao fundo do poço” (race to the bottom); para outros, porém, esse novo mundo poderá ser um mundo de conquistas e de trajetórias profissionais. Nesta última óti-

ca, é possível ressaltar que a própria tecnologia poderá ser usada para proteger os trabalhadores e preservar as condições de trabalho – bastando para tanto, por exemplo, embarcar nas máquinas e nos computadores dispositivos que limitem a intensidade e a duração da jornada de trabalho, por exemplo. Com efeito, diante dessa perspectiva e das transformações recentes já apresentadas, entende-se que a proteção contra a demissão precisará ser substituída ou suplementada, progressivamente, pela garantia de qualificação e aprendizado contínuos da força de trabalho, possibilitando maior mobilidade aos trabalhadores entre postos de trabalho e também de ascendência no mercado em geral.

Para tanto, a regulamentação do mercado de trabalho precisará deixar de ser um “agente protetor” para se transformar em “agente promotor”. Nesta nova perspectiva, as próprias empresas poderão assumir parte dos papéis de promoção dos trabalhadores, redefinindo suas políticas de gestão de recursos humanos. Com efeito, é possível dizer que as empresas que operam com base nesses novos mecanismos emergentes – como no caso das plataformas digitais, no Brasil e em São Paulo – assumirão um papel relevante cada vez maior no redesenho do futuro do trabalho, sobretudo em períodos de crise econômica.

Por fim, e associado a esse conjunto de mudanças nas formas de trabalho, está o vetor de mudança relacionado à emergência das plataformas digitais. Com base na expansão do uso de smartphones e da internet para aquisição de produtos e serviços (e-commerce), abriu-se a oportunidade para que transformações mais profundas (“disruptivas”) acontecessem em diversos segmentos dos serviços da economia, através da chamada economia do compartilhamento.

A maior parte dos exemplos de sucesso dessa nova safra de plataformas digitais, tanto no Brasil quanto no mundo, obtiveram seu sucesso por meio da oferta de soluções inovadoras para segmentos marcados por lacunas, ineficiências e ociosidade no uso dos recursos disponíveis, como é o caso da Uber (mobilidade e transporte de passageiros), do Airbnb (hospedagem e acomodação), da Loggi (entregas expressas), de plataformas associadas a delivery de refeições (UberEats, iFood, Rappi, Glovo) etc. Além de mobilidade, hospedagem e alimentação, outros segmentos de sucesso oferecidos através de plataformas digitais incluem streaming de mídia (Netflix,

Spotify), plataformas digitais de pagamento e intermediação financeira (PayPal, MercadoPago); marketplaces de produtos e serviços (MercadoLivre, OLX); financiamento coletivo/crowdfunding de projetos, eventos, empresas e produtos (Catarse, Kickstarter, Kickante); plataformas de locação e venda de imóveis (Zap, QuintoAndar); plataformas de empréstimos, trocas e doações (TemAçúcar?, Doare); bancos de vagas de trabalho e contratação de profissionais (LinkedIn, Catho); banco de profissionais (GetNinjas, Parafuzo) etc.

Sob a ótica econômica, as plataformas oferecem soluções eficientes para problemas de diferentes segmentos econômicos, reduzindo os custos de transação envolvidos nas transações e aumentando o valor auferido pela participação na plataforma. Adicionalmente, as mudanças tecnológicas supracitadas oferecem uma janela de oportunidade para que novos players (entrantes), incluindo startups, disputem espaço nos mercados com players já estabelecidos, criando a reboque novas oportunidades de emprego formal para segmentos menos favorecidos da população nos grandes centros urbanos.

Como plataformas digitais, essas novas empresas trabalham como intermediários entre ofertantes e demandantes de um determinado serviço, reduzindo custos de transação e a assimetria informacional associadas à sua contratação por vias mais tradicionais. Com o aumento dos participantes em ambos os lados, maior é a eficiência relacionada ao funcionamento da plataforma e maior o valor percebido pelas partes em utilizá-la, na comparação com outras empresas ou modelos de negócio. Em suma, do ponto de vista regulatório e do bem-estar econômico, um dos desafios do poder público envolve a tarefa de incentivar e regulamentar adequadamente o papel das novas plataformas digitais na geração de empregos e oportunidades de renda e trabalho em diferentes setores da economia brasileira e paulistana. Assim, do ponto de vista do futuro do trabalho, a expectativa é de um número crescente de participantes – tanto do lado da oferta quanto da demanda – passem a utilizar as plataformas para obtenção de produtos e serviços.

No caso particular de São Paulo, o debate deve respeitar a escala e diversidade setorial e ocupacional do seu mercado de trabalho, os diferentes papéis desempenhados pelo município na região metropolitana e no estado, bem como sua projeção como centro de re-

ferência nacional e internacional em diferentes setores. Dada a desigualdade já prevalente em diferentes níveis entre países e regiões e no interior da própria sociedade, é possível afirmar que a maior ou menor adesão a esse vernáculo (e o saldo de efeitos positivos, vinculados à exploração de oportunidades; e efeitos negativos, relacionados à queda da renda, do emprego e a precarização das condições de trabalho) dependerá de variáveis e condições observadas, por exemplo, em termos de vocação setorial, grau de abertura, inserção e integração às cadeias globais de valor; nível tecnológico dos setores em relação à fronteira etc. Uma parcela significativa desses fenômenos, todavia, deriva de processos sistêmicos e globais (avanços tecnológicos, globalização, cadeias globais de valor), enquanto outra parte decorre do desenvolvimento natural das populações (caso das mudanças demográficas, da urbanização).

Daí derivam ao menos quatro linhas de ação que podem ser assumidas pró-ativamente pela Prefeitura do Município de São Paulo e/ou demais níveis de governo em relação ao futuro do trabalho, tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico a partir da potencialização dos impactos positivos e oportunidades oferecidas pelas transformações e redução do seu impacto negativos: (i) Ações, políticas e incentivos voltados para geração e aproveitamento de oportunidades derivadas de nova revolução industrial e suas ramificações tecnológicas; (ii) Investimento na construção e modernização do sistema educacional e profissionalizante; (iii) Promoção de políticas e programas governamentais voltados para requalificação, transição e recolocação profissional de trabalhadores; e, (iv) Criação e manutenção de uma rede de proteção e seguridade social para segmentos mais fragilizados da força de trabalho.

6.2 - ECONOMIA DIGITAL

O tráfego global de informações foi de 100 GB por dia em 1992 para 45.000 GB por segundo em 2017, com expectativa de atingir 150.700 GB por segundo em 2022 (UNCTAD, 2017, p. 24). Com isso, a importância da economia conduzida pelos dados tem levado analistas, acadêmicos e órgãos multilaterais a pensar crescentemente nos impactos provocados sobre a sociedade e as cidades. Isso porque a emergência de uma nova cadeia de valor, que envolve novos modos de coleta, armazenamento, modelagem e análise de dados tem transformado, em escala cada vez mais ampliada, a informação em inteligência digital.

A economia digital está evoluindo de forma acelerada (e desigual) com participação cada vez mais importante nas exportações e importações e na sua participação na geração de riqueza ao redor do mundo. O fluxo dos dados – lidos, processados e analisados por máquinas, possui origens e finalidades as mais distintas: corporativo, pessoais, negócios e governo. Por isso mesmo, o desenvolvimento da economia digital representa, conjuntamente, ameaças e oportunidades, para as cidades, os governos, as empresas e os cidadãos.

Do ponto de vista das oportunidades, as inovações na economia digital, em especial aquelas relacionadas ao uso das ciências de dados, têm efeitos transversais e podem contribuir para a elevação da produtividade em diferentes setores. O surgimento da economia do compartilhamento que estrutura a oferta de soluções inovadoras para segmentos e serviços marcados por lacunas, ineficiências e ociosidade no uso de recursos disponíveis. Dito de outra forma, é possível dizer que as plataformas digitais oferecem soluções eficientes para problemas de diferentes segmentos econômicos, reduzindo os custos de transação envolvidos e aumentando o valor auferido pelas plataformas e, conectado ao item anterior, a possibilidade de desenvolver novos modelos de negócios.

Já do ponto de vista dos desafios, ao menos duas características irão demandar atenção dos governos municipais e formuladores e

implementadores das políticas públicas. Por um lado, a combinação entre a rápida geração de enorme quantidade de riqueza e concentração em poucos países, empresas, indivíduos e cidades. Segundo relatório recente produzido sobre o tema (UNCTAD, 2019), China e EUA concentram 75% das patentes relacionadas à tecnologia Blockchain¹, 50% dos investimentos em internet das coisas e 75% do mercado global de processamento em nuvem público (UNCTAD, 2019). Por outro lado, a adesão de mercados e consumidores é marcada pelas dinâmicas de exclusão digital. Assim, emerge a preocupação dos seus impactos dado que mais da metade da população mundial não dispõe de acesso regular à internet, o mesmo ocorrendo para cerca de 30% dos Brasileiros (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2019) e 20% dos paulistanos (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2019b).

Em suma, as transformações implicam, no presente e, sobretudo, para o futuro, numa rápida transformação para o comércio, para o trabalho e para as habilidades humanas requeridas. Porém, entre ameaças e oportunidades, é consenso que os benefícios da economia digital não virão por inércia. Sejam eles relacionados a efeitos sistêmicos sobre a economia urbana, efeitos mais pontuais sobre pequenas e médias empresas ou, ainda, sobre a inserção dos indivíduos, eles deverão ser acompanhados por políticas públicas específicas e sobretudo no investimento tanto dos governos como das comunidades de negócios na direção de promover, sobretudo, adaptabilidade a mudanças.

Isso requer, pensamento criativo e experimentação nas políticas públicas focadas na capacidade de indivíduos, empresas, governos e cidades em desenvolver habilidades e capacidades para uma inserção proativa na cadeia de valor da economia informacional. Mais do que isso ela demanda uma capacidade de absorção contínua em termos de políticas públicas, envolvendo a combinação multissetorial de políticas públicas de forma a assegurar regulações, ambiente de telecomunicações, estrutura para formação e capacitação de recursos humanos que permitam tirar partido das novas oportunidades, atrair investimentos e se integrar positivamente a esta nova realidade.

Há ainda, um desafio significativo no campo da regulação e taxação. Afinal, para moldar a economia digital na direção de promover

[1] **Blockchain** é uma tecnologia de registros de transações que dá suporte à sistemas descentralizados de processamento de transações, com grande impacto sobretudo sobre o mercado bancário (B. Scott, 2016)

os seus benefícios para todos (e não apenas na lógica concentradora em que opera) há um enorme desafio para definir as regras do jogo, a ser promovidos pelos governos e pelos principais stakeholders. Em geral, trata-se ainda de um território desconhecido que irá exigir um grande esforço por inovação.

Se por um lado há um conjunto de regras e disciplinas que operam num tortuoso campo internacional; há um campo importante relacionado com ações regulamentadoras que pode ser utilizado pelas cidades e que vem sendo experimentado não apenas por São Paulo como por outras importantes cidades no mundo, como Tóquio, Barcelona ou Londres. Ainda que as políticas propostas possam parecer limitadas face às mudanças apontadas, as iniciativas propostas por outras cidades marcam a importância de testar ações públicas referentes aos desafios apontados.

6.3 - ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A combinação entre o crescimento demográfico e econômico das cidades com áreas de influência cada vez maiores e com o abastecimento de suprimentos de regiões cada vez mais remotas tem gerado crescente preocupação sobre como os sistemas urbanos funcionam em relação ao uso dos seus recursos e infraestruturas de suporte. Assim, as pesquisas desse 'metabolismo urbano' tem crescido no sentido de aprofundar o entendimento e melhorar a utilização dos recursos ambientais. E, sobretudo, de reconhecer que a vida urbana não exclui uma relação atenta do homem com o seu meio (Figueiredo et al., 2018; Hofmans, 2014; Science for Environment Policy, 2018).

Entre os inúmeros impactos provocados pelo fluxo de bens, mercadorias e pessoas, a dimensão das emissões de gases de efeito estufa (GEE) tem ganhado centralidade em função da importância das ci-

dades para mitigação das mudanças climáticas globais. Responsáveis pela ocupação territorial de apenas 2% da superfície terrestre, as cidades representam 50% da população, 70% do PIB e 80% das emissões de GEE (Instituto Ekos Brasil & Geolock consultoria e engenharia ambiental, 2012). Mais do que isso, trazem a perspectiva de aumentar essa participação demográfica, econômica e ecológica nas próximas décadas. Assim, elas passam a ser responsáveis por parcela substancial dos esforços, cujos compromissos estão validados em diferentes documentos, em especial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS) (Organização das Nações Unidas, 2015) e da Nova Agenda Urbana (NAU) (ONU Habitat, 2016).

Um olhar sobre o perfil de emissões em diferentes cidades do mundo, realizado no primeiro inventário de emissões da cidade de São Paulo (Instituto Ekos Brasil & Geolock consultoria e engenharia ambiental, 2012) mostra semelhanças e diferenças de acordo com o contexto produtivo da cidade. Isso se reflete, de imediato, nos diferentes níveis de emissão per capita sendo, por exemplo, a de Nova Iorque e a de Londres, com 6,2 e 6,4 CO₂e/hab mais de quatro vezes maior do que a de São Paulo e Cidade do México, de 1,37 e 2,6, respectivamente. Diferenças importantes, porém, menos acentuadas, também se revelam na fonte das emissões. Embora a principal seja o consumo de energia, cidades latino americanas tem papel importante, cerca de 15%, de emissões em função do processamento de resíduos, o que revela um importante desafio a ser enfrentado. Da mesma forma, essas cidades de países em desenvolvimento têm como principal preocupação a queima de combustíveis fósseis nos meios de transporte, o que coloca bastante atenção para os sistemas de mobilidade nessas cidades.

Estes desafios citados no processo de controle e diminuição das emissões de GEE é particularmente difícil dado que envolve temas abrangentes como transporte e desenvolvimento urbano. Assim, problemas como congestionamentos, incremento de veículos privados, insuficiência do transporte público, regulação e controle do espraiamento urbano, ocupação de áreas naturais, ocupação em áreas de risco, mismatch entre moradia e trabalho passam a demandar um enfrentamento coordenado e uma responsabilidade importante dos governos urbanos.

É neste contexto que a interface entre a economia e a questão das

emissões de GEE (principalmente) ganha novos contornos estabelecendo um fluxo contínuo em sentido mútuo. Por um lado, os impactos negativos da crise ambiental e da má gestão dos recursos naturais se expressam tanto de formas mais amenas, por exemplo, uma perda contínua de produtividade territorial, como na forma de catástrofes naturais com efeitos danosos à vida e à economia. Por outro lado, a crise ambiental pode resultar em oportunidades para um novo padrão de crescimento, com o desenvolvimento de tecnologias limpas, de políticas públicas inovadoras, e de cadeias produtivas baseadas em premissas mais rigorosas de sustentabilidade.

Na medida em que essas demandas passam a implicar em novas formas de produzir, conforma-se um conjunto de atividades voltadas às soluções aos desafios socioambientais, resultando em forte interface entre as agendas de políticas públicas das cidades e a economia verde, que já fazem parte das prioridades das principais cidades do mundo (LSE Cities, 2013). Temas como resiliência e adaptação às mudanças climáticas, metas de redução de GEE, redução de consumo de energia, mobilidade elétrica, micromobilidade compartilhada, entre outros, fizeram com que políticas públicas de estímulo e incentivo a essas atividades passassem a frequentar o topo da prioridade para governos municipais. Em todos eles, a interface com a economia é evidente, e a aplicação de instrumentos e planos de desenvolvimento passa a ser utilizada por prefeitos e líderes regionais para promover uma transformação intencional da economia.

Como resultado é possível perceber a combinação entre crescente preocupação com questões ambientais e o reconhecimento da importância, relevância e oportunidade de se estimular uma nova forma de produzir. Assim, ao desempenho econômico das cidades passa-se a acrescentar dimensões relacionadas ao uso dos recursos, à conservação e à biodiversidade, à poluição emitida, enfim, ao seu desempenho ambiental conjunto. Essa combinação da performance verde da economia urbana passa também a figurar entre os aspectos da imagem das cidades e, principalmente, na capacidade de atrair financiamentos baseados na economia verde (green bonds), com especial potencial para infraestrutura ambiental (Merk, 2012). É por isso que governos locais devem reforçar aspectos da sua estrutura produtiva que acelerem a transição para uma nova economia fundada no conceito de sustentabilidade e que articule as suas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

6.4 - NOVAS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

O fenômeno urbano tem sido crescentemente reconhecido como um elemento de distinção importante para a organização das sociedades humanas na história e, para alguns, como a maior das suas invenções. Isso porque ele permite a fixação no espaço de trabalho, conhecimento e, sobretudo, o acúmulo e transmissão intergeracional de riquezas. Daí o reconhecimento de que as cidades são a grande invenção da humanidade: a melhor forma de organização social, econômica e ambiental. A conclusão-título da obra de Glaeser (2011) respalda-se no fato das cidades constituírem polos de atração, proximidade e de colaboração entre pessoas e empresas.

É no espaço urbano, afinal, que alguns dos processos definidores do mundo moderno, como a especialização do trabalho e a industrialização, cristalizaram-se e difundiram-se; são as aglomerações urbanas que respondem pela maior parte da atividade econômica, produção, distribuição e consumo da riqueza; são nas metrópoles, em toda sua diversidade, que se concentram as maiores oportunidades para a ascensão social e econômica; graças à geração de condições próprias à concentração espacial de empresas e pessoas, promovem-se a interação, a troca e o fluxo de informações necessárias para o processo de inovação e para os avanços tecnológicos.

Por outro lado, é na macrocefalia das cidades contemporâneas que se enraízam alguns dos problemas mais complexos e desafiadores da atualidade, sobretudo no campo do planejamento urbano. Isto porque a concentração espacial típica das grandes metrópoles contemporâneas produz, colateralmente, efeitos de congestionamento (aumento nos preços dos imóveis, insumos e mão de obra), além de externalidades negativas (trânsito, poluição) e problemas de abastecimento. Do ponto de vista das condições de vida da população, a urbanização acelerada introduz e agrava problemas relacionados à desigualdade (pobreza e periferização), mobilidade urbana (transporte público), moradia (favelização, gentrificação), degradação ambiental (loteamentos ilegais e ocupações sobre áreas protegidas e solos frágeis), criminalidade e oferta de serviços básicos, como saneamento (água e esgoto).

Essa relação coloca o entendimento sobre como os contextos territoriais afetam e são moldados pela economia em duas categorias. Por um lado, as economias de aglomeração, a exemplo da pronta disponibilidade e diversidade de serviços, produtos, fornecedores. Por outro lado, as deseconomias de aglomeração, como os congestionamentos urbanos e as dificuldades do transporte de pessoas e mercadorias, o elevado custo dos imóveis, o alto custo de vida, o preço da mão de obra. Nesse sentido, do ponto de vista locacional, como qualquer grande metrópole global, São Paulo apresenta vantagens e desvantagens.

Tal polarização oferece, assim, elementos que atraem e repelem investimentos (e, portanto, de empresas e de empregos) e trabalhadores (isto é, via fluxo migratório de força de trabalho em potencial). A riqueza e complexidade do município, portanto, contrastam com os desafios estruturais e conjunturais, tanto do ponto de vista local (como aqueles que de natureza urbanística, relacionados à expansão desordenada do processo de ocupação do território urbano); quanto nacional (como na travessia da crise econômica recente). A política pública que se desenha, portanto, deve considerar ambos elementos de forma a potencializar os benefícios da magnitude da metrópole e mitigar os aspectos que implicam em diminuição de produtividade e dos investimentos.

Isso passa, brevemente, por entender a trajetória das ideias em relação ao entendimento das vantagens comparativas das cidades. Assim, em uma primeira camada estão as chamadas externalidades marshallianas, que propõe que a concentração regional de certas indústrias se dá pelas condições competitivas mais vantajosas oferecidas pelas aglomerações de empresas em certas localidades, por meio da: (a) formação de um mercado local de mão de obra especializada; (b) instalação de fornecedores especializados de matérias-primas, componentes, insumos e serviços especializados; (c) disseminação local de conhecimento, favorecendo os processos de aprendizado e inovação (os chamados transbordamentos, ou *spillovers*, tecnológicos e de conhecimento) (Marshall, 1982). Considerando o legado da tradição marshalliana sobre as aglomerações, bem como os conceitos de causalção circular e encadeamento propostos pelos teóricos do desenvolvimento, como Myrdal (1957) e Hirschman (Hirschmann, 1958), uma série de esforços foram devotadas para incorporação de fatores locacionais e regionais no bojo da economia formalizada (mainstream).

Em particular, destaca-se a chamada Nova Geografia Econômica (NGE), encabeçada por Krugman (1991b, 1991, 1995) e outros autores (Ottaviano & Puga, 1998; Venables, 2010). Tal corrente constata que a urbanização e o desenvolvimento econômico regional são fenômenos estritamente correlacionados, envolvendo a ação de forças atratoras/centrípetas (a exemplo de externalidades positivas e retornos crescentes de escala, custos reduzidos de transporte, acesso a elos da cadeia a montante e jusante, spillovers) e forças propulsoras/centrífugas (a exemplo de externalidades negativas e deseconomias, congestionamento, escassez ou aumento de preços de fatores de produção, sobretudo terra e mão de obra) Krugman (1991).

Os clusters – concentrações geográficas de empresas interconectadas e instituições de suporte – vem se afirmando no contexto de especialização produtiva decorrentes da integração sem precedentes dos fluxos de comércio e produção globais. Esses hotspots de produtividade e colaboração tem se constituído a base de fortalecimento de economias prósperas, inovadoras e ricas em oportunidades. Os requisitos locacionais para o seu fomento têm se transformado e baseado, cada vez mais, na concentração de talentos e de produção e circulação de conhecimento (Porter, 1998). Novas economias de aglomeração, relacionadas à presença de infraestrutura de ciência e tecnologia, da presença de talentos e classe criativa tem mostrado força na atração de investimentos de setores econômicos estratégicos (Duranton et al., 2008; Muro & Katz, 2010).

Elementos relacionados à qualidade do ambiente urbano têm sido crescentemente valorizados como elementos estratégicos para atração de capital humano. Os padrões de urbanização, portanto, estão vinculados ao balanço entre forças que incentivam a aglomeração e aqueles que favorecem a dispersão de atividades produtivas. Tendo como base a mobilidade de fatores (capital e mão de obra), produzem-se as diferenças econômicas em qualquer dimensão geográfica (países, regiões de um mesmo país, microrregiões e cidades). O planejamento urbano, neste sentido, deve focar o mapeamento e a produção de fatores atratores locais, entre os quais pode se destacar, por exemplo, a qualidade do ambiente urbano, a disponibilidade de infraestrutura, a oferta de mão de obra, serviços de alto valor agregado, a presença de centros de pesquisa e geração de conhecimento, e as funções cultural e de entretenimento.

Diferentes cidades, sobretudo do sudeste asiático e do continente europeu tem buscado estabelecer conexão entre projetos de reestruturação urbana com investimentos em amenidades urbanas e ciência e tecnologia. Elas não deixaram, entretanto, de reconhecer a necessidade de atuar a partir de uma visão abrangente de suas economias e deseconomias. O conhecido caso de Barcelona, por exemplo, que se destaca principalmente pelo papel dos jogos olímpicos e dos atuais distritos de inovação, começou com um primeiro plano estratégico cujo principal objetivo foi impulsionar uma transformação coordenada a partir de investimentos em infraestrutura, incluindo porto, aeroporto e rede de transportes (Collantonio et al., 2013). Já em Turim, o processo de reestruturação produtiva, de uma cidade baseada na indústria automobilística para uma cidade baseada em serviços especializados (como design e moda) e indústrias de alta tecnologia, foi conduzido por uma política coordenada de reestruturação urbana da sua artéria ferroviária, com a promoção de investimentos em ensino, pesquisa e desenvolvimento (Collantonio et al., 2013).

Em cidades do mundo em desenvolvimento, como é o caso de São Paulo, tais investimentos têm o desafio adicional de combinar fatores que estruturam ‘novas economias de aglomeração’ ao mesmo tempo em que empreende esforços para prover a oferta de serviços mais básicos. Assim, ações como promover uma maior oferta de mobilidade e acessibilidade, além de redes de educação complementar que alcancem setores precários, devem ser priorizadas. Ao mesmo tempo, novos instrumentos podem permitir o desenvolvimento de estímulo de investimentos relacionados à infraestrutura do conhecimento e amenidades, que por envolver tanto transformações no ambiente construído, requerem inversões de longa maturação. A mobilização de ativos públicos, como concessão de terras, na alavancagem de investimentos em ciência e tecnologia e amenidades urbanas para atração e retenção de talentos, pode estimular esses novos tipos de economias de aglomeração relacionadas à inovação pública.

Na medida em que a transição das economias de aglomeração muda rapidamente a posição das cidades na economia global, intensifica-se a concentração econômica, por um lado, e a rápida obsolescência de cidades e mercados de trabalho, por outro. Em função disso, exigem um processo intencional e coordenado entre governos, empresas e sociedade civil para criar condições para aproveitar novos ciclos de prosperidade.

6.5 - ESTRUTURA E MUDANÇAS NA REDE DE CIDADES MUNDIAIS

As mudanças mais recentes na economia mundial têm provocado mudanças na estrutura e dinâmica da rede de cidades globais. Elas são caracterizadas tanto a partir de elementos de permanência, expressados pela manutenção das principais cidades globais no mundo desenvolvido, como de mudança, marcadas pelas alterações nos eixos econômicos das redes de cidades asiáticas. Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo identificar as principais mudanças, os desafios e oportunidades de maior inserção de São Paulo na rede de cidades mundiais.

A combinação entre a descentralização da produção industrial e a centralização das atividades de comando e coordenação dessas operações tem produzido, desde a década de 1970, uma nova geografia da economia mundial, marcada pela centralidade das grandes cidades no processo de articulação das economias regionais e internacionais. O conceito de cidades mundiais surgiu de forma consistente na literatura sobre cidades no mundo acadêmico a partir da obra de Peter Hall (1966). Nela, o autor passa a identificar mudanças na forma pela qual a economia global funciona identificando o papel de importantes centros urbanos como nós articuladores das economias nacionais no plano internacional. As cidades mundiais, segundo o autor, seriam identificáveis por um conjunto de características: elas seriam centros políticos importantes, mas também se destacariam no seu papel nas importações e exportações, instituições financeiras, centros de serviços profissionais, centros de consumo de luxo e centros de cultura e entretenimento.

Anos mais tarde, Saskia Sassen (2001) vai além ao perceber que, na realidade, a economia global passou a ser comandada por um conjunto de cidades globais. A autora defende este ponto ao constatar o descolamento entre o desempenho de economias urbanas dentro de um mesmo país. Assim, a autora documenta exemplos distintos nos mesmos países. Nos EUA, por exemplo, segundo a autora, NY se fortaleceu economicamente embora tenha perdido suas indústrias, já Chicago se enfraqueceu como centro financeiro porque

perdeu suas indústrias. Ainda segundo a autora, o papel econômico das cidades aumentou em função de dois processos articulados. Primeiro, a crescente internacionalização e desregulamentação do setor financeiro e os avanços possibilitados pela convergência das telecomunicações com a informática. Segundo, e relacionado a esses fenômenos, a dispersão das atividades industriais no mundo, sobretudo em direção aos países em desenvolvimento.

Tudo isso significou que, ao mesmo tempo em que o gerenciamento da produção ficou mais complexo, os avanços das TICs permitiram a centralização do gerenciamento da produção e de prestação de serviços especializada. Assim, ao invés de caminharmos no sentido da anulação das distâncias, fim dos territórios (Badie, 1995), e aplainamento do mundo (Friedman, 2006) a autora passou a defender, a partir de suas investigações empíricas sobre o papel das grandes metrópoles, o aprofundamento das lógicas concentradoras econômica e espacialmente. Com isso, novos campos de produção se formaram a partir da articulação entre: (i) serviços especializados para o funcionamento de organizações complexas, tais como assessoria jurídica especializada, serviços de contabilidade internacionalmente padronizada, operação de telecomunicações, e atividades de publicidade e propaganda; (ii) produção de inovações financeiras e criação de mercados essenciais à internacionalização e a expansão da indústria financeira. As implicações desse processo, ainda segundo Sassen (2001), se deu em múltiplas dimensões com destaque para dois efeitos importantes:

- O primeiro, no interior das grandes metrópoles globais, de uma tendência de aumento da desigualdade. Isso porque, constatou-se uma tendência de polarização do mercado de trabalho a partir da queda dos empregos industriais de nível médio com boa remuneração, do crescimento das ocupações de prestação de serviços auxiliares: segurança; limpeza; teleatendimento, e do crescimento de um pouco numeroso conjunto das ocupações de qualificação mais elevada;
- O segundo, no âmbito das redes urbanas nacionais, uma maior instabilidade no papel e nas funções desempenhadas por determinadas cidades com o já mencionado descolamento de algumas economias urbanas do desempenho econômico do restante dos seus países. Isso implica que, embora a posição de determinadas cidades em uma rede urbana possa parecer consolidada, um declínio econômico prolongado tem impactos estruturais no perfil produtivo no papel complementar de determinadas cidades na organização da produção regional.

A partir da crise financeira de 2008, no entanto, alguns postulados da teoria das cidades globais passaram a ser abalados e mudar gradativamente. A especialização em serviços sofisticados, ou serviços de comando, se mantém como elemento importante para consolidar a força econômica das cidades, gerar renda e receita com impostos, mas a diversificação passa a ser mais valorizada, sobretudo para os grandes centros (Duranton & Puga, 2000). Isso porque, a presença de diferentes setores produtivos em um mesmo território (incluindo as atividades industriais) torna-se um elemento que confere complexidade às estruturas produtivas, e, portanto, um fator de estimula mais interação, promove a inovação e facilita as transições produtivas, quanto como um elemento que confere resiliência ao mercado de trabalho e à base de arrecadação frente às crises cíclicas.

Foi este prognóstico de manter, promover e valorizar cadeias produtivas diversificadas, que orientou diferentes planejamentos estratégicos econômicos de cidades e investir no fortalecimento de cadeias produtivas complexas que envolvem mais de um setor econômico. Esse foi o caso, apenas para ficar nas cidades mais bem documentadas: de Nova Iorque, como toda a estratégia organizada a partir da criação da sua empresa de desenvolvimento econômico (NYCEDC); de Barcelona, com a renovação de suas atividades portuárias e conformação de um hub de logística; de Turim, com a reconversão produtiva a partir de atividades associadas à indústria automobilística, mas a partir de novas vocações; de Munique, com seus investimentos em setores de alta densidade tecnológica; de Seul, em seus investimentos articulados em pesquisa e desenvolvimento, requalificação urbana e novas centralidades (Clark & Moonen, 2014, 2014; Collantonio et al., 2013; Katz & Bradley, 2013).

Esse movimento de cidades e metrópoles, que passaram a perceber a importância do papel ativo das políticas públicas e da concertação de atores governamentais e privados na promoção de um planejamento intencional de fortalecimento das suas economias, reforça a importância de promover um novo posicionamento das cidades. Em especial, cidades do hemisfério sul que desejarem ser espaços ativos na nova geografia econômica (Ottaviano & Puga, 1998; Venables, 2010), deverão se preparar para abrigar funções de comando de espaços regionais cada vez mais dilatados e, para isso, qualificar pessoas com novas competências. Ademais terão que transformar

as suas economias, orientando-as à inovação o que significa constituir espaços dotados de fortes intercâmbios de conhecimento, tecnologias e processos interdisciplinares e uma constelação de ecossistemas inovadores complementares, articulando estruturas produtivas diversificadas e sofisticadas (Clark et al., 2018).

Isso significa que, cada vez mais, cidades ou regiões metropolitanas têm assumido o protagonismo no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento econômico de longo prazo, deixando de esperar soluções apenas dos governos centrais. Tal contexto reforça o fato de que a posição das cidades na divisão internacional do trabalho tende a se alterar rapidamente, seja reforçando o papel de cada uma na coordenação dos processos produtivos, seja na perda da relevância econômica. O desafio de uma cidade como SP é manter seu status de cidade situada numa categoria secundária, mas bem localizada (categoria gama), de “cidade mundial”. A oportunidade poderá vir da diminuição da desigualdade territorial nos quesitos de infraestrutura básica, educação e mobilidade.

6.6 - GOVERNOS EM TRANSFORMAÇÃO

Os desafios a serem enfrentados nas cidades, sobretudo as dos países subdesenvolvidos, são brutais. Por isso mesmo, é reforçada a importância de compartilhar e seguir experiências de governos locais sobre como produzir arranjos institucionais que promovam soluções para os principais problemas das cidades, sejam eles relacionados à mobilidade, saúde ou habitação. É neste contexto que emerge o tema da governança, a partir de um conjunto de agendas internacionais, nacionais e subnacionais que estruturam o seu debate. De maneira geral, os temas mais relevantes dessas agendas podem ser agrupados em: (i) dimensão metropolitana dos governos urbanos; (ii) compromissos governamentais de transparência e participação; (iii) governo digital.

A formação dos complexos metropolitanos ao longo do século XX reunindo cidades com diferentes perfis, funções complementares, gestão independente e capacidade financeira desigual, impôs novos desafios ao atendimento das demandas sociais e de infraestrut-

tura urbana, o que passou a requerer uma articulação política em escala regional para a formulação de políticas extramunicipais integradas de desenvolvimento urbano, por exemplo, a rede de transportes metropolitana (Grostein, 2004). O fenômeno de formação de megacidades, cidades-região ou mega-cidade-região já data, no mínimo, a partir da década de 1960 (A. Scott, 2001), e foi evoluindo de forma que a governança metropolitana passou a ser um dos requisitos para o novo ciclo produtivo. Ao mesmo tempo são raros os casos de experiências bem-sucedidas (ou ao menos que tiveram seu impacto mensurado) de mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais para resolver de forma planejada e coordenada os problemas metropolitanos. No plano mais especificamente econômico, no entanto, algumas experiências concretas foram analisadas pela literatura e nos permitem refletir sobre alguns caminhos:

- Metrôpoles que promoveram articulações institucionais para projetos específicos e concretos. Em Denver, por exemplo, houve articulação de diferentes chefes de executivos locais, empresários e universidades para a formulação de um plano de mobilidade metropolitana, incluindo a aprovação do aumento de uma taxa sobre o comércio para financiar U\$ 4,2 bilhões para sua implementação (Katz & Bradley, 2013);

- Metrôpoles cujos governos locais se articularam para acessar financiamentos ao desenvolvimento (como no caso dos fundos europeus de coesão territorial) em políticas mais abrangentes de infraestrutura, ciência e tecnologia. Em Munique, no estado da Bavária, uma sucessão de iniciativas conjuntas uniu também governos locais e provincial, para a promoção de diferentes instrumentos de desenvolvimento econômico: fundos de fomento à empresas de base tecnológica; investimento em infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e apoio técnico para a integração de empresas, universidade e investidores. Em Turim, uma articulação metropolitana produziu pactos territoriais distintos para promover 12 polos de inovação em cadeias produtivas cujos perímetros extrapolavam jurisdições únicas (Clark et al., 2018; Collantonio et al., 2013);

- Metrôpoles cuja estratégia de desenvolvimento foi coordenada e centralizada em governos nacionais. Em Seul, o desenvolvimento metropolitano foi promovido por meio de uma estratégia nacional de reconversão produtiva da Coreia do Sul, que incluiu investimentos estatais expressivos para o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas à produção de equipamentos tecnológicos, como microchips, celulares e telas (Collantonio et al., 2013).

Esses exemplos/ tipos nos ajudam a perceber que, para além de esforços genéricos de promover uma governança metropolitana (aqui citada como um desafio para o planejamento econômico), existem iniciativas concretas que oferecem soluções e arranjos para a resolução coordenada de problemas que extrapolam jurisdições municipais. Isso não significa que possam ser aplicados de imediato, até porque o planejamento metropolitano no Brasil segue um caminho próprio que hoje está atrelado ao Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015) e os seus planos obrigatórios (o principal, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI). Mas que existem alternativas plausíveis, e que dependem eminentemente de articulação entre os atores, para promover mudanças coordenadas em espaços metropolitanos integrados.

Outra dimensão importante para referências de boas práticas de governança, e também para situar os desafios vividos, tem como origem compromissos internacionais dos quais não apenas o Brasil é signatário, mas também que a cidade de São Paulo apoia e participa. Notadamente, dois têm papel de destaque: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana (NAU). Ambos apontam não apenas pontos de chegada que se relacionam com os conteúdos do PMDE, como a redução da pobreza e da desigualdade, como vão além, estabelecendo diretrizes sobre como fazer, por meio da governança democrática e participativa.

Em agosto de 2015, foram concluídas as negociações que culminaram na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por 193 países-membros das Nações Unidas (incluindo o Brasil), no âmbito da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Baseados na experiência anterior de sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS formaram a base da chamada “Agenda 2030” das Nações Unidas (2015 a 2030) (Organização das Nações Unidas, 2015). Esse plano de ação, que além de 17 objetivos conta também com 169 metas, abarca tanto temas já consagrados nos acordos multilaterais no campo do desenvolvimento econômico (como a erradicação da pobreza, a proteção do planeta, a promoção da paz e prosperidade) quanto temas emergentes como mudança climática, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça.

Não por acaso, todos esses objetivos são – tanto sob o ponto de

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 101 vista socioeconômico, quanto da implantação da política – direta e indiretamente interconectados, integrados e indivisíveis, mesclando de forma equilibrada, dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Segundo as Nações Unidas, ao combinar os processos dos Objetivos do Milênio aos processos resultantes da Rio+20, a chamada “Agenda 2030”, por meio dos 17 ODS, inaugurou uma nova fase para o desenvolvimento dos países, regiões e municípios – estabelecendo e coordenando esforços, prioridades e desafios ambientais de todo o planeta. No campo específico da governança, cabe destacar o ODS 17 “parcerias e meios de implementação” que fortalece uma perspectiva de cooperação para o desenvolvimento e menciona, especificamente, ações para aprimorar as bases de arrecadação e promover transparência e políticas baseadas em evidências.

Já o documento intitulado Nova Agenda Urbana (NAU) (ONU Habitat, 2016) resulta de uma declaração construída pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU Habitat) no âmbito da realização da Conferência Habitat III, em Quito, Equador. Trata-se de um abrangente documento sobre o futuro das cidades no planeta.

A NAU é uma declaração, que reúne princípios, diretrizes e ações estratégicas a serem adotados por governos, sociedade, universidades, empresas e instituições envolvidas com políticas urbanas. Da mesma forma que os ODS, a NAU estabelece diretrizes que se relacionam com o PMDE tanto em termos de conteúdo (com elementos de justiça territorial, não-discriminação e promoção da diversidade), como em termos de governança, também reconhecendo a importância das políticas urbanas, dos marcos regulatórios e instrumentos de financiamento e de processos de gestão democrática e transparente.

Finalmente, mas não menos importante, há, conforme explorado na seção sobre economia digital, uma forte interface entre governança e o mundo digital. Nesse caso, destacam-se os papéis, nesse caso, da inteligência artificial, internet das coisas, bigdatas e analytics e das novas redes de telecomunicações é central tanto para atender demandas de melhoria na qualidade de vida como para atrair novos investimentos e tornar a economia urbana mais produtiva (Luque-

-Ayala & Marvin, 2015; Söderström et al., 2014; Thrift, 2014). Neste contexto, a transformação no papel da governança urbana tem passado por articular de forma eficiente os fluxos de dados sobre as dinâmicas urbanas, por promover a introdução rápida e justa das novas infraestruturas, como as redes de 5G.

Também está apoiada em promover novos negócios a partir da reestruturação das compras governamentais, das infraestruturas de dados abertos e da conexão entre planejamento e gestão governamental, novas tecnologias e a economia digital. Embora as estimativas de impacto econômico dos dados públicos sejam ainda incertas, elas já revelam números expressivos em benefício de tempo, de custo de deslocamento, em diferentes setores econômicos e em novos nichos de negócios (AlphaBeta, 2016; Loomis et al., 2015; Nowax & Craglia, 2006; UK Cabinet Office, 2018).

Evidentemente, a exploração desse potencial econômico, principalmente os geoespaciais para os quais as cidades têm primazia, depende de lidar com alguns importantes desafios. Isso porque, ainda que os benefícios do monitoramento das dinâmicas urbanas sejam amplos, há riscos relacionados sobretudo à privacidade e à proteção de dados pessoais. Ao mesmo tempo, um novo volume de dados produzidos sobre as dinâmicas urbanas (fluxos de pessoas e bens, ambiente construído, impactos ambientais) permite a análise e a modelagem dos dados dando um novo impulso para o planejamento e a gestão das cidades.

Em suma, as rápidas transformações da geografia de produção global, do mundo do trabalho e das mudanças tecnológicas também demandam uma transformação na forma de governar as cidades. Sobretudo, demandam um papel proativo dos governos para promover a adaptação da economia urbana aos novos requisitos da geração e distribuição de riquezas. Isso passa, mais especificamente, pela gestão inteligente da cidade, articulada a partir da combinação entre o planejamento da transformação urbana e a prestação de serviços, tendo como ponto central a utilização das tecnologias para fazer mais com a infraestrutura física existente.



**KIMON
GUIMARÃES**

A TINTA UTILIZADA NESTE
MURAL PURIFICA O AR

**EU SABIA
QUE VOCÊ
EXISTIA**



PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



07



**O PLANO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Este Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico busca uma São Paulo a ser construída para o futuro, que partirá, necessariamente, de uma condição já estabelecida. As características dessa realidade impõem, por um lado, algumas limitações aos objetivos que se deseja alcançar, mas, por outro, representam potencialidades nas quais a cidade pode se apoiar para atingir elevados níveis de desenvolvimento - em suas mais variadas dimensões.

Como já destacado, dentre as várias características de São Paulo, três delas são particularmente marcantes. A primeira é que se trata de uma cidade dinâmica, que estimula o espírito empreendedor, a qualificação profissional e o surgimento de novos negócios. Diretamente associada ao elemento anterior, milhões de imigrantes foram acolhidos no município, fazendo de São Paulo uma cidade diversa, propiciando uma enorme miríade cultural e economia diversificada. Por fim, todo o processo de formação histórica da capital paulista fez dela uma cidade extremamente desigual, com elevada concentração de renda e oportunidades entre os cidadãos e de atividades econômicas em seu território.

Tomando essas características como ponto de partida, a São Paulo que se deseja para o futuro deve ser mais inclusiva, estimulando os cidadãos a atingirem seus potenciais pessoais e econômicos; competitiva, conectada com as cadeias de valor globais, aproveitando as vantagens comparativas existentes e criando novas oportunidades de inserção; e, sustentável, minimizando os impactos negativos gerados pelo sistema produtivo, sejam eles ambientais, sociais, urbanísticos ou de outras naturezas.

Convém destacar que esses objetivos deverão ser perseguidos em um contexto de rápidas e profundas alterações no mercado de trabalho, tanto do ponto de vista tecnológico como institucional, tornando ainda mais complexo o desafio colocado. E, embora a responsabilidade pela busca de um futuro mais próspero seja compartilhada com todos os agentes sociais, o poder público tem papel ativo nesse processo. As transformações necessárias em direção a

uma cidade mais inclusiva, competitiva e sustentável é suportada pela promoção de programas, projetos e ações públicas que engajem a sociedade civil a caminhar em conjunto na direção dos objetivos estratégicos delineados para o futuro da cidade.

Neste contexto, são apresentados eixos delineados pela Prefeitura de São Paulo como norteadores da política pública de desenvolvimento econômico, buscando garantir que a prosperidade produtiva na cidade se transforme, cada vez mais, em melhores condições de vida para os seus habitantes.

7.1 - OBJETIVOS E BENEFÍCIOS DO PLANO

- Ser uma referência compartilhada para a transição da economia paulistana em direção a uma economia mais inclusiva e menos desigual;
- Facilitar o crescimento e promover o ambiente que estimule a cidade a buscar um futuro econômico inclusivo e próspero;
- Mobilizar esforços para que a cidade cumpra os requisitos para uma nova economia, para a transição tecnológica e do futuro do trabalho;
- Fortalecer o posicionamento de São Paulo e suas estratégias decorrentes para as relações de cooperação e competição na rede urbana brasileira e perante as cidades mundiais.

7.2 - PRINCÍPIOS E CONCEITOS

- Assegurar um caminho estratégico baseado nas responsabilidades compartilhadas entre governo e sociedade civil para sua definição e implementação;
- Implementar um ambiente favorável e previsível (planejamento) para investimentos públicos e privados, possibilitando a criação de condições para o fomento de parcerias e redes de negócios;
- Propor, monitorar e avaliar estratégias a partir de evidências sólidas e bases de dados e indicadores mensuráveis, confiáveis e disponíveis;
- Articular o PMDE aos demais instrumentos de planejamento da cidade criando condições para coordenar a transformação econômica às mudanças estruturais relacionadas ao uso do solo, mobilidade e o planejamento dos investimentos públicos;
- Reforçar os conceitos de cidade compacta, policêntrica e equivalente como norteadores para as estratégias a serem propostas.

7.3 - INTEGRAÇÃO DO PMDE COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE

A dimensão do desenvolvimento econômico é central para o cotidiano de São Paulo e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. A forma pela qual trabalhadores e empresas se organizam para produzir bens e serviços desempenha um papel fundamental para o funcionamento da metrópole. É o meio pelo qual seus habitantes buscam oportunidades e se inserem no mundo do trabalho, e é o que atrai pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo para fazer negócios e explorar os seus potenciais de vida profissionais.

As atividades produtivas, realizadas por pessoas e empresas, geram valor a partir de produtos e serviços e, dessa forma, garantem o sustento das pessoas e, por meio da arrecadação de impostos,

financiam as políticas públicas. Elas também produzem fluxos no território paulistano, de pessoas e mercadorias, cujas características impactam a vida das pessoas e o meio ambiente urbano. Em função disso, programas e políticas são formuladas tanto para estimular o potencial da economia paulistana como para corrigir ou compensar algumas de suas disfuncionalidades.

Essa integração que ocorre no dia a dia entre atividade econômica, mercado de trabalho, meio ambiente, território e políticas públicas faz com que o planejamento das ações governamentais deva estar integrado tanto em termos de escopo como de abrangência. É neste contexto que nasce este PMDE, articulado aos instrumentos que orientam as ações de governo no nível da implementação das políticas públicas no médio e longo prazo, bem como estabelecem diretrizes setoriais. Os principais instrumentos de planejamento com os quais o PMDE dialoga estruturalmente são:

Plano Plurianual (PPA): instrumento que estabelece prioridades e metas para um período de quatro anos (do segundo ano da gestão atual ao primeiro da próxima) para o universo das ações governamentais. O projeto de lei nº 676/ 2021 tem como principais características a sua vinculação com as principais metas da gestão (Programa de Metas) e com a Agenda Municipal 2030. Além disso, traz como elemento inovador uma estratégia ativa de investimentos para a redução das desigualdades socioterritoriais, por meio de uma proposta de distribuição dos recursos públicos pelo território.

Agenda 2030 Municipal: a Agenda 2030 é uma agenda programática de desenvolvimento, pactuada em 2015 pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil. O Município de São Paulo aderiu voluntariamente ao compromisso em 2 de fevereiro de 2018, por meio da Lei Municipal nº 16.817, de iniciativa do Legislativo, que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal. A Prefeitura de São Paulo lançou em junho de 2021 o documento “Agenda Municipal 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU”, que traz um trabalho conhecido como localização das metas, nos quais

a agenda global é discutida e incorporada à realidade do município, com as metas traduzidas à realidade local, com o papel direto ou indireto da municipalidade destacado.

Programa de Metas (PdM): O Programa de Metas da Cidade de São Paulo, incorporado à Lei Orgânica do Município em 2008, busca organizar as ações prioritárias da Prefeitura de São Paulo durante os quatro anos de mandato de cada Prefeito(a) eleito(a). Nele, os objetivos estratégicos da gestão são expressos em metas, indicadores de monitoramento e iniciativas vinculadas a cada setor da Prefeitura. Ademais, o Programa de Metas é composto pelas diretrizes estabelecidas pelos demais documentos de planejamento público de médio e longo prazos, aprovado após discussão e validação com a sociedade civil.

Plano Diretor Estratégico (PDE): Instituído a partir da Lei Municipal nº 16.050, com horizonte temporal de 2029, o plano estabelece os princípios e objetivos da política municipal de desenvolvimento urbano. O PDE norteia o sistema de planejamento municipal ao estabelecer prioridades para políticas públicas e faz isso por meio da articulação entre as diretrizes para o ordenamento territorial da cidade, o estabelecimento de instrumentos urbanísticos, as definições e ações sobre os sistemas municipais territoriais e a gestão democrática das cidades.

Plano de Ação Climática: é um compromisso desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, em parceria com o C40 Cities, lançado em 2021. Ele busca estabelecer um diagnóstico, objetivos e ações que orientem as ações do governo municipal e da sociedade para enfrentar o desafio de enfrentamento das mudanças do clima. Ele busca, “promover um desenvolvimento mais inclusivo, coerente com a função social da cidade, distribuir com equidade os ônus e os bônus da mudança do clima, contribuir para a redução das desigualdades sociais e garantir o desenvolvimento sustentável para as gerações futuras.”¹

[1] PMSP (2021). PlanClima SP – Sumário Executivo, p. 8.

A articulação entre os principais instrumentos de planejamento da cidade permeou toda a trajetória de construção do PMDE. Trata-se de uma interação que se retroalimenta em uma via de mão dupla: por um lado, os instrumentos citados fornecem ao PMDE caminhos e escolhas para a agenda de desenvolvimento econômico e, por outro, os objetivos e ações do PMDE suportam os resultados almejados pelos demais planos oferecendo-lhes estratégias consistentes e de médio prazo para uma dimensão essencial para todos eles: a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

A interação entre os instrumentos com o PMDE ocorre em três níveis:

I- Confluência dos objetivos de médio prazo:

- Redução das desigualdades da cidade expressa nas dimensões territoriais, sociais e relacionadas às questões de gênero e raça e nas ações coordenadas de inclusão;
- Promoção de uma estratégia integrada de desenvolvimento econômico, buscando o ampliar a competitividade da cidade;
- Adaptação da cidade às mudanças climáticas e transição para economia de baixo carbono e carbono zero para 2050;
- Proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, promovendo e valorizando os ativos ambientais da cidade, bem como potencializando o seu impacto para o bem-estar das paulistanas e dos paulistanos;
- Promoção da gestão democrática da cidade, da participação ativa da sociedade nas decisões sobre as políticas públicas, o ordenamento do território, na governança, bem como no uso das evidências para a formulação, o monitoramento e na avaliação das políticas públicas.

II - Instrumentos que se retroalimentam:

- Ordenamento territorial e desenvolvimento econômico: O PDE propõe a articulação entre estratégias de regulação do solo urbano com conteúdos produtivos formulados a partir das vocações da cidade. São eles: (i) Polos estratégicos de desenvolvimento econômico; (ii) Centralidades lineares e polares; (iii) Polos de economia criativa; (iv) Parques tecnológicos; (v) Polos de desenvolvimento Rural Sustentável; (vi) Zona Predominantemente Industrial;
- O PMDE suporta esta política trazendo diagnósticos e indicações sobre as atividades econômicas, indicando vocações e orientando ações estratégicas para o seu desenvolvimento. Além disso, por meio de programas destinados à ativação do empreendedorismo e inovação, propicia meios e caminhos para a transformação produtiva de territórios estratégicos;
- Transição em direção a uma economia de baixo carbono: Estabelecidos pelo Plano de Ação Climática da cidade, entre os principais resultados almejados, o PMDE traz de forma concreta propostas de ações contínuas de mobilização e articulação com o setor privado, oferecendo instrumentos concretos – como qualificação profissional, estímulos e indução para estimular setores econômicos a promoverem uma transformação estrutural na maneira pela qual produzem bens e serviços. Mas também em ações de segurança alimentar e promoção de atividades econômicas nas zonas rurais da cidade, com estímulo para a produção local, familiar e orgânica de alimentos.

III - Metas convergentes:

Em especial, o PMDE trabalha em sinergia com os instrumentos de planejamento, articulando diretamente as metas de gestão e as metas de médio e longo prazo (2032), em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico da cidade.

Esta integração em diferentes níveis (confluência dos objetivos, instrumentos que se retroalimentam e metas convergentes) torna o PMDE um instrumento alinhado ao planejamento das políticas públicas municipais, mas, mais do que isso, evidencia o seu papel no alcance dos objetivos das diversas políticas setoriais, trazendo a importância de uma transformação da economia paulistana para o alcance dos seus objetivos. E, ao mesmo tempo, configurando-se como um planejamento dinâmico e ajustável aos resultados de curto e médio prazo na cidade.

7.4 - ELABORAÇÃO

7.4.1 - ETAPAS DE CONSTRUÇÃO

O primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de uma cidade com as dimensões de São Paulo requer uma construção que mobilize a experiência cotidiana de seus próprios habitantes e o melhor da inteligência instalada por meio de representantes de empresas, associações patronais e trabalhadores, universidades e centros de pesquisa. Assim, foram organizadas etapas de pesquisa, diagnóstico, escuta, diálogo e construção conjunta, sendo o que se apresenta por hora o resultado de um processo de pouco mais de 2 anos de elaboração e que resultou na estrutura apresentada no próximo capítulo.

Dentre as etapas de elaboração do PMDE cabe especial destaque aos levantamentos realizados a partir do diagnóstico de percepções da sociedade civil, em um processo de escuta de diversos atores do setor privado e outros órgãos e entidades municipais, levando em consideração o fato da economia paulistana ser movida por milhões de trabalhadores e centenas de milhares de empresas de todos os portes, além de ser composta por dezenas de setores econômicos. Essa diversidade representa uma multiplicidade de pontos de vista, necessidades e desejos, que aportam um volume enorme de conhecimentos e experiências fundamentais para a cidade superar os seus desafios econômicos atuais. Assim, do mesmo modo que é fundamental coletar e produzir evidências a partir de dados quantitativos, também é importante fazer um amplo processo de escuta e de diálogo, setorial e territorializado.

Sendo assim, as etapas de coleta e análise das percepções da sociedade civil - que teve início em outubro de 2019 -, das suas visões dos problemas da cidade e de suas propostas de ação foram baseadas na diversidade de instâncias e formatos, organizados a partir de duas vertentes complementares: oficinas regionalizadas e oficinas setoriais.

[1] Nota metodológica: Construiu-se, a partir do estoque de trabalhadores do Caged em dezembro de 2020 por CNAE na cidade de São Paulo, séries mensais de trabalhadores considerando-se os saldos mensais do Caged por CNAE. Para cada CNAE, o estoque de um determinado mês é dado pela soma do saldo deste mês com o estoque do mês anterior, e assim por diante.

Para padronizar as séries construídas a partir de saldos apurados com base em diferentes metodologias, optou-se por utilizar as séries de ocupações formais da PNADc trimestral. Adicionalmente, a partir da proporção entre ocupações formais e informais da PNADc trimestral, estimou-se as quantidades de trabalhadores informais por CNAE. Para isso, as séries mensais por CNAE foram agregadas de maneira compatível com os dados das PNADc trimestral. Foram calculadas médias trimestrais por agrupamento de atividade econômica da PNADc trimestral. Em seguida, foram calculadas as proporções entre as séries trimestrais por agrupamento do estoque do Caged e da PNADc trimestral. O passo seguinte foi multiplicar as proporções calculadas pelo estoque médio trimestral do Caged por CNAE. Dessa maneira, ao se agregar os novos estoques obtidos chega-se à quantidade de ocupações formais observados na PNADc trimestral. Por fim, trabalhadores informais por CNAE foram estimados pela proporção de ocupações informais em cada agrupamento constante da PNADc trimestral.

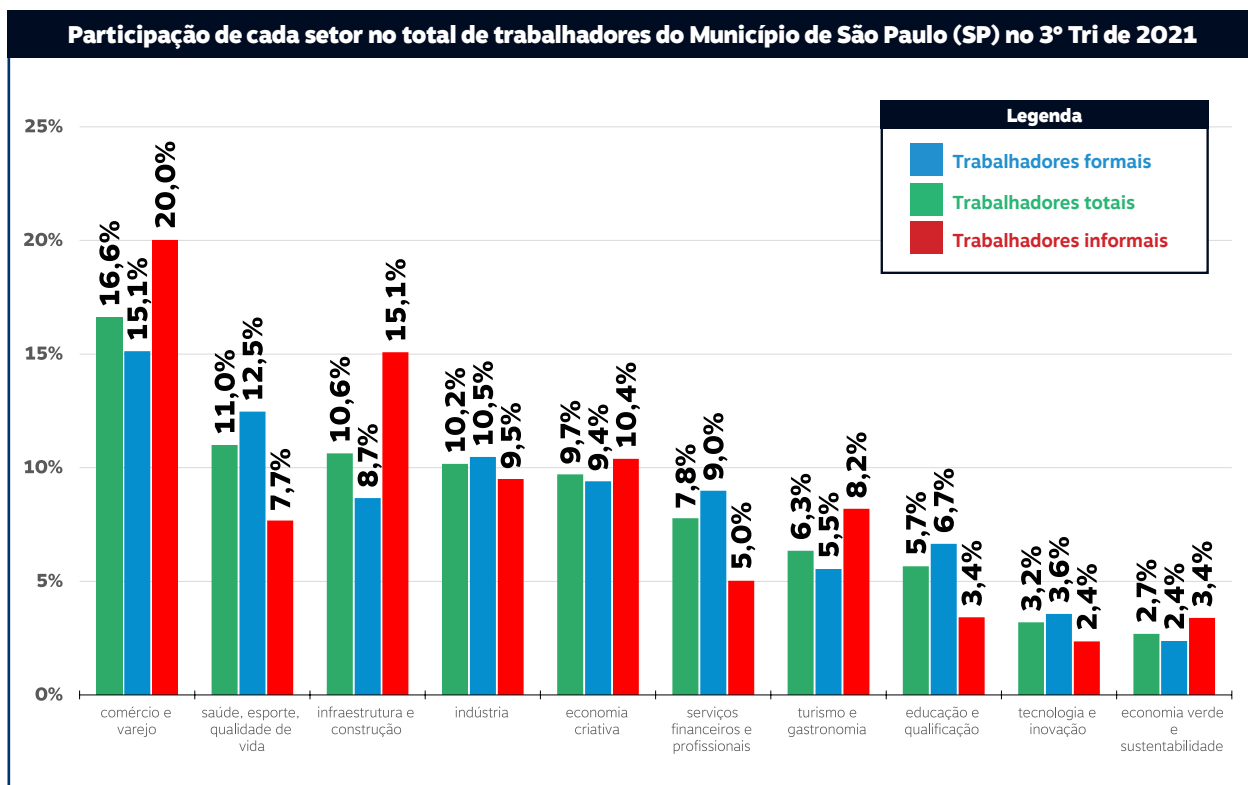
7.4.2 - SETORES ESTRATÉGICOS

Com o advento da pandemia de Covid-19 e os impactos causados, conforme exposto anteriormente neste Plano, as escutas setoriais passaram a ter ainda mais força no âmbito da construção do PMDE, principalmente a partir da assinatura dos protocolos de retomada gradual das atividades econômicas.

Buscando promover uma escuta especializada dos principais setores produtivos da cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo classificou os 10 principais setores que, juntos, representavam cerca de 78% dos empregos formais da cidade no pré-pandemia. São eles:

- a) Comércio e Varejo;**
- b) Economia Criativa;**
- c) Economia Verde e Sustentabilidade;**
- d) Educação e Qualificação;**
- e) Indústria;**
- f) Infraestrutura, Mobilidade e Construção;**
- g) Saúde, Esporte e Qualidade de Vida;**
- h) Serviços Financeiros e Profissionais;**
- i) Tecnologia e Inovação; e**
- j) Turismo e Gastronomia.**

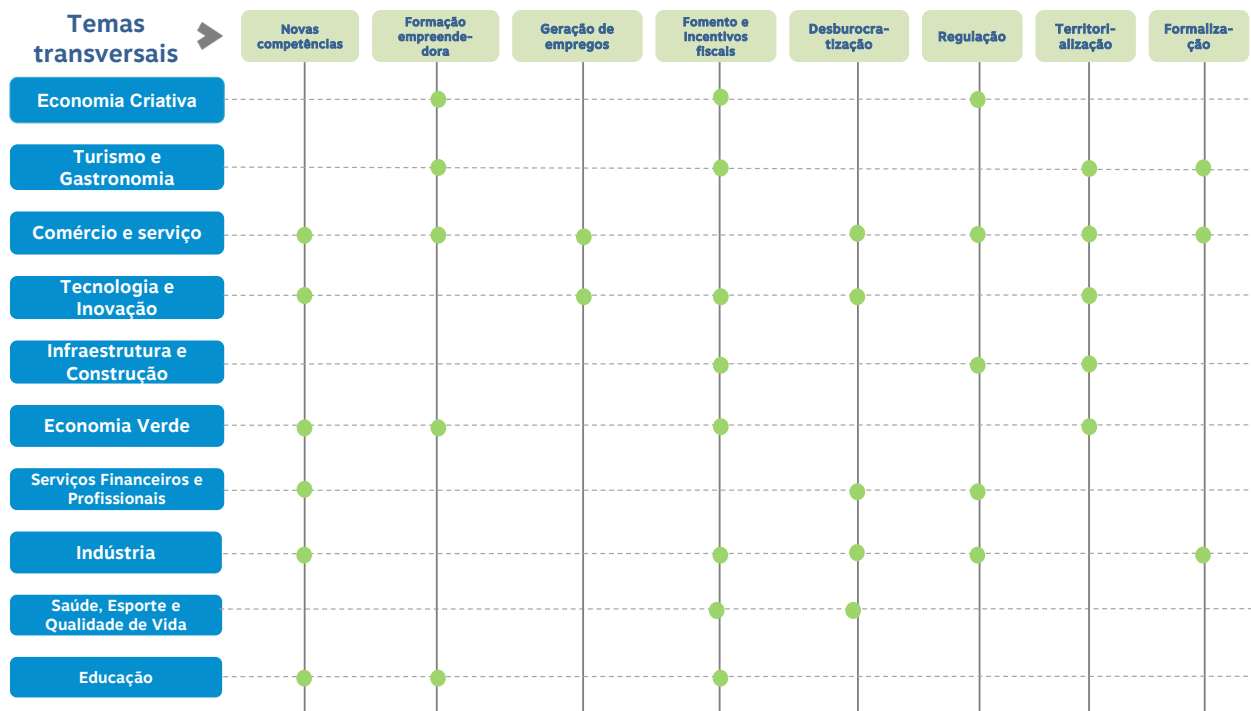
A classificação destes setores norteou-se por aspectos distintos, dentre os quais cita-se o impacto causado pela pandemia, papel do setor no futuro do mercado de trabalho, importância para o desenvolvimento econômico da cidade, volume de recursos financeiros movimentado pelo setor e quantidade de trabalhadores formais e informais atuantes em cada um no comparativo com o geral do município. A partir de uma metodologia desenvolvida pela FIPE¹, construiu-se o gráfico a seguir, que expõe o percentual de trabalhadores totais, formais e informais de cada setor no total de trabalhadores da cidade no 3º trimestre de 2021.



Elaborado pela FIPE a partir de dados da Pnad contínua trimestral (IBGE) e CAGED (Ministério da Economia)

Percebe-se, a partir do gráfico, que o setor de Comércio e Varejo destaca-se em quantidade de trabalhadores formais e informais no município, com parcelas de 15,1% e 20% do total da cidade respectivamente. Outros setores, como Saúde, Esporte e Qualidade de Vida, Infraestrutura e Construção, Indústria e Economia Criativa também apresentam parcelas relevantes de trabalhadores formais e informais. O setor de Serviços Financeiros e Profissionais, por sua vez, além de destacar-se pelo volume de recursos financeiros que movimenta, é um setor marcante na cidade. Os setores de Economia Verde e Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação e Educação e Qualificação têm importância substancial na projeção da São Paulo do futuro.

A partir da análise de todas as propostas e demandas apresentadas nas reuniões setoriais, foi possível mapear e identificar as principais necessidades de cada setor, incluindo aquelas que se mostraram mais frequentes. A matriz abaixo identifica as demandas de acordo com o setor.



Esse mapeamento possibilitou a identificação de dez desafios setoriais, conforme detalhado abaixo, a serem superados com a maior brevidade possível para que possibilite a recuperação do dinamismo econômico da cidade. Além disso, a partir dessas perspectivas, foi possível classificar os desafios e as propostas em dois grandes grupos

- **Capital humano preparado para a retomada;**
- **Ambiente de negócios dinâmico e eficiente.**



Posteriormente, esses dois eixos transversais foram desagregados em suas componentes principais, conforme apresentado a seguir.



CAPITAL HUMANO PREPARADO PARA A RETOMADA

Novas competências digitais: a pandemia acelerou a transformação digital dos setores. Com esta transformação em curso, é necessário qualificar e requalificar trabalhadores para o novo padrão de trabalho alinhado à nova revolução 4.0. Setores como os de comércio e serviços foram diretamente afetados e demandam atenção para a geração de empregos novos, já com as competências adequadas a esta nova realidade. Este tema apareceu de maneira mais expressiva em seis reuniões setoriais, conforme ilustrado pela matriz apresentada na página anterior.

Formação empreendedora: qualificação empreendedora será ainda mais importante na retomada econômica, seja para empreendedores que conseguiram manter seus negócios ou para aqueles que estão iniciando a jornada. Para os que mantiveram seus negócios, competências financeiras, de mercado e, principalmente, digitais serão essenciais para manutenção das empresas. Para os novos, liderança, visão de mercado, estruturação de negócios e conhecimentos em ferramentas digitais são essenciais. A parceria com o Sebrae neste campo pode ser alavancadora de oportunidades para os empresários. A formação empreendedora foi pautada em cinco reuniões.

Geração de empregos: Os dados da PNAD contínua trimestral (IBGE) apontam que 545 mil pessoas deixaram a força de trabalho entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 no município de São Paulo. Neste contexto, a geração de emprego foi tema recorrente em quase todas as reuniões com os empresários. Existe preocupação sobre como ela ocorrerá em termos da necessidade de qualificação, pois teme-se que as exigências para a retomada sejam superiores às habilidades existentes antes da pandemia, provocando vácuos de competências em reposições. Assim, os programas de geração de emprego devem considerar estes fatores. A geração de empregos, nas reuniões, apareceu com maior intensidade nos eixos comércio e serviços e tecnologia da informação.

Formalização: no contexto de crescente flexibilização nas relações de trabalho, com reflexo no aumento de práticas de empregos temporários, subempregos e atividades autônomas informais, a formalização da atividade e da mão de obra é essencial para a garantia de receita tributária ao município, de direitos aos trabalhadores, de acesso a crédito e a compras públicas. Ainda, ela contribui para o aumento da produtividade no longo prazo, melhorando o desempenho geral da economia.



AMBIENTE DE NEGÓCIOS DINÂMICO E EFICIENTE

Fomento e Incentivos fiscais: programas de fomento a setores estratégicos como economia criativa e economia verde são alavancas para o desenvolvimento e o atingimento da maturidade de novos negócios, visando o desenvolvimento de uma economia diversificada e de um mercado de trabalho robusto. O desenho de incentivos e regulação tributária clara assegura a previsibilidade aos investidores, contribuindo para a permanência de setores estratégicos na cidade e para a atração de novos investimentos.

Desburocratização: a pandemia evidenciou o quanto os governos precisam avançar na transformação digital, para possibilitar aos cidadãos e empreendedores o acesso a serviços, documentos eletrônicos e respostas rápidas, transparentes e rastreáveis. Questões de desburocratização para aceleração de licenças e trâmites apareceram com maior incidência em cinco setores.

Regulação: em um ambiente de competição entre cidades pela instalação de atividades e empreendimentos, uma regulação clara e estável, tanto fiscal quanto sanitária e urbanística, é fator importante para a atração de investimentos e manutenção de um ambiente de negócios dinâmico e eficiente.

Territorialização: a pandemia reforçou a necessidade de cidades mais policêntricas, com acesso facilitado aos serviços públicos e comércios próximos. Essas transformações trazem novos desafios aos municípios no que diz respeito à regulação e operação do espaço urbano, em particular na revisão dos Planos Diretores. A estratégia de maior espraiamento das atividades econômicas nas diversas regiões da cidade foi discutida mais fortemente nas reuniões de comércio e varejo, turismo, TI e economia verde.

Esse processo de escutas setoriais auxiliou na construção das diretrizes e propostas que contemplam a estrutura do PMDE. Por fim, foram construídas, junto aos setores, metas para a implementação do Plano que auxiliam na busca de seus principais objetivos: redução das desigualdades, impulsionamento da competitividade e transição produtiva para uma economia sustentável.

7.4.3 - IMPLEMENTAÇÃO

A construção das metas também passou por um processo intenso de interação entre representantes dos setores estratégicos e a equipe da SMDDET. A partir da análise das demandas setoriais mapeadas, foram elaboradas propostas de atuação que, em um processo de maturação e debates com os atores do setor, se traduziram na formulação de metas estratégicas, intersetoriais e específicas. O processo de interação entre a sociedade e o poder público, objetivando o refinamento e implementação das metas, deverá ser contínuo, sendo as Câmaras Temáticas, a qual será apresentada na parte de governança do Plano, o fórum privilegiado para esse processo. As metas estratégicas são apresentadas abaixo:

Comércio e Varejo

- Incentivar a formalização de comércios informais, com atenção especial ao comércio ambulante;
- Fomentar o setor através de Distritos e Ruas Comerciais de maneira descentralizada, identificando potencialidades e vocações econômicas;
- Impulsionar o turismo de compras na cidade, buscando posicionar São Paulo como maior centro de comércio do país.

Economia Criativa

- Implantar, ativar e impulsionar Distritos Criativos, fortalecendo as vocações vinculadas a economia criativa de cada região;
- Fomentar editais culturais de maneira descentralizada e utilizar recursos municipais de modo estratégico para impulsionar as cadeias produtivas;
- Promover a intersetorialidade com o setor de tecnologia para ampliar o potencial de crescimento do setor.

Economia Verde e Sustentabilidade

- Fortalecer a economia verde, incluindo programas de apoio à agricultura familiar, cooperativas e ecoturismo, como estratégia de geração de emprego;
- Criar um selo municipal que incentive e fomente a implementação de práticas e ações de responsabilidade social e ambiental;
- Promover parcerias entre setor público e privado que incentivem a construção de soluções para problemas públicos.

Indústria

- Estimular a formalização de pequenos atores da indústria, em especial em setores e territórios estratégicos;
- Fomentar redes da indústria para fortalecimento da cadeia produtiva dentro do município;
- Criar um selo municipal que incentive e fomente a implementação de práticas e ações de responsabilidade social e ambiental

Infraestrutura, mobilidade e construção

- Promover a conexão do setor de infraestrutura, mobilidade e construção com a estratégia de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo;
- Estimular ações de revitalização do Centro, como Retrofit de edifícios, acionando o setor em áreas já construídas;
- Incentivar projetos que fomentem o acesso à cidade e a transformação das periferias.

Saúde, esporte e qualidade de vida

- Posicionar São Paulo como Polo Latino-Americano de saúde e bem estar;
- Estimular a criação e utilização de espaços de lazer e prática esportiva, especialmente de forma descentralizada;
- Promover ações articuladas entre setor público e privado para atrair investimentos para o setor.

Serviços financeiros e profissionais

- Potencializar a vocação da cidade para serviços financeiros e setores correlatos, posicionando a cidade como um dos maiores centros globais;
- Estimular a emergência de pequenos atores do setor e sua integração com os grandes atores;
- Facilitar o crescimento do setor, através do acesso a recursos inovadores, tais como coworkings e ferramentas tecnológicas.

Tecnologia e inovação

- Promover e impulsionar a inclusão digital, especialmente focada em públicos e regiões mais vulneráveis;
- Ampliar e fortalecer a qualificação profissional, buscando reduzir a defasagem de mão de obra do setor;
- Fomentar um ambiente de negócios propício para desenvolvimento de soluções tecnológicas e inovadoras, com destaque para startups.

Turismo e gastronomia

- Desenvolver e fomentar roteiros turísticos setorializados (comércio, ecoturismo, cultura, gastronomia) e regionalizados;
- Estimular a vinda e extensão da estadia dos turistas na cidade de São Paulo;
- Explorar as potencialidades do setor gastronômico e de hospitalidade das diversas localidades municipais.

Educação e qualificação

- Fortalecer programas de qualificação profissional, considerando os desafios do mercado do futuro, os setores com demanda por mão de obra qualificada e as vocações regionais;
- Investir na qualificação de docentes habilitando-os para lidarem com a Tecnologias educacionais, aprimorando as abordagens de ensino-aprendizagem e didática;
- Fortalecer a escolarização de jovens e adultos, observando a redução da evasão escolar e fortalecimento do EJA.

A estratégia de implementação do Plano se ampara em outros 4 pilares estratégicos:

- I. Criação de uma central de inteligência da economia paulistana, que atue como um painel de monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e auxilie no mapeamento de oportunidades econômicas para empreendedores e novos investidores;
- II. Mecanismos de avaliação de performance e resultados, com o objetivo de demonstrar a eficiência e a eficácia das políticas públicas implementadas, permitindo uma maior transparência de aplicação dos recursos;
- III. Ajustes de estratégias, desenho e implementação, visando aprimorar métodos executados ao longo dos 10 anos do PMDE; e
- IV. Governança compartilhada, que se ampare no diálogo permanente e na cooperação, buscando maximizar o alcance dos objetivos.

7.5 - GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.5.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PMDE

O sucesso do planejamento governamental está intrinsecamente vinculado com a interação com os atores protagonistas das atividades econômicas do município, aqui entendidos como todos aqueles que, em diferentes níveis, áreas de atuação e regiões da cidade, apresentam papel estratégico no contexto em que estão inseridos. Frente a isto, um dos principais caminhos que deverá ser seguido é o de governança compartilhada para fortalecer o alcance dos objetivos do PMDE. Para alcançar esse objetivo foram traçados princípios norteadores de:

- **Diálogo permanente:** com o objetivo de manter um canal aberto de diálogo com a sociedade civil e setores produtivos, possibilitando uma escuta ativa e permanente entre as partes para solução coordenada de problemas durante a execução da agenda.
- **Compartilhamento de dados e informação:** buscando basear todas as decisões em evidências, com dados e informações confiáveis e plenamente disponíveis entre os atores da governança, inclusive aqueles produzidos por entidades do setor privado.
- **Cooperação:** execução de um trabalho conjunto entre as partes, com alocação de responsabilidades compartilhadas e co-criação de soluções e abordagens setoriais aderentes às necessidades locais.

Para o sucesso da implementação do PMDE é fundamental uma estrutura de mobilização entre governo e sociedade civil para solução de gargalos, compartilhamento de propostas e impulsionamento do desenvolvimento econômico inclusivo, competitivo e sustentável da cidade.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE)

O CMDE está estruturado de modo a facilitar o trabalho conjunto e estimular estratégias de impacto coletivo das ações de desenvolvimento econômico entre Poder Público e Setor Privado, incluindo empresas e entidades sociais. E, da mesma forma, estimular a inter-setorialidade e a transversalidade das políticas públicas municipais de desenvolvimento econômico.

As finalidades e atribuições do conselho são acompanhar a implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, dar suporte à produção de estudos e análises, identificar e compartilhar exemplos de boas práticas, propor mecanismos de participação social, divulgar os trabalhos desenvolvidos e monitorar os indicadores econômicos da cidade de São Paulo.

O CMDE será constituído por representantes do poder público municipal e da sociedade civil.

Câmaras Temáticas

As Câmaras Temáticas, criadas a partir das demandas apresentadas nas escutas setoriais, têm caráter técnico, com o propósito de ser um canal de diálogo aberto entre o setor produtivo e o poder público. As Câmaras debatem os problemas enfrentados por empresas e instituições e propõem ao poder público municipal soluções conjuntas para promover a competitividade da cidade de São Paulo.

7.5.2 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No intuito de compreender como se dará a metodologia de monitoramento e avaliação do PMDE, cabe salientar que o Plano é, por sua própria natureza, norteador, não dependendo única e exclusivamente do poder público para alcance de seus resultados, mas também de uma governança compartilhada e interação contínua com sociedade civil e setores produtivos. A atividade econômica está sujeita a diversas variáveis, nem todas passíveis de controle da administração pública municipal, o que condiciona e pode limitar o alcance de resultados.

Contudo, mesmo frente aos desafios que se impõem, ao estabelecer um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Prefeitura de São Paulo busca posicionar a cidade para a próxima década, de maneira inovadora e estratégica, por meio de um instrumento que assume um compromisso de diálogo constante com os atores econômicos, de modo a maximizar oportunidades e apresentar soluções para os desafios para alcance dos resultados esperados.

O Plano está sendo apresentado sob a forma de consulta pública, para que suas propostas e ações sejam validadas e aperfeiçoadas. Ainda, um dos temas a ser debatido também com a sociedade são os desafios impostos ao monitoramento de um Plano com a magnitude do PMDE. Neste sentido, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e as Câmaras Temáticas terão papel crucial.

Para que o PMDE possa ser efetivamente implementado e seus resultados possam ser monitorados pelo Poder Público e a Sociedade

Civil será fundamental a criação de mecanismos de acompanhamento que proporcionem a produção de indicadores efetivos para que se possa avaliar a progressão do Plano e corrigir ou aperfeiçoar sua execução. É a governança do Plano, que une o setor público, o privado e a sociedade civil, que deverá finalizar esta construção tão importante, zelando para que sejam estabelecidos marcos temporais de curto (3 anos), médio (7 anos) e longo (10 anos) prazo.

Ainda, a estruturação de políticas públicas baseadas em evidências é tema central para que os recursos despendidos nos programas, sobretudo os contidos na agenda da inclusão, obtenham resultados efetivos na melhoria do bem-estar da população. Monitorar e avaliar políticas no campo do desenvolvimento econômico e trabalho é particularmente desafiador em razão da complexidade em se identificar nexos causais entre as políticas e seus resultados num ambiente no qual boa parte dos fatores de sucesso fogem à governança municipal.

Além disso, as dificuldades se somam em razão dos modelos de governança federativa dos programas, nos quais muitas vezes a responsabilidade pela gestão das informações não está no escopo das ações do poder público municipal. Isso porque a operação de alguns programas se apoia em sistemas de informação centralizados nacionalmente, o que é positivo, porém não geram relatórios e informações gerenciais que atendam às especificidades municipais e sirvam como base para monitoramento e avaliação dos programas.

Assim, em função das características e natureza desse tipo de política é necessário desenhar estratégias, políticas e ações que deem conta de um processo contínuo de aprimoramento das bases de dados e registros, na construção de acordos de cooperação com outros entes da federação. Ao mesmo tempo, o desafio científico de promover instrumentos de avaliação requer a mobilização de instituições acadêmicas de excelência que permitam aprimorar as metodologias e as aplicações empíricas para avaliar as políticas de inclusão e as análises de benefícios e incentivos fiscais com tal objetivo.

Para viabilizar um efetivo monitoramento e avaliação, tanto do desenvolvimento da cidade em si, como também do próprio PMDE é preciso criar uma integração dos sistemas de informação sobre tra-

balho e desenvolvimento econômico, incluindo a articulação com sistemas estaduais e federais na produção de informação.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu um poderoso sistema de informações sobre trabalho e desenvolvimento econômico, que inclui vultosos bancos de dados como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), pesquisas domiciliares como o Censo e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ambas elaboradas pelo IBGE, além de outras fontes, como SEADE, as Secretarias Municipais de São Paulo, Agências reguladoras e outros órgãos. Tais informações, essenciais para a pesquisa e para a formulação de políticas públicas, no entanto apresenta desafios importantes para que sejam melhor aproveitadas, sobretudo, no cotidiano da implementação das políticas.

Os limites, ou potenciais ainda não explorados, resultam de desafios de diferentes ordens. De um ponto de vista mais estrutural, por exemplo, as estatísticas sobre o trabalho ainda precisam se adaptar a diferentes mudanças no mundo do trabalho e das relações de trabalho de forma a poder captar com melhor precisão a dinâmica do mercado de trabalho. As pesquisas amostrais, que investigam emprego e desemprego, sofrem (sobretudo com o encerramento da PED) de limitações para desagregação territorial das informações, essencial para uma cidade das dimensões de São Paulo. Há, ainda, os casos em que sistemas nacionais de informações, como o caso do SINE, são alimentados pela cidade (e pelos atendimentos nos Cates), mas nem sempre com interface simples para a utilização simples e rápida, por exemplo. Em função destas características e, principalmente, diante do compromisso do PMDE com a política baseada em evidências, é fundamental desenvolver um plano de produção de informações e planejar o enfrentamento do desafio de produzir informações de qualidade para o governo e sociedade.

Para superar essas questões, é preciso uma série de ações de gestão e criação de sistemas de controle. Primeiramente, será preciso elaborar diagnóstico dos sistemas de informação sobre trabalho e desenvolvimento na cidade de São Paulo (abarcando também os de origem estadual, federal e privada), incluindo inventários de dados, produção de metadados e dicionários. Em seguida, definir e priorizar as informações a serem produzidas em cada quadriênio,

considerando os diferentes tipos de indicadores e o sistema de monitoramento proposto pelo PMDE. Além de liderar a implementação de um plano de integração dos sistemas de informações que automatize as atualizações e produza relatórios para acompanhamento contínuo dos indicadores propostos.

Também é fundamental a celebração de parcerias e convênios com instituições estaduais e federais para produção dos indicadores e estatísticas sobre desenvolvimento e trabalho.

Assim, será possível a criação de um painel de indicadores do PMDE atualizado, com sistemas integrados que permitam a criação de relatórios. Entretanto é necessário assegurar que as informações prestadas acerca dos programas sejam produzidas de forma padronizada e documentada, preferencialmente em meio digital, com procedimentos documentados, e de forma a minimizar o preenchimento discricionário pelo gestor responsável que, a rigor, está sendo avaliado pela informação que está produzindo. Informações confiáveis acerca do que está sendo executado aprimoram a relação de confiança entre os atores envolvidos e permitem ajustes mais rápidos em caso de desvios na implementação de cada projeto.

Do ponto de vista prático, o PMDE publicará - e atualizará de forma constante - diversos indicadores capazes refletir a dinâmica municipal em várias dimensões do seu desenvolvimento. Serão publicados de indicadores mais gerais, que acompanham a evolução da cidade como um todo, até aqueles mais diretamente associados ao monitoramento de programas específicos. Este processo deverá contar com apoio de todas as secretarias e demais órgãos do poder público municipal, tanto no levantamento como no compartilhamento e divulgação de dados e informações relevantes para esse processo. Em particular, será desenvolvido um Índice de Desenvolvimento Econômico sintético que condensará, em uma dimensão, diversos aspectos do desenvolvimento; para tanto serão utilizados outros indicadores, cada um deles associados a temas relevantes para a cidade como, por exemplo, inclusão e competitividade.

Abaixo são listados alguns dos indicadores estratégicos, construídos a partir de fontes pública, que serão acompanhados:

1 - Crescimento econômico

- PIB per capita a preços constantes de 2017;
- Proporção do PIB Municipal em relação ao PIB do país;
- Produtividade da mão de obra.

2 - Mercado de Trabalho

- PIB per capita a preços constantes de 2017;
- Proporção do PIB Municipal em relação ao PIB do país;
- Produtividade da mão de obra.

3 - Pobreza e desigualdade

- Domicílios com renda per capita de até 1/8 SM;
- Domicílios com renda per capita de até 1/2 SM;
- Coeficiente de Gini;
- Participação da renda por decil;

4 - Economia circular, sustentabilidade e economia verde

- Coleta de resíduos comuns e seletiva;
- Taxa de coleta seletiva;
- Número de cooperativas habilitadas para coleta seletiva;
- Número de catadores cooperados para coleta seletiva;
- Potência total instalada no município de São Paulo em energia fotovoltaica (kW);
- Participação do Poder Público na potência total instalada no município em energia fotovoltaica (%).

5 - Tecnologia e Inovação

- Razão entre o número de acessos de telefonia móvel e a população do município;
- Razão entre o número de acessos de telefonia móvel com tecnologia 4G/5G e o número de acessos de telefonia móvel;
- Razão entre o número de acessos de banda larga e a população do município;
- Razão entre o número de acessos de conexão banda larga via fibra ótica e o número de acessos de conexão banda larga;
- Razão entre o número de acessos de conexão banda larga com faixa de velocidade superior a 34 megabites e o número de acessos de conexão banda larga.

6 - Mobilidade Urbana

- Corredores exclusivos de ônibus (km);
- Faixas exclusivas de ônibus implantados (km);
- Linhas de metrô (km);
- Linhas de trem (km);
- Ciclovia (km);
- Tempo médio de deslocamento entre a residência e o local de trabalho.

7 - Acompanhamento setorial

- Corredores exclusivos de ônibus (km);
- Faixas exclusivas de ônibus implantados (km);
- Linhas de metrô (km);
- Linhas de trem (km);
- Ciclovia (km);
- Tempo médio de deslocamento entre a residência e o local de trabalho.



PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE



08



EIXOS NORTEADORES

EIXOS NORTEADORES

8.1 - PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

A viabilização da transformação econômica da cidade de São Paulo em direção a um futuro econômico mais inclusivo e próspero está apoiada na capacidade de promover programas e políticas públicas de qualidade e engajar organizações da sociedade civil e atores do setores produtivos na direção dos seus objetivos estratégicos. A construção de uma visão de futuro está, portanto, apoiada na capacidade de adaptação das contingências, e do contínuo aprimoramento em torno de objetivos comuns. Nesse sentido, as propostas estratégicas do Plano organizam ações e instrumentos de políticas públicas para a priorização das políticas, dos esforços e do monitoramento das ações voltadas ao desenvolvimento econômico.

A seguir são apresentadas as propostas, organizadas em três objetivos e duas agendas estruturantes, pensadas para viabilizar a transformação da economia municipal e, sobretudo, para assegurar que a prosperidade produtiva na cidade se transforme, cada vez mais, em melhores condições de vida para os seus habitantes.

Três objetivos: inclusão, competitividade e sustentabilidade, que caminham juntas para potencializar uma a outra:

- Por um lado, a **INCLUSÃO** e a redução das desigualdades, reconhecidamente um caminho para que São Paulo destrave seus constrangimentos para um processo de crescimento sustentado;
- Por outro, a **COMPETITIVIDADE** é chave para o crescimento com inclusão, para a capacidade da economia municipal em promover mais e melhores empregos ao mesmo tempo em que gera receita para financiar as políticas públicas e, pela posição estratégica da cidade, capacitar a melhor inserção do Brasil na economia internacional;

- Finalmente, a **SUSTENTABILIDADE** é o fundamento tanto para explorar o potencial competitivo da economia da cidade nos seus polos mais dinâmicos, como é um requisito para uma mudança de mentalidade.

Duas agendas estruturantes, a agenda da inovação e a agenda de território:

- A primeira está relacionada à capacidade da gestão municipal em aproveitar as inovações tecnológicas e sociais para ampliar a capacidade de promoção de soluções urbanas ao mesmo tempo em que estimula o ecossistema de tecnologia e inovação na cidade, um dos que mais apresenta oportunidades de crescimento na próxima década;
- A segunda, baseada na capacidade de articular o desenvolvimento territorial e desenvolvimento urbano como uma ferramenta para assegurar condições de capacitar o território para novos requisitos de competitividade, facilitar e acomodar de forma ordenada e eficiente o crescimento econômico. E, ao mesmo tempo, oferecer condições para a promoção da policentralidade articulando a visão de futuro econômico da cidade com as potencialidades e vocações das distintas regiões, dessa forma promovendo a inclusão produtiva em subcentros mais próximos das residências.

8.1.1 - DESTAQUES DO PMDE

O PMDE cria diretrizes para a construção de uma São Paulo mais inclusiva e menos desigual, social e territorialmente. Uma cidade que busque fortalecer sua economia com aumento dos investimentos públicos e privados, potencializando as vocações e oportunidades de desenvolvimento econômico, com programas que agreguem valor às cadeias produtivas que representam as forças da economia paulistana, bem como se adaptar às tendências futuras: sociais, demográficas e setoriais.

Para tanto, o PMDE definiu três grandes objetivos para São Paulo alcançar nos próximos anos:

- Ser uma cidade mais **inclusiva**, estimulando seus cidadãos a atingirem seus potenciais pessoais e econômicos. Por meio da criação de condições para a redução das desigualdades na cidade, mediante iniciativas focalizadas em grupos particularmente vulneráveis, nas questões de renda, gênero e raça, migrantes e imigrantes, e pessoas com deficiência.
- Ser uma metrópole mais **competitiva**, com menos burocracia e um ambiente de negócios melhor, uma cidade conectada com as cadeias de valor globais, aproveitando as vantagens comparativas existentes e criando novas oportunidades de inserção em setores de alto valor agregado e elevada empregabilidade.
- Desenvolver uma economia **sustentável**, minimizando os impactos negativos gerados pelo sistema produtivo, sejam eles ambientais, sociais, urbanísticos ou de outras naturezas. Articular a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU com as ações do poder público, entidades, associações e organizações de trabalhadoras e trabalhadores e do meio empresarial.

Para cada um destes objetivos, são apresentadas propostas para orientar as políticas públicas e ações concretas que viabilizem a atuação no curto e no longo prazo. Abaixo o destaque para cada objetivo.

OBJETIVO 1: INCLUSÃO

Criação de condições para a redução das desigualdades na cidade, em três frentes de ação complementares:

- Garantir condição de vida digna à população, focalizando esforços em grupos particularmente vulneráveis, nas questões de renda, gênero e raça, em migrantes e imigrantes, e pessoas com deficiência.
- Fomentar as capacidades e habilidades dos paulistanos, tanto como condição para a promoção de um conhecimento continuado da cidade, como para assegurar que a prosperidade econômica seja usufruída pelo conjunto da população.
- Apoiar setores tradicionalmente capazes de gerar grande quantidade de vagas de emprego para que mantenham e ampliem postos de trabalho na cidade.

DESTAQUES:

- ✓ **Públicos:** promover um olhar diferenciado e iniciativas focalizadas para os públicos mais vulneráveis;
- ✓ **Emprego e Renda:** diminuir a desigualdade de oportunidades e fomentar o aumento da renda de modo a contribuir com a redução da pobreza.

OBJETIVO 2: COMPETITIVIDADE

Desenvolver estratégias para o desenvolvimento de setores econômicos e cadeias produtivas que representam as forças da economia paulistana, bem como em manter a capacidade de se transformar:

- Incentivar a tradição da cidade na resolução de seus próprios problemas; e
- Reforçar e potencializar vocações e oportunidades de desenvolvimento econômico, com programas que agreguem valor em setores selecionados.

DESTAQUES:

- ✓ **Desburocratização:** promover a melhoria contínua do ambiente de negócios;
- ✓ **Atração de investimentos:** criar condições para a instalação de novas empresas;
- ✓ **Competitividade das 10 principais cadeias:** impulsionar os setores estratégicos, que são as grandes vocações da cidade.

OBJETIVO 3: SUSTENTABILIDADE

Articular políticas, programas, projetos e ações que criem condições para superar os desafios vivenciados pela cidade neste início da década de 2020:

- Combinar os esforços para assegurar oportunidades para todas e todos, com a mobilização para avançar em novas formas de produzir bens e serviços, ampliar o diálogo e estruturar instrumentos para alcançar esta visão.
- Promover uma mudança cultural e de mentalidade a partir dos setores da economia verde e para além dela, disseminando conceitos e práticas que demonstrem o valor que pode ser agregado com uma transformação na utilização de recursos e geração de empregos.

DESTAQUES:

- ✓ **Alavancar oportunidades:** entre as agendas de responsabilidade socioambiental, por parte das empresas e programas e ações estratégicas do poder público;
- ✓ **Transição produtiva:** estimular o direcionamento de São Paulo rumo a uma economia de baixo carbono.

Somado a esses três grandes objetivos que a cidade deve perseguir nos próximos anos, o PMDE apresenta duas agendas estruturantes que serão transversais aos objetivos e devem permear as ações e diretrizes apresentadas no Plano, são elas:

Agenda de Inovação:

1. Fomentar o ecossistema de tecnologia na cidade de São Paulo, estimulando negócios e fortalecendo competências dos talentos paulistanos;
2. Promover um ecossistema produtor de inovação e novas soluções urbanas, em especial nos campos da mobilidade e do acesso aos serviços essenciais.
3. Ativar uma gestão inteligente dos ativos da cidade por meio da criação de políticas que foquem no desenvolvimento de uma economia digital inclusiva, que estimule o empreendedorismo, a tecnologia e a inovação.

Agenda de Território:

1. Integrar estratégias de desenvolvimento econômico e de planejamento territorial e desenvolvimento urbano, de modo a promover o desenvolvimento local e a redução das desigualdades.
2. Alavancar as vocações regionais da cidade de São Paulo, de modo a ativar e potencializar a atividade econômica local.

Embora a responsabilidade pela busca de um futuro mais próspero seja compartilhada com todos os agentes sociais, o poder público tem papel ativo nesse processo. Para implantação e efetivação das ações e diretrizes apresentadas no PMDE será preciso desenvolver estruturas de governança, com instâncias permanentes e ágeis para formulação, articulação, validação, monitoramento e avaliação do Plano.

8.2 - OBJETIVOS E AGENDAS ESTRUTURANTES

8.2.1 - INCLUSÃO

O objetivo da inclusão reúne e articula instrumentos, ações e políticas públicas (em curso e a serem desenvolvidas) que criem condições para a redução das desigualdades na cidade e que sejam estruturadas a partir de duas óticas complementares. Isto é, fomentar capacidades e habilidades dos paulistanos é tanto como uma condição para a promoção de um conhecimento continuado da cidade, como para assegurar que a prosperidade econômica seja usufruída pelo conjunto da população. Elas também buscam focalizar grupos vulneráveis, nas questões de gênero e raça, em migrantes e imigrantes e pessoas com deficiência.

Ao mesmo tempo a construção de uma cidade inclusiva está relacionada à sua capacidade em oferecer um sistema educacional inclusivo, que assegure acesso de todos à oportunidades de desenvolvimento profissional para melhorar o seu padrão de vida de acordo com as diferentes capacidades, possibilidades, considerando a diversidade da população paulistana; e um mercado de trabalho inclusivo, que crie a capacidade de geração de renda a partir das iniciativas individuais e coletivas, e promova a melhor inserção nas dinâmicas produtivas, a partir de empregos de qualidade e estímulo ao empreendedorismo.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessária abordagem multidimensional. Isso significa considerar que, nas grandes cidades, a inclusão econômica caminha junto com a inclusão digital e a inclusão territorial, por isso as duas agendas estruturantes são fundamentais para os seus objetivos. A agenda inclusiva está, portanto, ligada à capacidade de articular intervenções físicas relacionadas à provisão de serviços básicos e ampliação da conectividade. Ao mesmo tempo, ter as organizações de base local como parceiros estratégicos para implementar programas de desenvolvimento econômico nas comunidades. Finalmente deve-se destacar que o envolvimento do setor privado para oferecer e prover serviços ur-

banos tem sido estimulado como uma forma de gerar ganhos de eficiência e melhorias nos benefícios e custos.

O objetivo de inclusão possui como premissas que todas as pessoas estejam construindo e partilhando a prosperidade, produzindo crescimento e construindo elementos para a redução das desigualdades na cidade de São Paulo; e gerar oportunidades iguais na diferença, a partir de distintos repertórios, trajetórias de vida, vocações e oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

8.2.1.1 - DIRETRIZES

1) Aumentar a oferta de empregos e a empregabilidade dos cidadãos nas diferentes cadeias produtivas do município de São Paulo

Uma das características do desenvolvimento econômico global tem sido o fato de que à medida em que a economia se torna competitiva, a produção de riqueza aumenta e os setores de comando e gerenciamento da economia nacional se afirmam como vocações da cidade, setores mais tradicionais passam a sofrer crescentemente com as deseconomias de aglomeração. Com isso, a sua presença na cidade passa a se colocar em risco, com a tendência de eliminação dos postos de trabalho importantes, sobretudo para a força de trabalho menos escolarizada.

Em função disso, assim como ocorre em outras cidades que exercem papéis de articulação na economia global, abre-se uma lacuna no mercado de trabalho, com a perda de postos de trabalho de nível médio, com forte tendência de ampliação da desigualdade nos rendimentos da população. Para se contrapor a essa tendência, as atividades de apoio aos serviços técnicos e profissionais, a produção de bens industriais que permanecem na cidade em função da proximidade aos clientes e mercado consumidor, como indústria de alimentos e confecção, podem ser mais bem integradas às cadeias de alto valor adicionado de forma a atender aos seus novos requisitos e padrões de qualidade.

Com isso, o desenvolvimento de políticas públicas que possam atuar para modernizar esses setores é chave para gerar trabalho e renda para segmentos populacionais de escolaridade média, além

de manter uma composição diversificada da atividade econômica, oferecendo oportunidades para trajetórias profissionais distintas e tornando a economia paulistana mais resiliente frente às oscilações cíclicas da economia mundial.

Assim, as ações, programas, projetos e instrumentos delineados a partir dessa diretriz deverão considerar três aspectos:

- Estruturar e oferecer programas de qualificação profissional e técnica, alinhados com a demanda do mercado de trabalho;
- Promover oportunidades de melhorias na produtividade e modernização dos setores tradicionais, de modo a viabilizar a manutenção e crescimento dos empregos na Cidade;
- Impulsionar estratégias de atração de setores altamente especializados para a cidade, gerando novos postos de trabalho qualificados.

2) Promover o atendimento eficiente ao trabalhador, propiciando mais e melhores oportunidades de desenvolvimento profissional aos trabalhadores dos grupos mais vulneráveis

A mobilização de esforços para promover a autonomia e melhoria na qualidade de vida das populações mais vulneráveis é condição primeira para o alcance da visão de desenvolvimento econômico desejado, com inclusão. Apenas uma cidade que ofereça condições básicas de inserção produtiva para esses segmentos terá legitimidade para realizar tanto o chamamento de outros setores da sociedade e esferas de governo como para desenvolver estratégias e políticas mais sofisticadas de desenvolvimento de setores estratégicos.

Esta diretriz está, portanto, articulada com todos os objetivos do PMDE, seja pelo ponto de vista de assegurar um padrão mínimo de dignidade às trabalhadoras e aos trabalhadores paulistanos, como

do ponto de vista de legitimidade política para a execução das demais ações. Apenas com a prestação de serviços públicos básicos aos trabalhadores, funcionando em elevado patamar de qualidade, eficientes e em quantidade necessária, será possível fomentar cadeias produtivas estratégicas e o compromisso de outros agentes para alcançar a visão proposta.

[1] <https://saopaulo.dieese.org.br/>

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Aperfeiçoar, de maneira integrada, os serviços de atendimento aos trabalhadores, melhorando as estratégias de transferência de renda e de porta de saída de programas sociais;
- Promover oportunidades de melhorias na produtividade e modernização dos setores tradicionais, de Fortalecer as políticas voltadas à redução das desigualdades, assegurando proteção social e impulsionamento dos grupos e segmentos vulneráveis como Migrantes, LGBT, População de Rua, Pessoas com Deficiência, com especial atenção à busca por equidade de gênero e igualdade racial.

3) Assegurar continuamente condições para promoção do trabalho decente

A capacidade do PMDE em promover o engajamento de diferentes atores e segmentos da sociedade civil deverá ter como base a capacidade de articular, negociar e pactuar ações de enfrentamento das condições de trabalho precário nas suas diferentes manifestações. Isso envolve, além de um componente mais abrangente de criação de mais e melhores oportunidades de emprego e inclusão produtiva, uma pactuação tripartite (empresários, trabalhadores e governo poder público), que tenha como foco a igualdade de oportunidades e a erradicação de condições de trabalho não dignificantes.

Conectada fortemente à segunda diretriz dessa agenda da inclusão, ela diferencia-se daquela pela sua ênfase na ação política direcionada a estabelecer compromissos tripartites a partir de objetivos comuns identificados. Os dados apresentados no diagnóstico do plano bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do Observatório do Trabalho¹ apontam para caminhos, prioridades e oportu-

nidades para atuação conjunta. Ao longo de 10 anos de vigência do PMDE, atuações específicas deverão ser priorizadas e aprimoradas em ciclos mais curtos, cujos prazos de implementação deverão ser objeto de debate em instâncias de governança democrática.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Promover o incentivo à formalização do trabalho e das atividades econômicas realizadas no município de São Paulo;
- Realizar ações contínuas de combate ao trabalho precário e promoção do trabalho decente.



Proposta 1.1.1

Estruturar e oferecer programas de qualificação profissional e técnica, alinhados com a demanda do mercado de trabalho



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

D1. Aumentar a oferta de empregos e a empregabilidade dos cidadãos nas diferentes cadeias produtivas do município de São Paulo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A literatura mostra que a qualificação profissional é condição necessária para inserção no mercado de trabalho, em especial um mercado de trabalho que passa por profundas transformações, tanto do ponto de vista tecnológico como institucional. Nesse sentido, o Estado pode atuar fortalecendo o trabalhador, em especial aqueles de grupos sociais mais vulneráveis, criando oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional através de programas de qualificação básica e técnica, alinhadas às necessidades do setor produtivo.

Baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores; jovens saindo do sistema educacional com preparo inadequado para as exigências do mercado de trabalho; necessidade de constante atualização do trabalhador para acompanhar as mudanças tecnológicas e de gestão do setor produtivo.



AÇÕES

1. Adequar o currículo das disciplinas e habilidades dos cursos de qualificação e capacitação profissional ofertados pela PMSP, promovendo também capacitação contínua ao corpo docente responsável;
2. Acordar especial atenção à oferta de soluções para os setores que apresentam escassez profunda de mão de obra qualificada, colocando em risco o crescimento ou a sobrevivência do setor na cidade;
3. Implantar o Novo Ensino Técnico Municipal, em conformidade com as premissas da BNCC e com as demandas do mercado de trabalho;
4. Integrar ações de capacitação e orientação profissional realizadas pelas diferentes pastas da PMSP (tais como CEDESP, Telecentros, Centros de Juventude e CEUs), catalisando o encaminhamento dos beneficiários aos serviços de apoio ao trabalhador.



RESULTADOS ESPERADOS

Promover o aumento da empregabilidade, a partir da oferta de cursos de qualificação profissional e técnica aderentes às necessidades do mercado de trabalho.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 60** - Capacitar 300 mil cidadãos em cursos voltados à inclusão digital

Agenda 2030

- **Meta 4.4** - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, garantindo equidade de gênero, raça e etnia e condição de deficiência e em todas e cada uma das regiões da cidade
- **Meta 4.7** - Até 2030, ampliar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, da cidadania global e da cultura de paz em todas e cada uma das regiões do município, com educação ambiental formal e não formal, de forma democrática e participativa, principalmente junto aos estudantes, educadores e familiares da Rede Municipal de Ensino, mas sem excluir as demais redes (inclusive a particular)

Proposta 1.1.2

Promover oportunidades de melhorias na produtividade e modernização dos setores tradicionais, de modo a viabilizar a manutenção e crescimento dos empregos na Cidade



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

D1. Aumentar a oferta de empregos e a empregabilidade dos cidadãos nas diferentes cadeias produtivas do município de São Paulo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A manutenção da diversificação produtiva das atividades econômicas no município de São Paulo é um elemento chave para alcançar a visão de futuro desenvolvida neste Plano para a economia de São Paulo em 10 anos. Nesse sentido, setores tradicionais, isto é, com menor intensidade no uso da tecnologia e do conhecimento nos seus processos produtivos, que no entanto têm presença histórica no território paulistano, como as indústrias química e de confecção, são importantes mobilizadores de postos de trabalho, embora tendam a sofrer com deseconomias de aglomeração. Em função disso, a possibilidade de manutenção – e até expansão – estão relacionadas às possibilidades de integração com cadeias produtivas de alto valor agregado e que estão na cidade de São Paulo, beneficiando-se dos diferentes tipos de arranjos que esta proximidade pode produzir.



AÇÕES

1. Mapear experiências e políticas internacionais, buscando por locais que passaram pelos mesmos desafios de adaptação de sua matriz econômica, auxiliando no aprimoramento do diagnóstico e no desenho e proposição de soluções para os setores que apresentam desafios na convivência entre operação tradicional e modernização, especialmente em casos em que haja risco de expressiva perda de mão de obra;
2. Auxiliar nas estratégias de modernização dos setores tradicionais, que dialogue com programas e projetos existentes, de forma a manter e ampliar a oferta de empregos destes setores;
3. Elaborar estratégias que auxiliem na manutenção e ampliação da oferta de vagas de emprego nos setores de comércio, serviços e indústria, alinhadas às necessidades destes setores de promover a modernização tecnológica e de automação das cadeias.



RESULTADOS ESPERADOS

Viabilizar a manutenção dos setores tradicionais na cidade, apoiando melhorias na produtividade, modernização e articulação dos diferentes elos da cadeia produtiva desses setores



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Agenda 2030

- **Meta 9.2** - Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, de acordo com a realidade nacional
- **Meta 8.2** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
- **Meta 9.4** - Até 2030, por meio do licenciamento ambiental industrial, regularizar, influenciar e ampliar os critérios de atendimento das indústrias municipais à necessidade crescente de uso eficiente dos recursos naturais e da adoção de processos industriais limpos e ambientalmente corretos, fortalecendo as iniciativas municipais de modernização da infraestrutura e da reabilitação das indústrias em busca da sustentabilidade

Proposta 1.1.3

Impulsionar estratégias de atração de setores altamente especializados para a cidade, gerando novos postos de trabalho qualificados



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

- D1.** Aumentar a oferta de empregos e a empregabilidade dos cidadãos nas diferentes cadeias produtivas do município de São Paulo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A proposta tem como objetivo estimular o crescimento de atividades econômicas de alto valor agregado e fortes encadeamentos com diversos setores da economia paulistana, de modo a promover o aumento da oferta de vagas na cidade. Busca-se identificar e encaminhar, em conjunto com o setor privado, desafios relevantes para o seu desenvolvimento. A especialização é importante porque gera riqueza para a cidade e estabelece uma rede de complementaridade nesses serviços que serve como uma força atratora e fortalece um mercado de trabalho de pessoas qualificadas. O compartilhamento de experiências, conhecimentos tácitos entre essas pessoas gera um ciclo virtuoso e atrai mais profissionais talentosos em busca de oportunidades, empreendedores qualificados e empresas nos segmentos intensivos em conhecimento (Rodríguez-Pose & Crescenzi, 2008).

A partir da classificação dos setores segundo intensidade em conhecimento e tecnologia (Torres Freire et al., 2012), observamos um conjunto de serviços intensivos em conhecimento (SICs) que se destacam: os serviços financeiros; os serviços tecnológicos; os serviços profissionais; os serviços sociais (saúde e educação) e os serviços de mídia e cultura. Eles têm participação elevada no total nacional, sobretudo quando se considera a massa salarial: 27%, 28%, 29% e 32%, respectivamente. Isso significa uma participação algumas vezes maior quando comparada à participação da cidade na população (5%), no PIB (10,5%) e nos empregos (11%) em relação ao Brasil (RAIS, 2018).



AÇÕES

1. Elaborar estratégias de atração e ampliação de empresas de alto valor agregado na cidade; Mapear áreas potenciais para os setores estratégicos e promover incentivos para sua instalação, de modo possibilitar a oferta de vagas de maneira descentralizada;
2. Estabelecer parcerias entre setor público e cadeias produtivas para encaminhamento de cidadãos contemplados pelos cursos de qualificação profissional e técnica para vagas de emprego.



RESULTADOS ESPERADOS

Promover o crescimento das cadeias produtivas altamente especializadas de modo a ampliar a oferta de vagas destes setores na cidade.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 55** - Implantar quatro estúdios criativos da juventude - Rede Daora
- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 60** - Capacitar 300 mil cidadãos em cursos voltados à inclusão digital

Agenda 2030

- **Meta 8.2** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

Proposta 1.2.1

Aperfeiçoar, de maneira integrada, os serviços de atendimento aos trabalhadores, melhorando as estratégias de transferência de renda e de porta de saída de programas sociais



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

- D3. Assegurar continuamente condições para promoção do trabalho decente



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Serviços prestados de atendimento ao cidadão, em especial aqueles relacionados ao atendimento básico ao trabalhador (apoio na emissão de carteira de trabalho e formalização do Microempreendedor Individual) e de intermediação de mão de obra (mobilização de empresas contratantes e cadastramento de interessados), são fundamentais, sobretudo nos momentos de crise e em especial voltados aos grupos mais vulneráveis. Sua oferta, nesse sentido, deve buscar qualidade, rapidez e efetividade. Isso envolve definir parâmetros de qualidade dos serviços sob os critérios de eficiência e buscar ferramentas para atingi-los, incluindo novos critérios de contratação e remuneração das prestadoras de serviços.

Altas taxas de desocupação e informalidade, com níveis piores para determinadas regiões da cidade e segmentos demográficos específicos.



AÇÕES

1. Promover a integração e gestão inteligente dos bancos de dados de beneficiários de programas sociais e de transferência de renda;
2. Ampliar a oferta e a efetividade dos serviços de apoio ao trabalhador oferecidos pela Prefeitura em diferentes equipamentos públicos;
3. Fortalecer ferramentas de monitoramento de indicadores do mercado de trabalho e avaliação de programas voltados ao atendimento do trabalhador, de modo a medir o impacto do apoio municipal na autonomia econômico-financeira do cidadão (porta de saída).



RESULTADOS ESPERADOS

Ampliar a rede de oferta e a eficiência de serviços da prefeitura aos trabalhadores e trabalhadoras paulistanas.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 01** - Atender 1.700.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional
- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 72** - Remodelar as praças de atendimento das subprefeituras para que centralizem todos os serviços municipais no território - descomplica SP”

Agenda 2030

Meta 16.6 - Ampliar a transparência, a prestação de contas, a efetividade e a eficiência das instituições, em todos os níveis

Proposta 1.2.2

Fortalecer as políticas voltadas à redução das desigualdades, assegurando proteção social e impulsionamento dos grupos e segmentos vulneráveis como Migrantes, LGBT, População de Rua, PCD, com especial atenção à busca por equidade de gênero e igualdade racial



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

- D2. Promover o atendimento eficiente ao trabalhador, propiciando mais e melhores oportunidades de desenvolvimento profissional para os trabalhadores dos grupos mais vulneráveis



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A cidade de São Paulo possui ampla população vivendo em condições de vulnerabilidade socioeconômica, fato que reforça as desigualdades sociais na cidade, com impactos negativos na economia. O Estado, responsável por garantir o bem-estar social de todos os cidadãos, deve promover políticas que fomentem a inclusão produtiva dos grupos mais vulneráveis. Essas políticas devem considerar as especificidades desses grupos em situação de vulnerabilidade, de forma a garantir a efetividade e eficiência destas ações.



AÇÕES

1. Mapear e acompanhar permanentemente a situação dos grupos sociais mais vulneráveis no mercado de trabalho (emprego, desocupação, rendimento, informalidade - por grupo social e localização geográfica), endereçando devidamente as políticas públicas adequadas às necessidades da população;
2. Ampliar a oferta de vagas em Programas voltados aos públicos mais vulneráveis, especialmente aos de transferência de renda vinculada à qualificação profissional, tais como POT, BT, Bolsa Jovem, entre outros;
3. Propor estratégias de apoio e resgate à população de rua que possibilitem a sua reinserção no mercado de trabalho;
4. Realizar ações voltadas ao resgate da autoestima e reorganização dos projetos de vida, nos casos de extrema vulnerabilidade, fortalecendo o conceito de habilidades socioemocionais (soft skills) para melhorar a aceitação dos cidadãos no mercado de trabalho;
5. Ampliar a oferta de ações voltadas para a contratação dos públicos mais vulneráveis por empresas privadas, tais como Tem Saída, mutirões Contrata SP, ajudando a garantir o respeito às leis de cotas (PCD, Jovem aprendiz, POP Rua, cotas raciais etc)



RESULTADOS ESPERADOS

Inserção de grupos mais vulneráveis da sociedade, proporcionando melhores condições de vida para esses indivíduos, com acesso integral aos direitos garantidos aos cidadãos e oportunidades de desenvolvimento social pleno.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 1** - Atender 1.700.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional.
- **Meta 10** - Criar 50 mil vagas em creche, condicionadas à demanda.
- **Meta 16** - Criar o programa reencontro, com o reordenamento da rede e da metodologia de atendimento à população em situação de rua e a implantação de 30 novos serviços.
- **Meta 18** - Ampliar em 50% o número de atendimentos realizados nos equipamentos exclusivos para mulheres.
- **Meta 19** - Combater o racismo, por meio da implementação de nove iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial.
- **Meta 20** - Dobrar o número de pessoas beneficiárias do programa Transcidadania, aumentando o atendimento para 1.020 pessoas.
- **Meta 21** - Criar o primeiro Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda

Agenda 2030

Meta 5.b - Garantir a igualdade de gênero no acesso a habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as especificidades de pessoas com deficiência, especificidades socioculturais e os recortes étnico-raciais

Meta 4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade e qualidade de acesso a todos os níveis de educação básica e profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas, os estrangeiros e as crianças, sem distinção de raça ou etnia, em todas e cada uma das regiões da cidade

Meta 8.5 - Até 2030, reduzir a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação por raça, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero, fomentando a inclusão de todas e cada uma das pessoas, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor

Proposta 1.3.1

Promover o incentivo à formalização do trabalho e das atividades econômicas realizadas no município de São Paulo



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

- D3. Assegurar continuamente condições para promoção do trabalho decente



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O aumento na flexibilização das relações de trabalho tem sido cada vez mais frequente, se refletindo em práticas de empregos temporários, subempregos e atividades autônomas informais. Nesse contexto de alterações rápidas e profundas no mercado de trabalho, com aumento das taxas de desemprego e informalidade nas relações de trabalho e nas atividades econômicas, o poder público deve estar atento às atualizações e especificidades das tendências nas relações de trabalho e da dinâmica das atividades econômicas, de forma a ser capaz de atuar propondo formas de regulamentação adequadas a essas novas realidades. Para que a regulamentação seja efetiva, o poder público deve oferecer apoio técnico aos trabalhadores autônomos e empresas de forma a facilitar e incentivar a formalização de suas atividades.



AÇÕES

1. Monitorar continuamente dados do mercado de trabalho informal, buscando promover ações contínuas para incentivar a formalização e reduzir os índices de informalidade;
2. Dimensionar e acompanhar permanentemente o déficit quantitativo de trabalho decente na cidade de São Paulo e fortalecer ações de combate à todas as formas de precarização do trabalho, promovendo o trabalho decente em todas as instâncias;
3. Promover cursos de formação e capacitação técnica básica de estruturação de negócios para trabalhadores informais e microempreendedores;
4. Facilitar e orientar o acesso a crédito e serviços financeiros.



RESULTADOS ESPERADOS

Ampliação da proteção legal e social do trabalhador e redução da informalidade



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor.

Agenda 2030

- **Meta 8.8** - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
- **Meta 8.3** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
- **Meta 8.7** - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

Proposta 1.3.2

Realizar ações contínuas de combate ao trabalho precário e promoção do trabalho decente



OBJETIVO

1. Inclusão



DIRETRIZ

D3. Assegurar continuamente condições para promoção do trabalho decente



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O Estado deve ser capaz de promover permanentemente as normas internacionais do trabalho e do emprego de forma a melhorar as condições de trabalho e ampliar a proteção social na cidade de São Paulo. Nesse sentido, merecem destaque: a promoção da justiça por meio de punição das situações de exploração nas relações de trabalho; a promoção de melhores oportunidades de ocupação e renda para mulheres e homens em condições de livre escolha, de não discriminação e de dignidade; o combate ao trabalho forçado e infantil; a promoção de igualdade de oportunidades e tratamento para todas as pessoas no trabalho; e, a promoção do trabalho decente para jovens. Para isso, é necessário o diálogo social por meio de processos mais amplos de mobilização e consulta, desenvolvendo um arranjo institucional favorável entre setor público, organizações de empregadores e representantes dos trabalhadores



AÇÕES

1. Promover ações contínuas de divulgação dos direitos dos trabalhadores e promoção do trabalho decente;
2. Criar condições para auxiliar a reinserção social dos trabalhadores resgatados de atividades precárias;
3. Erradicar progressivamente o trabalho análogo ao escravo e o trabalho infantil, na cidade de São Paulo;
4. Assegurar condições de trabalho dignas para trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem seus trabalhos urbanos em condição de risco, em especial os ofícios nos quais a regulamentação municipal é decisiva.



RESULTADOS ESPERADOS

Melhoria das condições de trabalho e ampliação da proteção social para o trabalhador paulistano



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda

Agenda 2030

- **Meta 8.8** - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
- **Meta 3.6** - Até 2030, reduzir as mortes por acidentes de trânsito para o máximo de 3 mortes para cada 100 mil habitantes

8.2.2 - COMPETITIVIDADE

A competitividade pressupõe, como premissa primeira, as melhorias no ambiente de negócios. Assim, a desburocratização aparece como pilar primeiro e central deste objetivo. A busca pela competitividade articula políticas, programas, projetos e ações que criam condições para que as atividades produtivas tenham capacidade de promover o crescimento, a prosperidade material e de se adaptar às mudanças econômicas, posicionando-se para melhor inserção na divisão internacional do trabalho. Isso implica em desenvolver estratégias que assegurem tanto o desenvolvimento de setores econômicos e cadeias produtivas que representam as forças da economia paulistana como em manter a capacidade de se transformar a partir de novas tendências sociais, demográficas e setoriais que devem se configurar no futuro.

Ambas estratégias são essenciais para São Paulo ser atrativa em relação aos investimentos (internos e externos) que criam condições para o crescimento econômico, e ao capital humano habilitado a criar e produzir em diferentes atividades produtivas, áreas de produção científica, pesquisa e desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, permitem promover uma estrutura produtiva mais adaptável às mudanças externas, com a contínua elevação da produtividade em diferentes setores e na capacidade de inovação da economia. Estão, portanto, em grande medida articuladas ao grau e à intensidade na inserção internacional da metrópole.

Ao mesmo tempo, a agenda da competitividade está vinculada ao desafio da cidade em resolver os seus próprios problemas: a inadequação do capital humano para promover novas demandas, o crescente problema de mobilidade da cidade, a infraestrutura de comunicações, a segurança urbana e a ausência de um ambiente mais previsível e favorável aos negócios. Ou seja, promover as condições adequadas para o crescimento das atividades econômicas em geral.

A agenda da competitividade deverá também reforçar e potencializar vocações e oportunidades de desenvolvimento econômico, com programas que agreguem valor em alguns setores selecionados. Para isso, será necessário incentivar e dinamizar setores e

clusters específicos a partir da análise do posicionamento da cidade considerando sua inserção econômica no contexto global, nacional e regional. E, por fim, reforçar e dinamizar os setores que São Paulo já possui e que estão muito ligados à sua condição de cidade global como: ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento; finanças; serviços de apoio a empresas; entretenimento; cultura.

O objetivo de competitividade possui como premissa principal a desburocratização e a promoção da melhoria do ambiente de negócios. Ainda, as ações que estruturam e que suportam o objetivo estão relacionados ao fortalecimento da capacidade da economia urbana em promover atividades de alto valor agregado, geradoras de riqueza, baseadas na elevação crescente da produtividade do trabalho e fundadas na centralidade dos setores baseados em informação e conhecimento e na economia de baixo carbono, para a reestruturação produtiva da cidade; e a integração crescente entre as economias regional, nacional e global a partir de funções de comando e coordenação produtiva de espaços econômicos dilatados e descentralizados. E, dessa forma, na capacidade de gerar receitas para financiar políticas públicas e melhoria na qualidade de vida.

8.2.2.1 - DIRETRIZES

1) Desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios

Boa parte das ações consideradas essenciais por parte do poder público para fomentar a atividade econômica no município está relacionada ao conjunto de medidas e ações relacionadas à produção de um ambiente favorável aos negócios, simplificado e de fácil operação pelos atores privados. Essa diretriz é essencial para que grandes, médias e pequenas empresas possam instalar e desenvolver atividades no município despendendo um mínimo de recursos, tempo e atenção em operar de forma legal. A partir das atribuições da prefeitura municipal, relacionadas ao recolhimento de determinados tributos e à legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, é possível alavancar tais condições.

Nesse sentido, é urgente promover uma legislação adequada e trabalhar para automatizar os sistemas evitando, sempre que possí-

vel, o trâmite em papel e presencial. Também é essencial promover ações para que os pequenos empreendedores possam compreender as regras de instalação, produzindo material de orientação e identificando os gargalos que podem ser superados para tornar a sua vida mais fácil.

Dada a dimensão da cidade de São Paulo tais tarefas de produzir um ambiente de negócios favorável pode não ser fácil, envolvendo desde revisões da legislação aplicável para facilitar o surgimento de novos negócios, promover a integração operacional com outras instâncias de governo e instituições pertinentes. Um processo permanente de escuta junto às organizações e associações do setor privado também é necessário para identificar novos desafios.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Reduzir continuamente a burocracia, os trâmites e o tempo necessário para licenciamento, abertura e fechamento de empresas;
- Estimular e apoiar o empreendedorismo;

2) Estimular o fortalecimento dos setores especializados e estratégicos

Promover a competitividade da economia paulistana parte pelo reconhecimento e promoção das suas vantagens competitivas do ponto de vista do papel que as atividades exercem na coordenação entre a economia brasileira e a economia internacional. A força econômica da cidade constitui parte em grande medida de esforços empreendedores desenvolvidos por várias gerações com pessoas oriundas de diversos locais. Ainda que sejam atividades e riquezas produzidas a partir de esforços que se deram no ambiente eminentemente privado, ações de coordenação, de articulação, de escuta e encaminhamento que visem reforçar as vocações do município podem ser decisivas para ampliar a geração de riqueza e promover mais e melhores empregos.

Em função disso, o PMDE deve criar mecanismos que permitam promover setores econômicos estratégicos, identificados a partir de critérios de especialização (aquilo que São Paulo produz e que outros municípios brasileiros não fazem), de geração de riqueza (que, em geral se traduz em mais tributos e melhores salários) e de empregabilidade, dando atenção para segmentos que geram empregos em grande magnitude.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Apoiar a implementação de estratégias que auxiliem na manutenção e crescimento das cadeias produtivas tradicionais, para que continuem ativas como vetor de crescimento da economia urbana;
- Elaborar políticas de apoio ao crescimento das atividades de setores estratégicos e da economia do conhecimento;
- Estimular a recuperação da cadeia produtiva do turismo.

3) Atrair investimentos, promover a economia paulistana e estimular sua internacionalização

Manter, promover e fomentar a conexão da economia paulistana com economias avançadas ou em desenvolvimento, e combinar a expansão de mercados com a criação de empregos na cidade. A internacionalização é central para ampliar a competitividade das empresas aqui instaladas com diferentes tipos de benefícios: seja do ponto de vista do retorno econômico de bens e serviços exportados, seja a partir dos benefícios do maior fluxo de pessoas e mercadorias para as atividades relacionadas ao transporte e à logística ou em razão do estímulo aos esforços de aumento da produtividade para manter os produtos e serviços globalmente competitivos.

Ao mesmo tempo, esses benefícios requerem um conjunto de esforços continuados para transformar a cultura das empresas, fomentar os esforços para compreensão e adaptação a outras realidades urbanas e culturais. As estratégias a serem desenvolvidas devem apoiar tanto empresas já consolidadas e capazes de exportar, como aquelas que ainda não dispõem de capacitação hoje, mas que poderão ser preparadas para voltar parte de suas atividades a

mercados externos a partir de mudanças de atitude e planejamento dos negócios.

Para isso a cidade já conta com um arcabouço institucional próprio para prospectar, planejar e apoiar a internacionalização da cidade, como também, e em especial por ser a capital do Estado, com estruturas organizacionais estaduais já com ampla experiência nesse tema. Essa diretriz, portanto, aponta para o aperfeiçoamento das políticas, ações e metas de internacionalização da economia paulistana, incluindo a sua articulação com uma estratégia global de desenvolvimento econômico para a cidade.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Criação de estratégia de atração de investimentos privados para São Paulo;
- Promover e internacionalizar a economia paulistana.



Proposta 2.1.1

Reduzir continuamente a burocracia, os trâmites e o tempo necessário para licenciamento, abertura e fechamento de empresas.



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D1. Desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Um ambiente regulatório de negócios simplificado é necessário para que indivíduos com ideias inovadoras possam empreender. Com a entrada de novas empresas no mercado, há um processo natural de aumento de produtividade e competitividade, resultando em melhores empregos, elevação de renda, maior arrecadação tributária pelo estado e melhoria das condições de vida dos indivíduos. A magnitude e o dinamismo desse processo estão diretamente relacionados à facilidade de abertura de novas firmas potencialmente mais eficientes e também de fechamento de empresas menos produtivas. Nesse sentido, é fundamental que o ambiente regulatório não limite a capacidade de empreender dos indivíduos e nem crie incentivos para o aumento da informalidade, e sim que a cidade de São Paulo tenha regulamentações capazes de facilitar a abertura e o fechamento de negócios, a manutenção do emprego, o acesso à infraestrutura e ao crédito, o recolhimento de tributos e a segurança do ambiente de negócios.



AÇÕES

1. Realizar monitoramento constante do tempo e do número de procedimentos necessários para abertura de empresas na cidade de São Paulo, buscando promover melhorias contínuas em processos e sistemas;
2. Desenvolver metodologia e implantar estratégia de “janela única” de atendimento ao empreendedor/investidor, garantindo trâmites ágeis e integrados nos órgãos municipais;
3. Fortalecer ferramentas e mecanismos eletrônicos e simplificados para viabilização de abertura, fechamento, licenciamento, alvarás e quaisquer outros trâmites necessários para a viabilização da atividade econômica no município. Valorizar soluções como Portal do Licenciamento, Aprova Rápido e parcerias com a JUCESP;

4. Otimizar, dar transparência e celeridade às necessárias interações com setor público para aprovações, fiscalizações e inspeções;
5. Criar o sistema municipal de cidadania fiscal;
6. Elaborar análises e estudos que subsidiem eventual revisão e atualização da legislação municipal, buscando soluções para gargalos regulatórios e entraves à competitividade, incluindo a articulação e viabilização de melhorias junto a outros entes federativos;
7. Assegurar a implementação da estratégia municipal de desestatização, de modo a reduzir custos da Administração Pública Municipal, aumentando o potencial de exploração dos espaços e os benefícios gerados à população.



RESULTADOS ESPERADOS

Aumento das atividades empreendedoras na cidade de São Paulo e da produtividade das empresas.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 76** - Implantar o portal único de licenciamento da cidade de São Paulo
- **Meta 77** - Criar o sistema municipal de cidadania fiscal.

Agenda 2030

- **Meta 8.3** - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros,
- **Meta 17.1** - Fortalecer a mobilização de recursos internos, para melhorar a capacidade municipal para arrecadação de impostos e outras receitas.

Proposta 2.1.2

Estimular e apoiar o empreendedorismo



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D1. Desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Pouco mais de 1/4 dos trabalhadores autônomos estavam formalizados em 2019 na cidade de São Paulo, mesmo com um significativo aumento da formalização entre estes trabalhadores (aumento coincidente com a criação da figura do Microempreendedor Individual, em 2008). Além de regularizar a situação do empreendedor junto ao poder público, a formalização traz vantagens concretas para os negócios como: acesso à linhas de crédito, direitos e benefícios previdenciários, possibilidade de vendas para o governo, dentre outros. Nesse contexto, ações proativas de conscientização da importância e de facilitação da formalização contribuem diretamente para o desenvolvimento e expansão dos negócios dos empreendedores, o que impacta positivamente toda a dinâmica econômica da cidade.



AÇÕES

1. Ampliar e aperfeiçoar o atendimento e os serviços de apoio ao empreendedor, especialmente na orientação, capacitação e formalização;
2. Ampliar a disponibilização de espaços para fomento da atividade empreendedora e geração de renda, tais como a rede TEIA, e levar o estímulo ao empreendedorismo para demais equipamentos públicos e possam contribuir com a inserção econômica e social;
3. Fortalecer a estratégia de uso do espaço público para a atividade empreendedora, tais como Tô Legal, Praças, Feiras livres, centrais de abastecimento e distribuição, feiras de artesanato e gastronomia, entre outros;
4. Apoiar e facilitar a participação de MEI e MPE em licitações de todas as esferas, bem como promover licitações municipais destinadas exclusivamente para Microempreendedores Individuais e micro e pequenas empresas e fomentar a participação deste público em compras públicas em geral;
5. Promover estratégia de apoio ao empreendedorismo de públicos mais vulneráveis, levando em conta gênero, raça, territórios de vulnerabilidade e características típicas como artesãos, cooperativas, agricultores, dentre outros.



RESULTADOS ESPERADOS

Aumento da formalização e expansão dos negócios na cidade de São Paulo.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor.

Agenda 2030

Meta 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

Meta 12.7 - Promover práticas de contratações e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades municipais

Proposta 2.2.1

Apoiar a implementação de estratégias que auxiliem na manutenção e crescimento das cadeias produtivas tradicionais, para que continuem ativas como vetor de crescimento da economia urbana



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D2. Estimular o fortalecimento dos setores especializados e estratégicos



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Em contraposição à queda acentuada e contínua da participação das atividades industriais na produção municipal e nacional, cidades do mundo desenvolvido, que passaram pelo mesmo processo de esvaziamento industrial, têm experimentado uma renovação das suas atividades industriais em direção a unidades de produção menores, mais camufladas na malha urbana. Chamadas de nova indústria urbana, estas atividades atendem a novas demandas por produtos industriais mais customizados, formando produções criativas que se beneficiam das redes face-a-face e do reuso adaptativo dos espaços industriais vacantes. Com potencial de gerar oportunidades diversificadas e salários acima da média, propõe-se aqui que São Paulo aproveite o seu rico passado industrial atrelando às tendências identificadas como economia maker. Estudos em diferentes cidades do mundo desenvolvido, apoiaram sua reestruturação produtiva na renovação de suas atividades industriais em conexão com o setor de serviços. Nesse processo, atividades relacionadas à indústria de móveis, confecções e outras ganharam espaço ao se vincular com demandas corporativas ou nichos de mercado específicos, permitindo a requalificação de zonas industriais e geração de oportunidades de empreendedorismo.



AÇÕES

1. Desenvolver programa específico de apoio e impulsionamento das pequenas indústrias urbanas e dos comércios tradicionais de bairro, para que possam superar os desafios da automação na manutenção de empregos;
2. Apoiar os setores de infraestrutura e construção, facilitando sua atividade sempre que possível e incitando seu forte potencial de geração de postos de trabalho;
3. Fortalecer o setor de serviços como um dos pilares estruturantes da economia paulistana, viabilizando sua permanência e seu crescimento no município.



RESULTADOS ESPERADOS

Melhorias na produtividade dos setores tradicionais decorrente de ações voltadas para sua modernização e articulação dos diferentes elos da cadeia produtiva desses setores, assegurando um perfil diversificado da economia paulistana



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor
- **Meta 73** - Atrair R\$ 13 Bilhões em investimentos para a Cidade

Agenda 2030

- **Meta 9.2** - Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, de acordo com a realidade nacional
- **Meta 8.2** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
- **Meta 9.4** - Até 2030, por meio do licenciamento ambiental industrial, regularizar, influenciar e ampliar os critérios de atendimento das indústrias municipais à necessidade crescente de uso eficiente dos recursos naturais e da adoção de processos industriais limpos e ambientalmente corretos, fortalecendo as iniciativas municipais de modernização da infraestrutura e da reabilitação das indústrias em busca da sustentabilidade

Proposta 2.2.2

Elaborar políticas de apoio ao crescimento das atividades de setores estratégicos e da economia do conhecimento



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D2. Estimular o fortalecimento dos setores especializados e estratégicos



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A proposta tem como objetivo estimular o crescimento de atividades econômicas de alto valor agregado e fortes encadeamentos com diversos setores da economia paulistana. Busca-se identificar e encaminhar, em conjunto com o setor privado, desafios relevantes para o seu desenvolvimento. A especialização é importante porque gera riqueza para a cidade e estabelece uma rede de complementaridade nesses serviços que servem como uma força atratora e fortalece um mercado de trabalho de pessoas qualificadas. O compartilhamento de experiências, conhecimentos tácitos entre essas pessoas gera um ciclo virtuoso e atrai mais profissionais talentosos em busca de oportunidades, empreendedores qualificados e empresas nos segmentos intensivos em conhecimento (Rodríguez-Pose & Crescenzi, 2008).

A partir da classificação dos setores segundo intensidade em conhecimento e tecnologia (Torres Freire et al., 2012), observamos um conjunto de serviços intensivos em conhecimento (SICs) que se destacam: os serviços financeiros; os serviços tecnológicos; os serviços profissionais; os serviços sociais (saúde e educação) e os serviços de mídia e cultura. Eles têm participação elevada no total nacional, sobretudo quando se considera a massa salarial: 27%, 28%, 29% e 32%, respectivamente. Isso significa uma participação algumas vezes maior quando comparada à participação da cidade na população (5%), no PIB (10,5%) e nos empregos (11%) em relação ao Brasil (RAIS, 2018).



AÇÕES

1. Promover estratégias de ampliação e crescimento das atividades de educação, pesquisa, inovação e tecnologia, de modo a maximizar os ganhos sociais e econômicos que podem ser acrescentados por elas em todos os setores da economia paulistana;
2. Promover instrumentos de fortalecimento da economia criativa como macro setor estratégico, propiciando a inclusão social e fortalecendo o valor cultural paulistano;
3. Potencializar os setores de Ciências da Vida e da Sustentabilidade, como cadeias produtivas integradas, assegurando ganhos econômicos e sociais;



RESULTADOS ESPERADOS

Viabilização de condições gerais de crescimento para as cadeias produtivas estratégicas da cidade, gerando mais empregos e riqueza na metrópole e ampliando sua participação na escala nacional



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Agenda 2030

- **Meta 8.2** - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;
- **Meta 12.a** - Formalizar parcerias nacionais e internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na cidade, principalmente que beneficiem as áreas menos desenvolvidas, na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Proposta 2.2.3

Estimular a recuperação da cadeia produtiva do turismo



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

- D2. Estimular o fortalecimento dos setores especializados e estratégicos



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A cidade de São Paulo recebeu em 2019 15,7 milhões de turistas, sendo destes 2,9 milhões estrangeiros. Ao todo, estima-se que os turistas gastaram R\$ 12,8 bilhões no mesmo ano e a atividade gerou uma receita de R\$ 330 milhões em ISS*. Além dos empregos, oportunidades e renda gerados, o turismo ajuda a dinamizar atividades que já são distintivas da cidade como gastronomia, hotelaria e serviços especializados. Além disso, consolida trocas de experiências nacionais e internacionais nos serviços e pesquisa realizadas na cidade de São Paulo. Em suma, o turismo – por diferentes vias – é um dos vetores de mundialização da cidade retroalimentando o processo de internacionalização da economia paulistana. Ele é, por outro lado, um dos principais afetados pela crise da Covid-19: a taxa média de ocupação para junho de 2020 foi de 11,7%, quando, desde 2005, o menor valor para o mês foi de 59,1%, em 2016**. Isso irá requerer políticas específicas de recuperação para o setor.



AÇÕES

1. Desenvolver e implementar roteiros e circuitos turísticos especializados, setorial e regionalmente, aprimorando a informação e a infraestrutura turística da cidade e contribuindo com a capacitação de atores do setor;
2. Fortalecer estratégias de atração de grandes eventos e iniciativas estratégicas para a cidade.

* São Paulo (Cidade), 2019. São Paulo: cidade do mundo. Dados e fatos dos eventos, viagens e turismo na capital paulista. São Paulo, Observatório do Turismo. Disponível em: http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/DADOS_FATOS_2019.pdf

**São Paulo (Cidade), 2020. Desempenho dos meios de hospedagem da cidade de São Paulo: junho de 2020. São Paulo, Observatório do Turismo. Disponível em: http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/hospedagem_junho_2020.pdf.



RESULTADOS ESPERADOS

Recuperação acelerada do setor de turismo na cidade, com medidas de urgência e médio prazo implementadas.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 70** - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como Cidade Global e Sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional
- **Meta 71** - Implementar 60% do plano de turismo municipal - perspectiva 2030

Agenda 2030

- **Meta 12.b** - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;
- **Meta 8.9** - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Proposta 2.3.1

Criar estratégia de atração de investimentos privados para São Paulo



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D3. Atrair investimentos, promover a economia paulistana e estimular sua internacionalização



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A internacionalização da economia paulistana promove diferentes tipos de benefícios para a economia da cidade. Em especial, a atração de investimentos diretos articula, ao mesmo tempo, necessidades e demandas para inversões relacionadas aos diferentes desafios da cidade e a maior inserção da cidade no cenário internacional, favorecendo indiretamente outras empresas, principalmente prestadoras de serviços.

Potencializar as estratégias em andamento significa ampliar o escopo de atuação das ações relacionadas à imagem da cidade, organizando informações relevantes em formas acessíveis de visualização, estruturando o olhar sobre oportunidades e instrumentos para investimento na cidade. Ao mesmo tempo, será fundamental sistematizar as trocas estabelecidas de forma a informar as demais frentes de atuação na agenda da competitividade.



AÇÕES

1. Organizar, analisar e disponibilizar dados sobre investimentos nacionais e estrangeiros na cidade, bem como de investimentos públicos de outras esferas;
2. Identificar oportunidades de transformações relevantes na economia municipal, em especial aquelas que potencializam as vocações estratégicas das cidades e o melhor uso do capital humano disponível, contribuindo também para a redução de desigualdades regionais;
3. Criar um Portal do Investidor (janela única), que contenha informações completas e estruturadas sobre a economia paulistana e auxilie investidores no início ou ampliação de suas atividades econômicas no município;



RESULTADOS ESPERADOS

Ampliação do investimento e identificação das barreiras e ações necessárias para maior atratividade da cidade



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 70** - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como cidade global e sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional;
- **Meta 73** - Atrair R\$ 13 bilhões em investimentos para a cidade;

Agenda 2030

- **Meta 17.3** - Mobilizar recursos adicionais para o município a partir de múltiplas fontes.

Proposta 2.3.2

Promover e internacionalizar a economia paulistana



OBJETIVO

2. Competitividade



DIRETRIZ

D3. Atrair investimentos, promover a economia paulistana e estimular sua internacionalização



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A crescente internacionalização da economia paulistana promove diferentes tipos de benefícios para a economia da cidade. Em especial, a atração de investimentos diretos articula, ao mesmo tempo, necessidades e demandas para inversões relacionadas aos diferentes desafios da cidade e sua maior inserção no cenário internacional, favorecendo indiretamente outras empresas, principalmente prestadoras de serviços.

Potencializar as estratégias em andamento significa ampliar o escopo de atuação das ações relacionadas à imagem da cidade, organizando informações relevantes em formas acessíveis de visualização, estruturando o olhar sobre oportunidades e instrumentos para investimento na cidade. Ao mesmo tempo, é fundamental sistematizar as trocas estabelecidas de modo a informar as demais frentes de atuação na agenda da competitividade.



AÇÕES

1. Implementar estratégia dirigida de captação de leads - inventário de setores e empresas estratégicas para a cidade de São Paulo, que deveriam ser convidadas a se instalarem ou ampliarem suas atividades na cidade;
2. Implementar estratégia de comunicação e branding para a cidade, a partir de atores e redes mapeados;
3. Desenvolver ações de promoção de São Paulo como destino perante a opinião pública nacional e internacional, ampliando a imagem de receptor de investimentos, mas também de turistas qualificados
4. Implementar estratégia de fomento a exportações, incluindo mentoria, inteligência de mercado, matchmaking e promoção comercial, através de feiras, eventos e missões internacionais.



RESULTADOS ESPERADOS

Ampliação do investimento e identificação das barreiras e ações necessárias para maior atratividade da cidade



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 70** - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como cidade global e sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional
- **Meta 73** - Atrair R\$ 13 Bilhões em investimentos para a Cidade

Agenda 2030

- **Meta 17.3** - Mobilizar recursos adicionais para o município a partir de múltiplas fontes.

8.2.3 - SUSTENTABILIDADE

O objetivo da sustentabilidade articula políticas, programas, projetos e ações que criem condições para superar os desafios vivenciados pela cidade neste início da década de 2020. Por um lado, se tem o desafio de recuperar a economia da crise causada pela pandemia, que gerou aumento das desigualdades e dos problemas sociais. Por outro lado, se tem a questão da crise climática e seus efeitos que cada dia se tornam mais visíveis aos olhos da população. Nesse cenário, é preciso que as gestões municipais pensem em alternativas de desenvolvimento sustentável e inclusivo que possam diminuir os efeitos dessas duas crises no dia a dia das cidades.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) representam uma oportunidade para que diversos atores unam esforços em uma parceria global para a superação de desafios comuns, por meio de soluções comuns, adequadas à realidade local, sendo o papel da Prefeitura central nessa estratégia de implementação. Nesse sentido, este PMDE também nasceu de forma articulada a essa agenda, sobretudo na direção de contribuir para maior sinergia entre o setor público municipal, as entidades, associações e organizações de trabalhadoras e trabalhadores e do meio empresarial.

O papel de articular setores público e privado na pujante economia paulistana é o de combinar uma visão de futuro para as transformações que potencializam inclusão e competitividade. É nessa direção que estão organizadas as diretrizes e propostas do eixo de Sustentabilidade.

São premissas do objetivo de sustentabilidade combinar esforços para assegurar oportunidades para todas e todos, com a mobilização para avançar em novas formas de produzir bens e serviços, ampliar o diálogo e estruturar instrumentos para alcançar esta visão; e promover uma mudança cultural e de mentalidade a partir dos setores da economia verde e para além dela, disseminando conceitos e práticas que demonstrem o valor que pode ser agregado com uma transformação na utilização de recursos e geração de empregos.

8.2.3.1 - DIRETRIZES

1) Ativar a cadeia produtiva do desenvolvimento econômico sustentável

A busca por uma transição para uma economia do que hoje é conhecida como economia verde, circular e de baixo carbono, que vem sendo uma das alternativas de maior destaque para enfrentar o atual cenário em várias metrópoles no mundo. Os pilares da economia verde nos grandes centros urbanos estão ligados à melhoria da eficiência energética, incentivo aos transportes com baixa emissão de carbono, uso de produtos renováveis, avanço na eficiência do saneamento básico e uso da água, mudanças nas políticas sobre resíduos sólidos e conscientização da população.

O desenvolvimento econômico com base na sustentabilidade pressupõe uma mudança nos atuais modelos de produção e consumo. Para tanto, é necessário o estabelecimento de alternativas consistentes de planejamento nas diferentes instâncias de governo. Uma busca constante no incentivo à inovação visando alterar o atual padrão de consumo tanto da esfera pública quanto da esfera privada.

Atualmente, políticas públicas de estímulo e incentivo à atividades sustentáveis passaram a ser prioridade para governos municipais. Assim, ao desempenho econômico das cidades passa-se a acrescentar dimensões relacionadas ao uso dos recursos, à conservação e à biodiversidade, à poluição emitida, enfim, ao seu desempenho ambiental conjunto.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade;
- Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade.

2) Potencializar a contribuição da sustentabilidade para uma sociedade mais próspera, valorizando o diferencial rural e ecoturístico da cidade de São Paulo

Compreender o papel das formas pelas quais a cidade se organiza para produzir bens e serviços é fundamental para produzir estratégias e políticas públicas capazes de, ao mesmo tempo, assegurar um futuro próspero para todos os paulistanos e estabelecer parâmetros para o desenvolvimento da cidade baseados nas capacidades de suporte e produção adequados. Nesse sentido, o grande potencial do PMDE para essa agenda é o de trazer de forma ampla um conceito de sustentabilidade que articule os setores da economia paulistana na direção de mobilizar esforços e empreender transformações no âmbito social e econômico. E, também, de criar meios de trabalhar em parceria para superar os enormes passivos sociais e de desigualdade na cidade.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Fortalecer capacidades e competências dos produtores rurais e dos distintos elos de sua cadeia;
- Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital.

3) Posicionar a Cidade São Paulo como referência em desenvolvimento econômico sustentável no mundo

A combinação da performance verde da economia urbana passa também a figurar entre os aspectos da imagem das cidades e, principalmente, na capacidade de atrair financiamentos baseados na economia verde (green bonds), com especial potencial para infraestrutura ambiental. Por isso, governos locais devem reforçar aspectos da sua estrutura produtiva que acelerem a transição para uma nova economia fundada no conceito de sustentabilidade e que articule as suas dimensões sociais e econômicas.

Atualmente, o Estado de São Paulo possui o maior e mais diversificado mercado de economia verde do Brasil. Segundo a Relação

Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2019, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME), são 147 mil empresas que atuam no setor, empregando 1,4 milhão de pessoas no Estado, representando quase um 1/3 dos empregos verdes do País. É um verdadeiro ecossistema de empreendimentos sustentáveis.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Estimular a adoção de práticas adequadas nos temas social, ambiental e de governança (ESG) pelas empresas que exercem suas atividades econômicas no município;
- Estimular a sociedade paulistana a aderir aos conceitos do Desenvolvimento Sustentável;
- Posicionar o Município de São Paulo como uma referência global no que tange ao desenvolvimento econômico sustentável.

Proposta 3.1.1

Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D1. Ativar a cadeia produtiva do desenvolvimento econômico sustentável



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a economia verde é uma “alternativa ao modelo econômico dominante que vivemos atualmente, o qual exacerba as desigualdades, incentiva o desperdício, desencadeia escassez de recursos e gera ameaças ao meio ambiente e a saúde humana”. Ou seja, o desenvolvimento da economia verde busca tornar a economia que temos hoje mais sustentável, com mais inclusão social, eficiência no uso de recursos naturais, com consumo consciente, de baixo carbono, entre outras medidas que ajudem a valorizar o meio ambiente.

Nesse cenário de mudança climática e busca por um menor impacto das atividades humanas no meio ambiente é preciso que o setor público mobilize todos os agentes públicos e instituições da cidade no desafio de alterar os padrões econômicos vigentes e criar novas dinâmicas produtivas e de serviços.

Na cidade de São Paulo que passou por grandes transformações na dinâmica econômica com a desindustrialização e a expansão do setor de serviços nas últimas décadas, a economia verde se apresenta como uma alternativa para que a metrópole possa manter seu protagonismo de forma sustentável e pujante, gerando renda e emprego para seus cidadãos.



AÇÕES

1. Mobilizar academia e setor privado para o desenvolvimento de estratégias que proponham uma visão de futuro da economia verde e circular, estruturando parcerias para entendimento do desafio que as mudanças climáticas trazem para São Paulo e buscando oportunidades econômicas decorrentes da sua mitigação;
2. Ativar a rede de prestadores de serviços e fornecedores da prefeitura para que se tornem atores da cadeia produtiva no município de São Paulo;
3. Mapear gargalos regulatórios e sugerir propostas de políticas e programas públicos que possam fomentar a cadeia produtiva, sempre atendendo ao interesse do conjunto da sociedade.



RESULTADOS ESPERADOS

Criar programas de desenvolvimento econômico e ambiental que avaliem conjuntamente as diferentes esferas de impacto e de desenvolvimento da cidade tanto para as pessoas, quanto para o meio ambiente e o impacto dessas ações para o mundo. Dessa forma será possível alterar a economia do município com foco em uma nova economia na cidade que tenha como característica a sustentabilidade e inclusão social.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor
- **Meta 61** - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais
- **Meta 70** - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como cidade global e sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional

Planclima

Ação 40 - Meta: Até 2025, promover a economia circular no Município de São Paulo, reduzindo a geração e o envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários; Objetivos: Criar novos empregos na economia verde; Gerar oportunidades para o empreendedorismo na economia circular e de baixo carbono.

Agenda 2030

- **Meta 8.4** - Até 2030, promover a Economia Circular no município de São Paulo, ampliando a eficiência na produção e consumo de recursos globais, com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil e eletroeletrônicos
- **Meta 12.a** - Formalizar parcerias nacionais e internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na cidade, principalmente que beneficiem as áreas menos desenvolvidas, na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- **Meta 12.7** - Promover práticas de contratações e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades municipais

Proposta 3.1.2

Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D1. Ativar a cadeia produtiva do desenvolvimento econômico sustentável



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A geração de empregos verdes é uma possibilidade de aquecer o mercado de trabalho da cidade de São Paulo incentivando uma transição sustentável da economia. Além disso, trata-se de uma alternativa para combater o desemprego causado pela crise, promovendo a inclusão social por meio da sustentabilidade. Atualmente, políticas públicas de estímulo e incentivo a atividades sustentáveis passaram a ser prioridade para governos municipais. Assim, ao desempenho econômico das cidades passa-se a acrescentar dimensões relacionadas ao uso dos recursos, à conservação e à biodiversidade, à poluição emitida, enfim, ao seu desempenho ambiental conjunto. Os empregos verdes podem ser definidos como trabalhos que contribuem para reduzir emissões de carbono ou para melhorar/preservar a qualidade ambiental. Uma das principais áreas que gera empregos verdes nos grandes centros urbanos é a construção civil. Incentivar empreendimentos sustentáveis que tenham uma menor emissão de CO₂ e um uso mais eficiente da energia é de vital importância.



AÇÕES

1. Fortalecer o Programa Green Sampa, ampliando as iniciativas de qualificação, incubação e aceleração de negócios ambientais;
2. Realizar e dar visibilidade aos diagnósticos sobre oportunidades de desenvolvimento dos setores de serviços urbanos para práticas de sustentabilidade, procurando construir condições favoráveis para a emergência de soluções e tecnologias locais;
3. Ativar outras instâncias de governo e organismos internacionais para impulsionarem a cadeia de produtos e serviços verdes no município, buscando apoio institucional, melhorias regulatórias, mas também oportunidades concretas de negócios e recursos para fomento ao setor;
4. Adequar e implementar programas de qualificação e treinamento da força de trabalho aos novos requisitos dos empregos verdes.



RESULTADOS ESPERADOS

Criação de uma política pública municipal que busque incentivar a criação de empregos verdes na cidade de São Paulo



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor
- **Meta 61** - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais

Planclima

• **Ação 40** - Meta: Até 2025, promover a economia circular no Município de São Paulo, reduzindo a geração e o envio de resíduos sólidos urbanos aos aterros sanitários; Objetivos: Criar novos empregos na economia verde; Gerar oportunidades para o empreendedorismo na economia circular e de baixo carbono.

Agenda 2030

- **Meta 8.4** - Até 2030, promover a Economia Circular no município de São Paulo, ampliando a eficiência na produção e consumo de recursos globais, com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil e eletroeletrônicos
- **Meta 12.7** - Promover práticas de contratações e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades municipais;
- **Meta 13.2** - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos municipais

Proposta 3.2.1

Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D2. Potencializar a contribuição da sustentabilidade para uma sociedade mais próspera, valorizando o diferencial rural e ecoturístico da cidade de São Paulo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O território que configura a zona rural corresponde a mais de 29% da área da cidade estando predominantemente localizado no extremo sul – aproximadamente 80,5% do total da zona rural –, compreendendo os distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac (Prefeituras Regionais de Parelheiros e Capela do Socorro) e tendo em seus limites as sub-bacias das represas Billings, Guarapiranga e Capivari-Mornos. As demais áreas (19,5% da zona rural) estão localizadas na zona Leste, correspondendo ao Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, e na zona Norte, o Parque Estadual da Cantareira. Além das áreas naturais, são áreas onde se desenvolvem atividades como o cultivo de hortaliças, verduras, frutas e plantas ornamentais. Entretanto, desse total do território definido como zona rural, apenas cerca de 5% é ocupado por atividades agrícolas, predominando nas demais áreas usos e funcionalidades ligadas à conservação ambiental, a exemplo dos parques estaduais e municipais.

Dados do projeto Ligue os Pontos de abril de 2020 estimam que 520 agricultores localizados em 515 Unidades de Produção Agrícola (UPAs) desenvolvem atividades relacionadas à produção agropecuária na zona rural situada na porção sul do município. As áreas encontradas nesse território incluem, além do cultivo, chácaras de recreio, áreas reflorestadas com eucaliptos ou pinus, remanescentes de vegetação nativa, entre outros, configurando um território bastante complexo, fragmentado e constantemente ameaçado pela expansão urbana irregular. Além disso, as áreas de cultivo caracterizam-se por serem de pequeno porte e voltadas à agricultura familiar cuja produção é, principalmente, de folhosas e plantas ornamentais. Os dados, no entanto, revelam a baixa comercialização da produção (apenas um quarto do total), sendo a maior parte destinada ao consumo próprio. Tal contexto é atribuído e reforçado pelo alto grau de informalidade – emprego de mão de obra familiar, ausência de CNPJ e documentação em geral – e escassez de equipamentos e ferramentas, além de dificuldade na distribuição da produção.



AÇÕES

1. Implementar programa de capacitação, apoio e assistência técnica para produtores agroecológicos, rurais e urbanos, investindo em equipamentos e ferramentas e ampliando o acesso ao crédito para os produtores rurais;
2. Oferecer, permanentemente, ações de agregação de valor à produção rural, buscando certificação orgânica, transição agroecológica e passando a utilizar técnicas e metodologias contemporâneas de apoio à agricultura familiar.



RESULTADOS ESPERADOS

Promover a inclusão produtiva e melhoria da qualidade de vida por meio do incentivo e dinamização das zonas rurais do Município, considerando a diversidade e especificidade presentes nos territórios, principalmente os mais vulneráveis, em questão, especialmente no que se refere aos recursos naturais e às populações vulneráveis e indígenas



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 61** - estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais

PlanClima

- **AÇÃO 42** - Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos;
- **AÇÃO 43** - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica. Meta: Até 2025, realizar mapeamento, cadastro e definição legal de critérios técnicos relacionados à implantação e manutenção de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo.

Agenda 2030

- **Meta 2.a** - Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação nacional e internacional, para aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, fortalecer a cadeia de valor da agricultura e aprimorar a integração entre o território rural e o meio urbano no município, priorizando agricultores familiares e comunidades tradicionais
- **Meta 2.3** - Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres e agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Proposta 3.2.2

Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D2. Potencializar a contribuição da sustentabilidade para uma sociedade mais próspera, valorizando o diferencial rural e ecoturístico da cidade de São Paulo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A possibilidade de associar desenvolvimento econômico ao desenvolvimento urbano e incentivar atividades como agricultura urbana e o ecoturismo no município faz com que a política pública municipal aponte para a possibilidade de geração de emprego e renda para os moradores das áreas periféricas, mais afastadas das regiões com maior oferta de postos de trabalho, e onde há maior incidência de vulnerabilidade socioambiental.

Diante disso, delimitar zonas rurais no âmbito da política pública no município de São Paulo e do desenvolvimento econômico significa incentivar tanto atividades agrícolas, produção de alimentos e manutenção dos agricultores estabelecidos no território, quanto o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo – ecoturismo – lazer e atividades de educação ambiental.

Na perspectiva da agricultura urbana e periurbana essa ideia tem sido aplicada em políticas públicas nos grandes centros urbanos como alternativa associada à melhoria da saúde e da qualidade de vida. No caso do município de São Paulo, além desse aspecto que envolve políticas voltadas à segurança alimentar no município, especialmente relacionadas aos mais vulneráveis, trata-se também de uma estratégia de contenção da expansão urbana sobre importantes recursos naturais e reservatórios de abastecimento hídrico regional, e medidas de conservação e preservação desses recursos.



AÇÕES

1. Organizar e dar visibilidade ao ecossistema rural paulistano, facilitando o acesso ao mercado e o escoamento da produção por meio da plataforma Sampa+Rural e da organização e fomento de cooperativas, CSA e grupos de apoio à agricultura familiar e hortas no município
2. Promover o ecoturismo e o turismo rural, facilitando a criação de redes de empreendedores e o acesso à capacitação empreendedora, bem como outros mecanismo de apoio à atividade econômica especializada



RESULTADOS ESPERADOS

Ampliar os negócios voltados às áreas verdes e à produção de alimentos em zonas rurais e urbanas



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor
- **Meta 61** - estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais

PlanClima

- **AÇÃO 42** - Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos;
- **AÇÃO 43** - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica. Meta: Até 2025, realizar mapeamento, cadastro e definição legal de critérios técnicos relacionados à implantação e manutenção de hortas urbanas comunitárias orgânicas no Município de São Paulo.

Agenda 2030

- **Meta 2.a** - Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação nacional e internacional, para aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, fortalecer a cadeia de valor da agricultura e aprimorar a integração entre o território rural e o meio urbano no município, priorizando agricultores familiares e comunidades tradicionais
- **Meta 2.3** - Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres e agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Proposta 3.3.1

Estimular a adoção de práticas adequadas nos temas social, ambiental e de governança (ESG) pelas empresas que exercem atividades econômicas no município.



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D3. Posicionar a Cidade São Paulo como referência em desenvolvimento econômico sustentável no Mundo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O ESG, acrônimo oriundo dos termos em inglês Environmental, Social and Governance, se refere a uma nova forma de reportar a responsabilidade corporativa a partir de métricas consistentes. Sua adoção tem sido ampliada não apenas pelo fato de representar a adoção e o relato a valores fundamentais para uma sociedade mais próspera, com oportunidades a todos, mas que também respeite os limites do planeta.

Ainda que se trate de uma agenda eminentemente privada e de responsabilidade de atuação das empresas, sua importância como elemento central para o ambiente de negócios e, conseqüentemente, importância para o futuro da economia paulistana, torna estratégico que o município crie mecanismos para estimular a sua adoção.



AÇÕES

1. Articular iniciativas municipais de inclusão e sustentabilidade com estratégias de empresas e organizações, potencializando o impacto da atuação de todos;
2. Criar um selo municipal que incentive e fomente a implementação de práticas e ações de responsabilidade social e ambiental.



RESULTADOS ESPERADOS

Conectar os programas sociais e ambientais da PMSP e as iniciativas das empresas da cidade nesses campos, de modo a criar uma sinergia que fortaleça as políticas sociais e ambientais e promova a melhoria de seus indicadores.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Agenda 2030

• **Meta 12.6** - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

Proposta 3.3.2

Estimular a sociedade paulistana a aderir aos conceitos do Desenvolvimento Sustentável



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D3. Posicionar a Cidade São Paulo como referência em desenvolvimento econômico sustentável no Mundo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Para atingir as metas propostas na Agenda 2030 o município de São Paulo terá que definir uma agenda interna de práticas sustentáveis que alterem e melhorem a eficiência ambiental e social das dinâmicas econômicas, ambientais, de transporte e resíduos sólidos da cidade. São Paulo aderiu voluntariamente ao compromisso da agenda da ONU em 2 de fevereiro de 2018, por meio da Lei Municipal nº 16.817, de iniciativa do Legislativo, que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal.

Dessa forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) representam uma oportunidade para que diversos atores unam esforços em uma parceria global para a superação de desafios comuns, por meio de práticas sustentáveis, adequadas à realidade local, sendo o papel da Prefeitura central nessa estratégia de implementação.



AÇÕES

1. Promover estratégias de educação de consumidores e da população em geral, para hábitos de consumo social e ambientalmente mais responsáveis;
2. Fortalecer, perante a sociedade paulistana, a divulgação e a implementação dos Planos Municipais que consideram o desenvolvimento sustentável, tais como PlanClima, Agenda Municipal 2030 e PMDE.



RESULTADOS ESPERADOS

A elaboração de práticas sustentáveis ligadas a Agenda 2030 da ONU busca gerar uma maior eficiência nas ações do poder público e privado no que se refere às questões ambientais e sociais.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Agenda 2030

- **Meta 4.7** - Até 2030, ampliar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, da cidadania global e da cultura de paz em todas e cada uma das regiões do município, com educação ambiental formal e não formal, de forma democrática e participativa, principalmente junto aos estudantes, educadores e familiares da Rede Municipal de Ensino, mas sem excluir as demais redes (inclusive a particular)
- **Meta 12.6** - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
- ^a **Meta 13.2** - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos municipais

Proposta 3.3.3

Posicionar o Município de São Paulo como uma referência global no que tange ao desenvolvimento econômico sustentável



OBJETIVO

3. Sustentabilidade



DIRETRIZ

D3. Posicionar a Cidade São Paulo como referência em desenvolvimento econômico sustentável no Mundo



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Atualmente a transição econômica para uma economia verde e sustentável vem sendo uma das principais diretrizes políticas das grandes cidades do mundo. Uma das principais ações dessas políticas públicas está ligada à geração de emprego verde que procuram promover uma transição socialmente justa para essa economia mais sustentável.

Nesse contexto, São Paulo não pode ficar para trás. É preciso buscar essa transição através de políticas públicas de desenvolvimento de setores e atividades que possam ajudar na criação de empregos verdes na cidade, no intuito de posicionar São Paulo como referência global no quesito desenvolvimento econômico sustentável.



AÇÕES

1. Fortalecer o Hub Green Sampa - Centro de Inovação Verde Bruno Covas - e posicioná-lo como referência internacional;
2. Realizar a candidatura em prêmios e eventos de reconhecimento nacional e internacional, e buscar recursos para apoio aos programas e aos beneficiários finais;
3. Promover visitação e atração de investimento para as áreas verdes e polos de ecoturismo.



RESULTADOS ESPERADOS

Posicionar São Paulo como referência global em desenvolvimento econômico sustentável



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 70** - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como Cidade Global e Sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional

Agenda 2030

- **Meta 8.9** - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- **Meta 12.a** - Formalizar parcerias nacionais e internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na cidade, principalmente que beneficiem as áreas menos desenvolvidas, na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo

8.2.4 - AGENDA DE INOVAÇÃO

A agenda de inovação, bem como sua vinculação com a construção de uma São Paulo produtiva estão apoiadas no reconhecimento das transformações no papel (e nos instrumentos) que o governo municipal pode desempenhar para o desenvolvimento econômico. A promoção e ativação de um ecossistema produtor de soluções urbanas, em especial nos campos da mobilidade e do acesso aos serviços essenciais, cada vez mais baseadas nas parcerias com o setor privado e nas tecnologias digitais, passa a ser um fomentador de inovação por meio de políticas de estímulo e novas formas de diálogo com a sociedade. Ao reconhecer esse sentido para a agenda de apoio digital, procura-se observar a importância de utilizar ferramentas governamentais para estimular ecossistemas de inovação (e que fogem dos papéis tradicionais de estímulo) conferindo, portanto, um apoio direto ao desenvolvimento econômico do município.

Mas o governo não é apenas cliente, ele pode ser um importante indutor do ecossistema, criando condições para que mais negócios se desenvolvam entre os atores privados, especialmente a partir da alavancagem de micro e pequenos atores, que não tem tração econômica e comercial sozinhos, mas possuem fortes habilidades tecnológicas e inovadoras. Por fim, a municipalidade também pode ajudar a criar condições mais favoráveis para talentos da nova economia, evitando a fuga de cérebro e atraindo mais capital humano especializado - insumo fundamental para o crescimento deste setor tão relevante.

As premissas das estratégias da agenda de inovação estão vinculadas à sua capacidade de criar uma referência compartilhada para o desenvolvimento de ações de uma São Paulo mais inclusiva e competitiva e, dessa forma, oferecer condições para o fomento de ações públicas e privadas para inovar e produzir soluções que atendam aos principais desafios urbanos e que promovam a inclusão produtiva; e um ambiente regulatório previsível e adequado, que permita ampliar os usos do ambiente informacional rico, promova a proteção de dados pessoais e equilibre os ônus e os benefícios da economia digital compartilhada; e propiciar um ambiente que favoreça o ecossistema de atividades intensivas em conhecimento

e tecnologia, com a manutenção e ampliação de empresas.

8.2.4.1 - DIRETRIZES

1) Promover a gestão inteligente dos serviços, ativos e da infraestrutura da cidade, através da aplicação de conceitos e soluções de “Cidades Inteligentes”

Na próxima década, a cidade deverá ter intensificado o desafio do desenvolvimento de soluções para os problemas estruturais que a cidade enfrenta, tais como aqueles relacionados à mobilidade e micro-mobilidade, às questões ambientais-urbanas, aos enfrentamentos dos problemas como enchentes e prestação de serviços, como coleta e destinação adequada de resíduos sólidos. Tais desafios, de grande monta, representam além de uma tarefa ao menos indiretamente associada às perspectivas de desenvolvimento econômico da cidade, oportunidade de estímulo às soluções inovadoras e desenvolvimento de empresas de base tecnológica.

Um conjunto coordenado de políticas, estruturadas a partir de uma concepção abrangente de desenvolvimento econômico de São Paulo, e com clara sinalização de envolvimento do setor privado pode estimular, desde que feito de forma transparente, o desenvolvimento dos mais variados tipos de soluções, envolvendo tanto aspectos tecnológicos como aspectos sociais. Seu sucesso, além de oferecer suporte para soluções de zeladoria, bem-estar e serviços públicos, ativa um ecossistema que envolve empresas de diferentes portes e permite articular o desenvolvimento de negócios e o de talentos.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Fortalecer a política de dados públicos, contendo diretrizes estratégicas de produção e valoração de informação, levando em conta propriedade, segurança e privacidade dos dados e identificação de oportunidades de parcerias com negócios da economia digital;
- Trazer mais eficiência para o setor público, implementando o uso intensivo de inovação e tecnologia nos serviços, equipamentos públicos, acompanhado do devido fortalecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura urbana;
- Estimular novos modelos de contratação e mobilização de ICTS/STARTUPs para trabalhar em parceria com o poder público.

2) Impulsionar o capital humano tecnológico, inovador e criativo na cidade, estimulando, atraindo e retendo talentos

Mobilizar a cadeia de valor na economia digital requer um amplo conjunto de habilidades, específicas ou gerais, relacionadas às diferentes etapas do processo que transforma dados em informação. Para tal transformação, são necessários especialistas em visualização e arquitetura de dados, cientistas e engenheiros de dados, além de capacidades analíticas, comunicacionais e uma visão que possibilite identificar oportunidades na geração de valor a partir do processamento de dados brutos. São conhecimentos e habilidades que pedem uma adaptação das propostas curriculares, em diferentes níveis de ensino, e programas de treinamento customizados, em diálogo próximo com as empresas da economia digital.

Em contraste com a crescente demanda, presente e futura, de ocupações que reúnem estas habilidades, a falta de mão de obra adequada é um desafio a ser enfrentado em todo o mundo (Quis-morio, 2019) e foi apontado nas oficinas setoriais do PMDE como uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, programas e políticas de qualificação e treinamento bem formatados que possam gerar, no curto e médio prazos, avanços na qualidade da oferta de mão de obra podem servir como um elemento propulsor da economia digital em São Paulo. Por fim, além da formação de novos profissionais qualificados, é necessário que sejam estruturados programas e ações de atração de talentos, buscando posicionar São Paulo como uma cidade atrativa no quesito mão de obra qualificada.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Desenvolver políticas efetivas de inclusão digital e promover capacidades e habilidades profissionais, básicas, de modo a criar um contingente de potenciais profissionais e empreendedores relevante;
- Fazer de São Paulo um lugar atrativo para profissionais relacionados a tecnologia e inovação, além de desenvolver, reter e atrair talentos.

3) Desenvolver políticas para fortalecer a economia digital na cidade, integrando e fortalecendo o ecossistema de tecnologia e inovação

Acelerar o empreendedorismo digital é uma forma não apenas de criar e capturar valor na economia digital, como de promover oportunidades de inclusão e de melhoria na qualidade dos serviços públicos. Entretanto, em função da novidade representada pela cadeia de valor da economia digital, políticas públicas para o setor ainda são relativamente incipientes, o que requer acompanhamento contínuo de resultados e impactos.

O desenvolvimento da política para o setor deve ser combinado com a articulação do poder público, setor privado, universidades e organizações da sociedade civil e deve apontar para a mobilização de recursos críticos intangíveis, como conhecimento empreendedor, redes locais e organizacionais para fortalecer um ecossistema condutivo para o empreendedorismo digital, bem como oferecer suportes e condições de infraestrutura para empresas, em especial micro e pequenas, no atendimento aos requisitos para a economia digital.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Estimular o empreendedorismo e a inovação na economia digital paulistana, impulsionando oportunidades de negócios e fortalecendo atores do ecossistema;
- Desenvolver um ambiente que fortaleça o ecossistema municipal de atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, na forma de um Distrito de Inovação, que auxilie na manutenção de atores já instalados na cidade e na atração de novos negócios.



Proposta 4.1.1

Fortalecer a política de dados públicos, contendo diretrizes estratégicas de produção e valoração de informação, levando em conta propriedade, segurança e privacidade dos dados e identificação de oportunidades de parcerias com negócios da economia digital



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D1. Promover a gestão inteligente dos serviços, ativos e da infraestrutura da cidade, através da aplicação de conceitos e soluções de “Cidades Inteligentes”



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Uma condição para a adequada utilização dos dados públicos e big datas relativos às dinâmicas da cidade para desenvolver a economia digital paulistana e aplicar seus benefícios para soluções de problemas urbanos é ter amplo conhecimento e previsibilidade sobre a política municipal de informações. Seja o amplo conhecimento do acervo e dos conteúdos de informações públicas, sejam as prioridades para aprimoramento da qualidade das informações, ou ainda a política de abertura de dados, são elementos necessários para combinar investimentos públicos e privados.

Dessa forma, o desenvolvimento da política de informações que acelere a abertura de dados públicos e que estimule o compartilhamento de informações de empresas de base informacional representa um passo importante da agenda digital da cidade de São Paulo. Junto com isso, é necessário o detalhamento dos procedimentos relacionados à segurança e à privacidade dos dados para que o uso aplicado das informações não viole o direito à privacidade definido nos marcos legais.



AÇÕES

1. Mapear registros, coletas, bases e bancos de dados existentes, com destaque para os geradores de volume significativos de informação, passíveis de serem transformados e analisados, produzindo informações socialmente relevantes;
2. Identificar oportunidades de abertura e valoração de dados, estimulando e viabilizando seu uso por empreendedores, de modo a disponibilizar soluções para problemas urbanos e alavancar a economia digital na cidade.
3. Identificar prioridades de gestão dos dados públicos a partir do mapeamento de áreas críticas e das cadeias de valor dos dados;
4. Propor e debater modelos e políticas relacionadas à propriedade dos dados e LGPD, estabelecendo normas e condições de seu uso, bem como conciliando sua disponibilização com a busca de soluções urbanas, assegurando integridade e cumprimento da LGPD.



RESULTADOS ESPERADOS

Conjunto de marcos normativos, políticas e instrumentos desenvolvidos para fomentar a produção e abertura de dados públicos, articuladas com projetos de desenvolvimento da economia digital



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Agenda 2030

- **Meta 16.1** - Assegurar o acesso público à informação, como parte dos direitos e garantias fundamentais, em conformidade com a legislação nacional, municipal e os acordos internacionais
- **Meta 17.6** - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente em organismos internacionais multilaterais e redes de cidades, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

Proposta 4.1.2

Trazer mais eficiência para o setor público, implementando o uso intensivo de inovação e tecnologia nos serviços, equipamentos públicos, acompanhado do devido fortalecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura urbana



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D1. Promover a gestão inteligente dos serviços, ativos e da infraestrutura da cidade, através da aplicação de conceitos e soluções de “Cidades Inteligentes”



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O grau de urbanização da cidade e da região metropolitana de São Paulo impõe a necessidade de planejamento e replanejamento constantes das formas de abastecimento da população e das empresas tanto no que se refere à diminuição de custos de transporte de mercadorias, quanto à redução das externalidades associadas à sua distribuição, poluição do ar, poluição sonora, congestionamentos e acidentes, todos fatores que provocam deseconomias.

O aprimoramento da logística urbana envolve arranjos institucionais entre as diversas esferas de governo, implica na adoção de medidas em diversas escalas que considerem os diversos modais de transporte de carga, o pleno conhecimento de suas origens, destinos, quantidades, volumes e características das cargas transportadas.

Com foco no desenvolvimento econômico e para aumentar a competitividade do setor logístico de modo a atender satisfatoriamente à crescente demanda da população e das empresas por bens e serviços, o poder público precisa conduzir a implementação de ações para a redução de congestionamentos, de poluição sonora e atmosférica, melhorar a segurança viária e oferecer maior mobilidade e fluidez na circulação e entrega de cargas. Para tanto, é necessária, além da melhoria da infraestrutura física, a ação do poder público na promoção da interação entre embarcadores, clientes, prestadores de serviços logísticos, prestadores de serviços de transporte e população em geral.



AÇÕES

1. Ampliar e melhorar a integração dos sistemas e portais municipais, facilitando o acesso do cidadão, melhorando os fluxos processuais e disponibilizando mais e melhores dados e informações para uso dos gestores públicos
2. Buscar implementar dispositivos Inteligentes com tecnologia IoT, sistemas estruturados de inteligência artificial e soluções baseadas em big data, blockchain ou realidade virtual no enfrentamento dos desafios municipais;
3. Ampliar o acesso à internet, especialmente em regiões com menor oferta dos serviços, e propor estratégia para oferta de banda larga a baixo custo em domicílios e pequenas empresas em todas as regiões da cidade; Levar o município para o 5G e disponibilizando acesso digital para todos os cidadãos (lei das antenas, wi-fi livre, tablet nas escolas, etc)



RESULTADOS ESPERADOS

Promover infraestruturas e serviços otimizados a partir do uso de dados e aplicações tecnológicas, com diminuição de tempos e percursos de circulação de veículos motorizados



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 50** - Garantir que 100% dos ônibus estejam equipados com acesso à internet sem fio e tomadas USB para recarga de dispositivos móveis e que ao menos 20% da frota seja composta por ônibus elétricos
- **Meta 59** - Alcançar 20 mil pontos de acesso público à internet sem fio, priorizando a cobertura nos territórios mais vulneráveis

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO V - DA POLÍTICA E DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Agenda 2030

- **Meta 11.2** - Até 2030, proporcionar o acesso para todos à sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços módicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas negras e de regiões periféricas, notadamente por meio da expansão do transporte público, de forma que 70% das viagens realizadas por veículos motorizados sejam em modos coletivos, e do transporte ativo, de forma que as viagens por bicicleta cheguem a pelo menos 3,2% do total.

Proposta 4.1.3

Estimular novos modelos de contratação e mobilização de ICTS/STARTUPs para trabalhar em parceria com o poder público



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D1. Promover a gestão inteligente dos serviços, ativos e da infraestrutura da cidade, através da aplicação de conceitos e soluções de “Cidades Inteligentes”



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O desenvolvimento de aplicações e utilização de grandes bancos de dados que melhorem a operação dos serviços públicos municipais e a gestão da infraestrutura urbana tem demonstrado grande potencial de melhoria na eficiência e efetividade das políticas públicas. Assim, o apoio tecnológico permite otimizar recursos, sobretudo em cidades da dimensão como São Paulo, além de fomentar um ecossistema de empresas de base tecnológica relacionadas às soluções para problemas urbanos (ex: mobilidade urbana). Ao mesmo tempo, são grandes os desafios de desenvolver soluções customizadas a custos viáveis do ponto de vista orçamentário. Para superá-los, é preciso mobilizar grandes bancos de dados públicos (Big Datas), empresas e desenvolvedores a partir de novos incentivos previstos, mas pouco utilizados, da Lei de Licitações, como concursos de projetos e editais de credenciamento.



AÇÕES

1. Mapear e validar modelos jurídicos inovadores para a contratação de empresas de tecnologia e propor modelo de financiamento para organização e integração de sistemas;
2. Identificar demandas regulatórias com atores do mercado e sociedade civil, considerando o interesse público e as oportunidades para o desenvolvimento da economia digital em São Paulo, mapear e validar modelos jurídicos inovadores para a contratação de empresas de tecnologia e propor modelo de financiamento para organização e integração de sistemas;
3. Estruturar modelo de ferramenta para organização e integração de sistemas e novas arquiteturas de dados que favoreçam a interoperabilidade e o uso por governo e sociedade.



RESULTADOS ESPERADOS

Infraestruturas e serviços otimizados a partir do uso de dados e aplicações tecnológicas



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Agenda 2030

- **Meta 16.7** - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa, representativa e transparente em todos os níveis, por meio do fomento de espaços de participação mais democráticos e acessíveis
- **Meta 12.7** - Promover práticas de contratações e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades municipais
- **Meta 12.5** - Até 2030, qualificar as bases de dados relacionadas à gestão de resíduos no município de São Paulo, além de promover melhorias de gerenciamento, insumos tecnológicos e educação ambiental que estimulem a redução do uso de matérias-primas, energia e água, a redução do desperdício nas fontes geradoras públicas e privadas, bem como a reutilização direta dos produtos, a reciclagem de materiais e a compostagem, de acordo com o disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e no Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS)

Proposta 4.2.1

Desenvolver políticas efetivas de inclusão digital e promover capacidades e habilidades profissionais, básicas, de modo a criar um contingente de potenciais profissionais e empreendedores relevante



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D2. Impulsionar o capital humano tecnológico, inovador e criativo na cidade, estimulando, atraindo e retendo talentos



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Mobilizar a cadeia de valor na economia digital requer um amplo conjunto de habilidades, específicas ou gerais, relacionadas às diferentes etapas do processo que transforma dados em informação. Para tal transformação, são necessários especialistas em visualização e arquitetura de dados, cientistas e engenheiros de dados, além de capacidades analíticas, comunicacionais e uma visão que possibilite identificar oportunidades na geração de valor a partir do processamento de dados brutos. São conhecimentos e habilidades que pedem uma adaptação das propostas curriculares, em diferentes níveis de ensino, e programas de treinamento customizados, em diálogo próximo com as empresas da economia digital.

Em contraste com a crescente demanda, presente e futura, de ocupações que reúnem estas habilidades, a falta de mão-de-obra adequada é um desafio a ser enfrentado em todo mundo (Quismorio, 2019) e foi apontado nas oficinas setoriais do PMDE como uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, programas e políticas de qualificação e treinamento bem formatados que possam gerar, nos curto e médio prazos, avanços na qualidade da oferta de mão de obra podem servir como um elemento propulsor da economia digital em São Paulo.



AÇÕES

1. Definir, em conjunto com empregadores, habilidades desejadas e requisitos de formação demandados - hoje e para os próximos 10 anos - e propor cursos de formação rápida para atender habilidades mínimas necessárias no curto prazo;
2. Elaborar proposta para grade curricular e conteúdos de formação desejáveis para as atividades no ensino médio e técnico e propor estratégias de atração e retenção de talentos, de modo a fortalecer a oferta de mão de obra qualificada na cidade de São Paulo;
3. Promover incentivos para a formação avançada e pesquisa aplicada em tecnologia e inovação, buscando fortalecer a intersectorialidade e auxiliar na modernização de setores tradicionais



RESULTADOS ESPERADOS

Assegurar a inclusão digital de pessoas e pequenos negócios e promover o desenvolvimento de habilidades para garantir a boa inserção no mundo da economia digital, com estratégias de formação e treinamento para recursos humanos na economia digital estruturada e implementada em conjunto com outros níveis de governo, parceiros privados e sociedade civil.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 59** - Alcançar 20 mil pontos de acesso público à internet sem fio, priorizando a cobertura nos territórios mais vulneráveis
- **Meta 60** - Capacitar 300 mil cidadãos em cursos voltados à inclusão digital

Agenda 2030

Meta 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, garantindo equidade de gênero, raça e etnia e condição de deficiência e em todas e cada uma das regiões da cidade.

Meta 8.6 - Até 2030, reduzir substancialmente a proporção de jovens desocupados, sem educação ou formação

Meta 9.c - Ampliar o acesso da população à conectividade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, por meio da oferta de infraestrutura gratuita e de qualidade, assim como implementar políticas de inclusão digital para qualificar esse acesso por meio do desenvolvimento de competências digitais.

Proposta 4.2.2

Fazer de São Paulo um lugar atrativo para profissionais relacionados a tecnologia e inovação - Desenvolvimento, retenção e atração de talentos



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D2. Impulsionar o capital humano tecnológico, inovador e criativo na cidade, estimulando, atraindo e retendo talentos



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Mobilizar a cadeia de valor na economia digital requer um amplo conjunto de habilidades, específicas ou gerais, relacionadas às diferentes etapas do processo que transforma dados em informação. Para tal transformação, são necessários especialistas em visualização e arquitetura de dados, cientistas e engenheiros de dados, além de capacidades analíticas, comunicacionais e uma visão que possibilite identificar oportunidades na geração de valor a partir do processamento de dados brutos. São conhecimentos e habilidades que pedem uma adaptação das propostas curriculares, em diferentes níveis de ensino, e programas de treinamento customizados, em diálogo próximo com as empresas da economia digital.

Em contraste com a crescente demanda, presente e futura, de ocupações que reúnem estas habilidades, a falta de mão-de-obra adequada é um desafio a ser enfrentado em todo mundo (Quismorio, 2019) e foi apontado nas oficinas setoriais do PMDE como uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, programas e políticas de qualificação e treinamento bem formatados que possam gerar, nos curto e médio prazos, avanços na qualidade da oferta de mão-de-obra podem servir como um elemento propulsor da economia digital em São Paulo.



AÇÕES

1. Estimular, desde a infância, a familiaridade e o interesse pelos setores de tecnologia e inovação, inclusive nas escolas municipais e serviços de apoio a famílias;
2. Dar ampla visibilidade aos atores já em atividade e ao potencial da cidade nos setores de games, startups, realidade virtual ambientes e tecnologias disruptivas, e todos aqueles que podem estar relacionados às profissões do Futuro, posicionando o município como ambiente atraente para jovens profissionais de todas as partes do mundo e minimizando a fuga de cérebros paulistanos;
3. Festivais, eventos e encontros de negócios;
4. Definição de estratégia de comunicação para posicionamento pro-ativo da cidade como “Capital Tech&Ino”, no que tange a retenção e atração de talentos.



RESULTADOS ESPERADOS

Assegurar um ecossistema que permita o desenvolvimento de novos talentos, bem como posicionar a Cidade de São Paulo como um lugar atrativo para profissionais relacionados a tecnologia e inovação



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 59** - Alcançar 20 mil pontos de acesso público à internet sem fio, priorizando a cobertura nos territórios mais vulneráveis
- **Meta 60** - Capacitar 300 mil cidadãos em cursos voltados à inclusão digital

Agenda 2030

Meta 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, garantindo equidade de gênero, raça e etnia e condição de deficiência e em todas e cada uma das regiões da cidade.

Meta 8.6 - Até 2030, reduzir substancialmente a proporção de jovens desocupados, sem educação ou formação

Meta 9.c - Ampliar o acesso da população à conectividade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, por meio da oferta de infraestrutura gratuita e de qualidade, assim como implementar políticas de inclusão digital para qualificar esse acesso por meio do desenvolvimento de competências digitais.

Proposta 4.3.1

Estimular o empreendedorismo e a inovação na economia digital, especificando nichos de mercado, potenciais de melhoria nos serviços públicos e oportunidades de inclusão.



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D3. Desenvolver políticas para fortalecer a economia digital na cidade, integrando e fortalecendo o ecossistema de tecnologia e inovação



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Acelerar o empreendedorismo digital é uma forma não apenas de criar e capturar valor na economia digital, como de promover oportunidades de inclusão e de melhoria na qualidade dos serviços públicos. Para isso, é preciso no médio prazo trabalhar para a estruturação de recursos disponíveis para empresas e profissionais que buscam desenvolver soluções tecnológicas e criar valor a partir dos dados da cidade. Ademais, suportes para empresas, em especial micro e pequenas, a atender aos requisitos para a economia digital significa criar laços e conexões entre agentes de forma a beneficiar a economia como um todo.

Ao mesmo tempo, em função da novidade representada pela cadeia de valor da economia digital, políticas públicas para o setor ainda são relativamente incipientes, o que requer atenção para acompanhar evidências sobre seus resultados e impactos. Por isso, o desenvolvimento da política deve ser combinado com a articulação de poder público, setor privado, universidades e organizações da sociedade civil. Preferencialmente um diálogo recorrente e aprofundado em todas as etapas de implementação das propostas, estruturadas em interações em pequenos grupos.



AÇÕES

1. Mobilizar recursos críticos intangíveis, como conhecimento empreendedor, redes locais e organizacionais, para fortalecer um ecossistema condutivo para o empreendedorismo digital;
2. Ampliar espaços de trabalho com infraestrutura adequada para promoção do empreendedorismo digital, a exemplo das rede de coworkings públicos do Teia e Fab Lab, de forma descentralizada;
3. Fortalecer e ampliar programas de aceleração e mentoria de empreendimentos digitais, especialmente em região periféricas, a exemplo do Vai Tec, e apoiar plataformas digitais locais, por meio de capacitação e suporte para negócios digitais, estabelecendo conexão entre atores para promover a ampliação da escala de mercado.



RESULTADOS ESPERADOS

Condições que promovam um desenvolvimento do empreendedorismo digital reconhecido e estruturado.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor
- **Meta 59** – Alcançar 20 mil pontos de acesso público à internet sem fio, priorizando a cobertura nos territórios mais vulneráveis.

Agenda 2030

Meta 17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente em organismos internacionais multilaterais e redes de cidades, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

Meta 9.5 - Melhorar as capacidades tecnológicas do município de São Paulo, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos municipais, por meio, inclusive, do aumento do gasto público em tecnologias da informação.

Proposta 4.3.2

Desenvolver um ambiente que fortaleça o ecossistema municipal de atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, na forma de um Distrito de Inovação, que auxilie na manutenção de atores já instalados na cidade e na atração de novos negócios



AGENDA

4. Inovação



DIRETRIZ

D3. Desenvolver políticas para fortalecer a economia digital na cidade, integrando e fortalecendo o ecossistema de tecnologia e inovação



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Distritos de inovação constituem ambientes intra urbanos transformadores que combinam conhecimento científico e tecnológico de várias áreas permitindo novos avanços e tornando a interdisciplinaridade a marca das pesquisas avançadas com alta complexidade em vários campos. A ascensão dos ambientes de inovação está associada, para além de seu objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, às dinâmicas econômicas e urbanas.

Estudo recente aponta para a viabilidade e interesse em implantar um Distrito de inovação em São Paulo. Destaca também a oportunidade de implantar um programa urbano que organize atividades socioeconômicas pautadas na diversidade de funções e usos urbanos - de inovação, residencial, cultural e que configurem um trecho de cidade plenamente equipado.



AÇÕES

1. Realizar estudos e pesquisas de benchmark para estruturar uma proposta de criação de um distrito de inovação alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, em conformidade com os desafios e as potencialidades da Cidade de São Paulo, com estratégias efetivas de atração do setor privado, viabilizando a maximização dos resultados;
2. Viabilizar a implantação de um distrito de inovação, devidamente acompanhado de regulamentação e ferramentas que valorizem vocações econômicas e maximizem o aproveitamento do capital humano.
3. Desenvolver um plano urbanístico que estruture a inserção do distrito de inovação na malha urbana existente, de modo a contribuir para formatar um novo ordenamento territorial.



RESULTADOS ESPERADOS

Promover um ambiente de inovação e criatividade estruturado, que estimule a capacidade de atração de novas atividades econômicas intensivas em conhecimento e tecnologia e que, dependentes de mão de obra qualificada, de infraestrutura específica e serviços para facilitar empreender inovação, possam se valer da proximidade com instituições de ensino e pesquisa.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 56** – Implantar quatro distritos criativos

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

8.2.5 - AGENDA DE TERRITÓRIO

A agenda de território reúne políticas, projetos e ações que tenham como escopo a integração das estratégias de desenvolvimento econômico e de planejamento territorial e desenvolvimento urbano e que, dessa forma, deem condições para que se retroalimentem uma à outra. Por um lado, a estratégia de desenvolvimento econômico (e os objetivos de inclusão, competitividade e sustentabilidade) se beneficiam à medida em que o ordenamento territorial assegura um ambiente espacial adequado do ponto de vista produtivo: o que significa centros e subcentros econômicos melhor conectados, presença mais universal de amenidades urbanas, melhor integração entre mobilidade e uso do solo, por exemplo. Por outro, o fomento e as iniciativas de uma cidade mais produtiva permitem potencializar estratégias de reorganização do território, em especial no caso da desconcentração do emprego e da geração e captura de valor para implantação de projetos urbanos.

Ela estabelece um potencial de convergência inédito entre pontos de contato entre as estratégias de desenvolvimento econômico do município de São Paulo, consubstanciado pelos objetivos, diretrizes, projetos e ações do PMDE, com a política municipal de desenvolvimento urbano, que tem como principal referência o Plano Diretor Estratégico. Essa agenda estruturante deve considerar que as políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial da cidade encontram-se em um estágio de desenvolvimento institucional mais avançado. Isso significa que há um maior acúmulo de debates, análises e avaliações que se consagraram no desenvolvimento de diferentes leis e planos de ordenamento territorial. Enquanto isso, a cidade está desenvolvendo, pela primeira vez, um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Para o desenvolvimento de diretrizes da agenda de apoio territorial isso significa um percurso que, embora estabelecido em mão dupla, deve reconhecer a primazia dos instrumentos institucionalmente mais amadurecidos. Assim, devemos reconhecer, de início, quais são os conteúdos econômicos mobilizados pelo Plano Diretor Estratégico (PDE). Tal abordagem envolve desenvolver a indagação a respeito de quais aspectos os instrumentos de política urbana demandam de um plano de desenvolvimento econômico, ou dizendo

de forma mais específica, quais leituras econômicas do território paulistano devem informar a política urbana e a aplicação dos seus instrumentos. Por exemplo, a conexão entre os diagnósticos das vocações econômicas regionais e os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico ou, ainda, a necessária priorização dos projetos urbanos para aprimorar a eficiência espacial das centralidades complementares do Centro Corporativo Metropolitano.

Na sequência desse movimento, é possível estabelecer também as necessidades e demandas que os cenários de desenvolvimento econômico implicam para os instrumentos da política urbana. Por exemplo, a oferta de espaços corporativos em quantidade necessária para acomodar a demanda futura ou, ainda, a importância de aplicar instrumentos que aprimorem o acesso espacial aos empregos, um elemento central para a agenda da inclusão. Nesses dois movimentos de estabelecimento de interfaces é possível delinear como elemento comum objetivos concernentes às duas dimensões da política municipal: o ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico.

As premissas da agenda de território estão relacionadas, sobretudo, ao apoio à inclusão e à competitividade e estão vinculados à capacidade da cidade de São Paulo em descentralizar oportunidades para atividades econômicas que busquem tornar realidade a Cidade Equivalente e a inclusão produtiva de populações dos assentamentos precários; garantir que haja espaços adequados do ponto de vista de magnitude agregada, localização, custo, conectividade entre outros requisitos relevantes para suportar a estratégia de desenvolvimento econômico tanto para dar mais eficiência ao Centro Corporativo Metropolitano como para dinamizar subcentros que se relacionam a áreas de grande precariedade; e oferecer um sistema eficiente de infraestrutura e logística para ampliar a produtividade espacial e, dessa forma, ampliar a conectividade entre centros e subcentros econômicos na cidade.

8.2.5.1 - DIRETRIZES

1) Aperfeiçoar instrumentos e legislação urbanística e alavancar investimentos em obras públicas, infraestrutura e mobilidade

Ao longo do diagnóstico e com foco na agenda da competitividade

foram identificados setores estratégicos de alto valor agregado e de papel de coordenação e comando das atividades produtivas em um território mais dilatado. Esses setores, relacionados a alta densidade de conhecimento e tecnologia no seu desenvolvimento são relevantes para a economia paulistana por diferentes motivos. Eles geram riqueza (e, portanto, arrecadação de impostos), mobilizam uma complexa cadeia de fornecedores e clientes, ajudam a reter altos estratos ocupacionais da cidade e, não raro, contribuem para elevar a competitividade da economia paulistana como um todo.

Do ponto de vista territorial, a presença destes setores é marcada pela complementaridade com regiões se especializando na produção de determinados serviços. Alguns exemplos são a concentração de serviços financeiros na região da Faria Lima, de sedes de grandes empresas no Itaim e Berrini, de empresas de serviços profissionais em Pinheiros. A presença de atividades complementares nesses territórios confere grandes vantagens para empresas instaladas nessas regiões que se beneficiam da proximidade de clientes e da intensificação dos contatos face-a-face, imprescindível para a transmissão de conhecimentos tácitos. No entanto, a presença de gargalos relacionados à mobilidade ou à qualidade ambiental e o incremento contínuo do custo imobiliário pode afetar a competitividade de alguns setores ou mesmo impedir que empresas em estágios iniciais se beneficiem dessas economias de aglomeração.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Aperfeiçoar estudos e estratégias de aprovação e implementação de planos e projetos urbanísticos, buscando maximizar a renovação urbana e seus benefícios sociais;
- Promover grandes investimentos em obras públicas que fortaleçam a melhoria da infraestrutura, mobilidade urbana e acesso à habitação;
- Garantir logística, mobilidade e acessibilidade integradas para o conjunto da população do município de São Paulo, assegurando sua relação com o território local através de um eficiente sistema de redes de micro-acessibilidade que estimule o desenvolvimento local.

2) Dinamizar a atividade econômica nas diversas regiões da cidade, levando em conta as vulnerabilidades, potencialidades e vocações regionais

Definidos pelo Plano Diretor Estratégico, mas em estágios distintos de implementação, os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico têm como objetivo primordial estimular investimentos produtivos em áreas com baixa densidade de emprego, utilizando, se necessário, incentivos urbanísticos e fiscais. O histórico de aplicação destes instrumentos, no entanto, mostra baixa efetividade quando direcionado apenas à concessão de incentivos e não tem mostrado os efeitos preconizados na geração de oportunidades de trabalho.

Os estudos de vocações econômicas dos territórios demarcados que são, inclusive, previstos pelo PDE, podem, potencialmente, transformar a simples concessão de incentivos em estratégias mais globais de desenvolvimento territorial local. Dessa forma, os indicadores identificados pelo PMDE e que remetem às diferentes vocações para os territórios nos quais os perímetros de incentivo estão demarcados poderão ser uma base para aprofundar os diagnósticos territoriais e identificar, junto aos setores produtivos, necessidades mais amplas (incluindo, por exemplo, infraestrutura ou focalização da oferta de qualificação) que poderão aumentar as suas chances de sucesso.

Ainda, há relevante importância das centralidades e subcentralidades e sua capacidade de atrair pessoas e atividades diversas de forma praticamente ininterrupta. Pessoas que não residem, mas trabalham ou frequentam esses espaços de aglomeração também se beneficiam de sua existência pelo acesso facilitado a uma gama maior de serviços e a uma ampliação do universo de convivência e de troca de experiências e ideias. O valor das centralidades reside, principalmente, no seu potencial difusor de conhecimento e ideias, na promoção do contato com novas realidades, na sua capacidade de, pela troca cotidiana de experiências, apresentar novos horizontes e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

Uma forma de incluir populações que residem em regiões de habitações precárias, carentes de equipamentos, serviços e, sobretudo, de oportunidades é aproximá-las de centralidades e subcentralida-

des. Projetos urbanos que visem constituir centralidades ancoradas na diversidade socioeconômica, cultural e de usos amplificam os impactos positivos para além de seus limites físicos territoriais.

A densidade populacional e de empregos, a diversidade dos serviços oferecidos, os fluxos cotidianos de chegadas e saídas, a mobilidade e a acessibilidade são fatores que definem a importância das centralidades. Esses fatores acabam por definir também a intensidade da dinâmica urbana e o valor econômico e social de cada uma dessas localidades, que por sua vez se constituem em espaços-chave referenciais na cidade.

A região sul da cidade tem potencial para conformar uma nova centralidade próxima às regionais de Campo Limpo e M'Boi Mirim, onde há forte concentração de habitações precárias. A região centro-oeste-norte, (Área Central, Água Branca, Anhembi) onde há ações da Prefeitura em andamento, também apresenta potencial para a renovação, consolidação e conformação de um conjunto integrado de centralidades cujos efeitos poderiam se estender por áreas carentes situadas ao norte do Tietê como Freguesia-Brasilândia e Casa Verde-Cachoeirinha onde também há forte concentração de habitações precárias.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Promover a ativação rápida e intensa de centralidades e ruas comerciais, em distintos setores e territórios, potencializando ganhos sócio-econômicos, especialmente nos territórios mais afetados pela crise econômica e social;
- Promover e impulsionar as potencialidades e vocações econômicas da Cidade de São Paulo através da implementação de estratégias como os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico e Distritos Econômicos, que geram impactos profundos e estruturantes de médio prazo.

3) Apoiar e fomentar as redes de desenvolvimento local e a ativação econômica descentralizada

O desenvolvimento econômico integrado só poderá ser alcançado plenamente a partir de condições que favoreçam e beneficiem as pessoas em todos os territórios da cidade. Dadas as características dos padrões territoriais, da economia informal urbana e da disparidade na capacidade das diferentes porções do espaço urbano em oferecer oportunidades de formação de emprego e renda, essa diretriz busca articular os programas, projetos e ações que criem condições para o desenvolvimento econômico.

Mais do que a busca intensiva por grandes investimentos produtivos a partir de leis de isenções fiscais, que podem ser associadas às redes de desenvolvimento local a partir dos estudos de vocação regional, esse diretriz busca informar programas que possibilitem criar condições para processos endógenos de geração de trabalho, emprego e renda. A ativação de redes locais de colaboração poderá ser feita a partir do apoio técnico em diferentes etapas de formação de novos negócios e do reconhecimento de potencialidades e vocações.

Em especial, por meio da identificação e proposição de estratégias de desenvolvimento econômico que busquem integrar populações que vivem/trabalham na informalidade ao mercado formal de trabalho e valorizem iniciativas empreendedoras individuais, de forma que essas estratégias em conjunto sejam geradoras de emprego, trabalho e renda.

Para viabilizar esta diretriz, foram estruturadas as seguintes propostas:

- Fortalecer a estratégia de agentes de desenvolvimento local nas regiões periféricas, de forma integrada com serviços sociais, garantindo condições para a ativação da economia local, com aumento da riqueza nos territórios e redução das desigualdades;
- Promover melhor uso de espaços e equipamentos públicos periféricos para impulsionar a atividade econômica, como parte das estratégias de desenvolvimento local, inclusão produtiva, valorização de talentos e apoio ao empreendedorismo.

Proposta 5.1.1

Aperfeiçoar estudos e estratégias de aprovação e implementação de planos e projetos urbanísticas, buscando maximizar a renovação urbana e seus benefícios sociais



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D1. Aperfeiçoar instrumentos e legislação urbanística e alavancar investimentos em obras públicas, infraestrutura e mobilidade



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A implementação de planos e projetos urbanísticos é um processo importante para o desenvolvimento da cidade, visando a melhoria das áreas urbanas existentes e das que serão criadas. Projetos urbanos promovem o redirecionamento das funções urbanas induzindo à mudança de perfis de uso e ocupação do solo em determinadas regiões da cidade, as quais necessitam estabelecer relações de complementaridade e impulsionar o seu contínuo desenvolvimento, sendo fundamental para isso que os usuários desse espaço possam se deslocar com rapidez e facilidade.



AÇÕES

1. Apoiar a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE/14), buscando implementar estratégia integrada de desenvolvimento urbano e maximizar os impactos de sua implementação;
2. Elencar áreas ou imóveis públicos (de todas as esferas) passíveis de renovação urbana ou uso econômico ativo, avaliando seus potenciais usos e funções e buscando viabilizar meios institucionais para implementação de projetos e parcerias (elaborar e manter atualizado cadastro de bens públicos passíveis de concessão, venda ou permuta com o setor privado; “suaves” e “efêmeras” (e.g. uso temporário));
3. Realizar estudos e propor instrumentos legais e econômicos/orçamentários/financeiros/tributários de impulsionamento, fomento e incentivo, adequados às regiões e setores que se definam como prioritários, buscando implementar soluções efetivas no menor tempo possível.



RESULTADOS ESPERADOS

Aperfeiçoamento, elaboração e implementação de instrumentos que estabeleçam regras urbanísticas e incentivos ao adensamento populacional e construtivo para uma determinada área da cidade, com estudos técnicos necessários à promoção do desenvolvimento e da reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação na cidade de São Paulo, maximizando a renovação urbana e benefícios sociais



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Proposta 5.1.2

Promover grandes investimentos em obras públicas que fortaleçam a melhoria da infraestrutura, mobilidade urbana e acesso à habitação



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D1. Aperfeiçoar instrumentos e legislação urbanística e alavancar investimentos em obras públicas, infraestrutura e mobilidade



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Os custos crescentes da habitação são um desafio que todas as grandes cidades do mundo enfrentam. Frequente e equivocadamente associado à ideia de prosperidade econômica, o aumento dos preços dos imóveis é indício de mercados disfuncionais, que não ofertam moradia suficiente para atender à demanda. A regulação urbanística pode contribuir para agravar ou mitigar esse quadro. Por exemplo, as exigências de vagas de garagem, ou tamanho mínimo das unidades residenciais, que favorece a produção de habitação menos acessível na cidade. Já o chamado “zoneamento inclusivo” opera no sentido oposto, de aumentar a oferta de unidades acessíveis.



AÇÕES

1. Executar obras públicas estruturantes nas diferentes regiões da cidade, com ênfase em regiões periféricas - destacando-se a construção do maior investimento da história em habitação social;
2. Priorizar a alocação de recursos de Projetos Urbanos, em execução ou desenvolvimento, em melhorias na mobilidade, infraestrutura de transportes e acesso aos sistemas coletivos de mobilidade;
3. Promover investimentos em transporte coletivo e mobilidade que privilegiem a conectividade entre áreas que concentram habitação e eixos de transporte coletivo das centralidades e sub-centralidades econômicas, dedicando especial atenção à maximização da oferta de espaços para a ativação de atividades econômicas formal nos territórios.



RESULTADOS ESPERADOS

Requalificação urbana, com a melhoria da infraestrutura e mobilidade, conectando áreas que concentram habitação e eixos de transporte coletivo, atração de comércio e aumento da ocupação de espaços públicos pela população, e maximização da oferta de espaços para a ativação de atividades econômicas formal nos territórios



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 12** - Prover 49.000 moradias de interesse social
- **Meta 13** - Beneficiar 27.000 famílias com urbanização em assentamentos precários
- **Meta 37** - Realizar 160 obras de recuperação ou reforço em pontes, viadutos ou túneis.
- **Meta 45** - Implantar corredores de ônibus no modelo BRT (Bus Rapid Transit) na Avenida Aricanduva e na Radial Leste.
- **Meta 48** - Implantar 50 quilômetros de faixas exclusivas de ônibus.
- **Meta 49** - Aumentar em 420 quilômetros a extensão de vias atendidas pelo sistema de ônibus.

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO III - DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO V - DA POLÍTICA E DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Agenda 2030

- **Meta 11.1** - Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível, e também aos serviços básicos; urbanizar os assentamentos precários, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade
- **Meta 11.2** - Até 2030, proporcionar o acesso para todos à sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços módicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas negras e de regiões periféricas, notadamente por meio da expansão do transporte público, de forma que 70% das viagens realizadas por veículos motorizados sejam em modos coletivos, e do transporte ativo, de forma que as viagens por bicicleta cheguem a pelo menos 3,2% do total.

Proposta 5.1.3

Garantir a logística, a mobilidade e a acessibilidade integradas para o conjunto da população do município de São Paulo, assegurando sua relação com o território local através de um eficiente sistema de redes de micro-acessibilidade que estimule o desenvolvimento local



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D1. Aperfeiçoar instrumentos e legislação urbanística e alavancar investimentos em obras públicas, infraestrutura e mobilidade



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A mobilidade se tornou um elemento central para as políticas de desenvolvimento econômico e ampliação dos postos de trabalho no conjunto do território urbano. No município de São Paulo as políticas públicas de transporte público de massa são decisivas. A melhoria das condições dos veículos de transporte público, maior diversidade na oferta, expansão das áreas atendidas, aprimoramento da gestão, traduzida principalmente em regularidade de horários e facilidades tarifárias, são aspectos decisivos para o desenvolvimento econômico de São Paulo e, sobretudo, para a garantir uma relação racional entre o município e a metrópole, e consequente redução das dificuldades de mobilidade no território enfrentados pela população nos seus deslocamentos diários, em função dos congestionamentos, escassez de oferta de transporte público e irregularidades do atendimento, sobretudo horários e tempos de percurso.



AÇÕES

1. Conduzir, junto ao governo do estado e governo federal, articulações e ações que solucionem os grandes desafios logísticos na metrópole, tais como o transporte de cargas, além da busca pela melhoria constante dos investimentos em transportes públicos sobre trilhos.
2. Fomentar a micromobilidade ativa (especialmente pedestre e bicicleta) e as estratégias de conexão e integração logística e de transporte de massa, com especial atenção à potencialização de seus impactos econômicos e sociais, e destaque para as melhorias de infraestrutura localizada (ciclofaixas, ciclovias, calçamento adequado, iluminação e segurança).



RESULTADOS ESPERADOS

Continua melhora nas condições de mobilidade e acessibilidade no sistema de transporte público de massa, tornando os deslocamentos diários mais confiáveis em termos de dispêndio de tempo e conforto nos trajetos



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 34** - Recuperar 20.000.000 de metros quadrados de vias públicas utilizando recapeamento, micro pavimentação e manutenção de pavimento rígido.
- **Meta 36** - Pavimentar 480.000 metros quadrados de vias sem asfalto.
- **Meta 38** - Ampliar a iluminação pública utilizando lâmpadas led em 300.000 pontos.
- **Meta 40** - Realizar a manutenção de 1.500.000 metros quadrados de calçadas.
- **Meta 41** - Implantar nove projetos de redesenho urbano para pedestres, com vistas à melhoria da caminhabilidade e segurança, em especial das pessoas com deficiência, idosos e crianças.
- **Meta 43** - Implantar 300 quilômetros de estruturas cicloviárias.

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO V - DA POLÍTICA E DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Proposta 5.2.1

Promover a ativação rápida e intensa de centralidades e ruas comerciais, em distintos setores e territórios, potencializando ganhos sócio-econômicos, especialmente nos territórios mais afetados pela crise econômica e social



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D2. Dinamizar a atividade econômica nas diversas regiões da cidade, levando em conta as vulnerabilidades, potencialidades e vocações regionais



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

A importância das centralidades e sub-centralidades reside na sua capacidade de atrair pessoas e atividades diversas de forma praticamente ininterrupta. Pessoas que não residem, mas trabalham ou frequentam esses espaços de aglomeração também se beneficiam de sua existência pelo acesso facilitado a uma gama maior de serviços e a uma ampliação do universo de convivência e de troca de experiências e ideias. O valor das centralidades reside, principalmente, no seu potencial difusor de conhecimento e ideias, na promoção do contato com novas realidades, na sua capacidade de, pela troca cotidiana de experiências, apresentar novos horizontes e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

Uma forma de incluir populações que residem em regiões de habitações precárias, carentes de equipamentos, serviços e, sobretudo, de oportunidades é aproximá-las de centralidades e subcentralidades. Projetos urbanos que visem constituir centralidades ancoradas na diversidade socioeconômica, cultural e de usos amplificam os impactos positivos para além de seus limites territoriais.



AÇÕES

1. Fortalecer a estratégia de revitalização e revalorização do Centro Histórico, reposicionando o território através do fortalecimento das atividades culturais, turísticas, comerciais e econômicas em geral; beneficiando-se de soluções já construídas e viabilizando novos marcos legais e programas necessários (Triângulo SP, Retrofit, Distrito Criativo etc)
2. Mapear subcentralidades que apresentem maiores densidades de empregos e estejam próximas às concentrações mais expressivas de habitação precária, dando prioridade à elaboração e implementação de projetos urbanos nestas áreas, com ênfase na melhoria da micromobilidade e microacessibilidade e no modelo de gestão da valorização imobiliária;
3. Identificar as principais atividades econômicas existentes nas subcentralidades, caracterizando os atributos de formação profissional requeridos de modo a investir na capacitação profissional dos moradores de áreas precárias próximas.



RESULTADOS ESPERADOS

Promoção do equilíbrio territorial com o desenvolvimento da rede de centralidades, através da redistribuição mais equilibrada das atividades econômicas no território e criação de centralidades econômicas em áreas de maior vulnerabilidade social



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Proposta 5.2.2

Promover e impulsionar as potencialidades e vocações econômicas da Cidade de São Paulo através da implementação de estratégias como os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico e Distritos Econômicos, que geram impactos profundos e estruturantes de médio prazo



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D2. Dinamizar a atividade econômica nas diversas regiões da cidade, levando em conta as vulnerabilidades, potencialidades e vocações regionais



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O desenvolvimento de projetos urbanos combinados com as leituras das vocações regionais e aplicação de estímulos econômicos, a partir da premissa da identificação de áreas prioritárias deverá facilitar o acesso da população a localidades nas quais serão induzidas uma maior dinâmica urbana e onde a troca de conhecimentos, experiências e ideias poderão se transformar em acesso a novas oportunidades. Isso envolve concentrar esforços e recursos financeiros - públicos e privados, visando a uma melhor distribuição territorial das oportunidades, além de promover a apropriação coletiva da valorização provocada pela intensificação do uso e ocupação do solo. Da mesma forma, a qualificação dos percursos que ligam as residências ao sistema viário estrutural dos bairros – que por sua vez alimentam os sistemas de transporte mais robustos, é fator da maior importância para ampliar os horizontes das populações das áreas mais carentes oferecendo a elas novas oportunidades de um convívio mais dinâmico, diverso e enriquecedor.



AÇÕES

1. Elaborar análises e propostas para de cada Polo Estratégico de Desenvolvimento Econômico, viabilizando programas para sua ativação e impulsionamento, não somente na equação de desafios de infraestrutura e oferta de serviços públicos, mas também associando seu potencial à estratégia de atração de investimentos;
2. Implementar uma política efetiva de ativação econômica territorial dirigida, com identificação pontual de setores e territórios que já apresentam potencialidades para implantação de Distritos Econômicos, tais como Distritos Criativos, Distritos Industriais e Distritos de Inovação.



RESULTADOS ESPERADOS

Desconcentração das oportunidades de trabalho e emprego, além do desenvolvimento da atividade econômica nesses territórios, obtidos como resultados da correta regulamentação dos Polos de Desenvolvimento, baseada em uma leitura compreensiva das vocações e potencialidades presentes no território.



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 56** - implantar quatro Distritos Criativos
- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Proposta 5.3.1

Fortalecer a estratégia de agentes de desenvolvimento local nas regiões periféricas, de forma integrada com serviços sociais, garantindo condições para a ativação da economia local, com aumento da riqueza nos territórios e redução das desigualdades.



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D3. Apoiar e fomentar as redes de desenvolvimento local e à ativação econômica descentralizada



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

Os agentes de desenvolvimento local executam função de acompanhamento dos indicadores, dos serviços e políticas, articulados aos agentes econômicos para especificar desenhos de implementação das políticas a partir das características locais.

Diante das distintas vocações econômicas que as regiões da cidade possuem, relacionadas tanto às preferências e necessidades locais das empresas, quanto em relação ao perfil de qualificação local, é importante concentrar esforços e recursos financeiros - públicos e privados - para promover a capacitação da rede de atores, objetivando a integração às atividades econômicas locais e a redução das desigualdades.



AÇÕES

1. Reestruturar as atribuições dos agentes de desenvolvimento local, incorporando a articulação entre demandas e necessidades de regiões mais vulneráveis, de modo a ampliar sua capacidade de atuação e presença de forma descentralizada nos territórios;
2. Capacitar e treinar os agentes de desenvolvimento local, apresentando dados e análises regionalizadas da economia paulistana, desenvolvendo conjuntamente ferramentas de análise quantitativa e qualitativa, eventuais ajustes nas políticas públicas e metodologias de acompanhamento das políticas;
3. Propor um conjunto de estratégias de ação econômica local, especificando prioridades em cada unidade de atuação, contemplando processos de escuta de atores econômicos, articulação de políticas de desenvolvimento local e programação e gestão dos espaços de trabalho compartilhados e demais espaços de atuação relacionados ao desenvolvimento local.



RESULTADOS ESPERADOS

Rede de agentes operando nos territórios da cidade, com planos de trabalho implementados e monitorados



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 57** - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda
- **Meta 58** - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Proposta 5.3.2

Promover melhor uso de espaços e equipamentos públicos periféricos para impulsionar a atividade econômica, como parte das estratégias de desenvolvimento local, inclusão produtiva, valorização de talentos e apoio ao empreendedorismo



AGENDA

5. Território



DIRETRIZ

D3. Apoiar e fomentar as redes de desenvolvimento local e à ativação econômica descentralizada



JUSTIFICATIVA E EVIDÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO

O custo dos espaços de trabalho para diferentes tipos de atividades econômicas é uma barreira para os negócios associados ao cooperativismo e ao empreendedorismo. A Prefeitura de São Paulo já desenvolve programa de coworkings públicos na cidade de São Paulo que fomentam a criação de redes locais de empreendedores. Dada a importância de locais de trabalhos acessíveis, o desafio é encontrar mecanismos para prover mais espaços físicos adequados, que são importantes para diferentes processos produtivos, locais de encontros, trocas, treinamentos, exposição e comercialização de produtos.



AÇÕES

1. Ampliar e integrar as redes de equipamentos e projetos públicos de impacto econômico (ex.: Fab Lab's, DigitLab's, Teia, CEDESP e CEUs), de modo a usar toda a rede municipal dos territórios mais vulneráveis para propagar conceitos de capacitação profissional e desenvolvimento de habilidades empreendedoras, acrescentando a essa estratégia a ativação econômica de equipamentos públicos de distintas Pastas, sempre que suas características de uso e o perfil de atividades o permitirem;
2. Implementar estratégias do urbanismo social, tais como os territórios educadores, viabilizando governança local para impulsionamento do desenvolvimento social nas comunidades e maximizando o uso estratégico dos ativos identificados nos territórios.



RESULTADOS ESPERADOS

Fortalecimento das redes locais de empreendedores por meio da criação de mecanismos que impulsionem a atividade econômica, como espaços de trabalho acessíveis, com consequente desenvolvimento local



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO

Programa de Metas

- **Meta 55** - implantar quatro estúdios criativos da juventude – Rede Daora
- **Meta 42** - implantar dez projetos de urbanismo social
- **Meta 58** - realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor

Plano Diretor Estratégico

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE

VERSÃO PRELIMINAR

CONSULTA PÚBLICA



Expediente

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO** **ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

Aline Cardoso

EQUIPE SMDET

Armando Junior

Júlia da Motta

Luis Fernando da Silva e Silva

João Paulo Greco

Mariana Barra

Felix Nestor Ofarrili Gomes

Eliandro Ramos

Fernando Eiras

Dante Rodrigues de Souza

Mariana Teixeira

Dayane de Souza da Silva

Fernanda Mota Cavalcante

Felipe da Silva Sousa

Carina Beje

Victor Queiroz de Mendonca

APOIO

Bruna Huszar

Thaís Martins Domingues

Helena Grundig

Silvia Cibele Aparecida da Silva

Pedro Domingues Antelmo

Vinicius Goes Nogueira de Sá



PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE

VERSÃO PRELIMINAR

CONSULTA PÚBLICA



Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

- Abdal, A., Macedo, C. C. F. de, Rossini, G. A. A., Gaspar, R. C., Abdal, A., Macedo, C. C. F. de, Rossini, G. A. A., & Gaspar, R. C. (2019). Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: Dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. *Cadernos Metrôpole*, 21(44), 145–168. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4407>
- AlphaBeta. (2016). *The economic impact of geospatial services: How consumers, businesses and society benefit from location-based information*. AlphaBeta strategy x economics.
- Azonni, C. R. (1986). *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. IPE-USP.
- Badie, B. (1995). *La fin des territoires: Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Fayard.
- Banco Mundial. (2020). *Doing Business 2020. Comparing Business Regulation in 190 Economies*. World Bank Publications.
- Bessa, V. (2014). Emprego e investimento na cidade de São Paulo: O papel do centro corporativo metropolitano. *1a Análise Seade*, 17, 1–23.
- Bessa, V., Munhoz, J. C., Wissenbach, T., Paula, A. de, Álvaro, C., Torres Freire, C., Kneip, S. A., & Wissenbach, T. (2012). Território e desenvolvimento econômico. In *Metamorfoses Paulistas* (p. 127–172). PMSF, Cebrap, Ed. Unesp, Imprensa Oficial.
- Cano, W. (1977). *Raízes da concentração industrial no Brasil*. Instituto de Economia.
- Cano, W. (2006). *A desconcentração espacial da indústria paulista*. Ministério da Integração Nacional.
- Cano, W. (2015). Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: A reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 35(3).
- Clark, G., & Moonen, T. (2014). *Munich: A globally fluent metropolitan economy*. Global Cities Initiative.
- Clark, G., Moonen, T., & Nunley, J. (2018). *Milan and Turin Competitiveness of Italy's great northern cities*. Urban Land Institute.
- Collantonio, A., Burdett, R., & Rode, P. (2013). *Transforming Urban Economies: Policy Lessons from European and Asian Cities*. Routledge.
- Costa, M. A. (Org.). (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. IPEA, PNUD, Fundação João Pinheiro.
- Duranton, G., Martin, P., & Mayer, T. (2008). *California Dreamin': The Feeble Case for Cluster Policies*. Center for Economic Policy Research.
- Duranton, G., & Puga, D. (2000). Diversity and Specialization in Cities: Why, Where and When Does it Matter? *Urban Studies*, 533–555.
- Egler, C. (2015). Referenciais básicos para uma metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul. In L. M. da F. Carleial, C. H. F. Mussi, & C. M. dos Santos (Orgs.), *Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul* (p. 47–90). IPEA, Iparides, CEPAL.
- Emplasa. (2011). *Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo*. Emplasa.
- Emplasa. (2019). *Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado—RMSP. Diagnóstico Final*. GESP. http://multimidia.pdui.sp.gov.br/rmsp/docs_pdui/rmsp_docs_pdui_0018_diagnostico_final.pdf
- Figueiredo, L., Honiden, T., & Schumann, A. (2018). Indicators for Resilient Cities. *OECD Regional Development Working Papers 2018/02*, 67.
- FIPE. (2019). *Relatório de acompanhamento: Oficinas participativas regionais sobre desenvolvimento econômico*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
- FIPE. (2020). *Bases estratégicas do plano municipal de desenvolvimento econômico. Produto 3 – relatório consolidado do estudo de tendências e vocações*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

- Florisson, R., & Mandl, I. (2018). Platform work: Types and implications for work and employment - Literature Review. *Working Paper WPEF18004*,. <https://www.eurofound.europa.eu/data/platform-economy/records/platform-work-types-and-implications-for-work-and-employment-literature-review>
- Freitas, J. B., & Araújo, J. M. P. (2014). Persiste a alta desigualdade de renda no Município de São Paulo. *In-formes Urbanos*, 7, 1–8.
- Frick, S. A., & Rodríguez-Pose, A. (2018). Change in urban concentration and economic growth. *World Development*, 105, 156–170. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.12.034>
- Friedman, T. L. (2006). *The world is flat, a brief history of the twenty-first century*. Farrar, Strauss and Giroux.
- Furtado, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. Nacional.
- Glazer, E. (2011). *Os centros urbanos: A maior invenção da humanidade*. Elsevier.
- Grostein, M. D. (2004). Periferias: Loteamentos ilegais e forma de crescimento. In C. M. Campos, L. H. Gama, & V. Sachetta (Orgs.), *São Paulo: Metrópole em trânsito: Percursos urbanos e culturais*. Senac São Paulo Editora.
- Hall, P. (1966). *The world cities*. Weidenfeld & Nicolson.
- Hirschmann, A. (1958). *The strategy of economic development*. Yale Univ.
- Hofmans, B. (Org.). (2014). *Urban Metabolism: Sustainable development of Rotterdam*. Mediacycenter Rotterdam.
- IBGE, Coordenação de Geografia. (1972). *Regiões de influência das cidades: 1972*. IBGE.
- IBGE, Coordenação de Geografia. (1987). *Regiões de influência das cidades: 1987*. IBGE.
- IBGE, Coordenação de Geografia. (1993). *Regiões de influência das cidades: 1993*. IBGE.
- IBGE, Coordenação de Geografia. (2008). *Regiões de influência das cidades: 2007*. IBGE.
- IBGE, Coordenação de Geografia. (2018). *Regiões de influência das cidades: 2018. Resultados Preliminares*. IBGE.
- Instituto Ekos Brasil, & Geolock consultoria e engenharia ambiental. (2012). *Relatório técnico de análise de 4 inventários de GEE municipais e alterações da metodologia do IPCC*. SVMA.
- Katz, B., & Bradley, J. (2013). *The Metropolitan Revolution. How Cities and Metros are fixing our broken politics and fragile economy*. Brookings Institution Press.
- Krugman, P. (1991b). *Geography and Trade*. Leuven University Press, MIT Press.
- Krugman, P. (1991). Increasing Returns and Economic Geography. *Journal of Political Economy*, 99(3), 483–499.
- Krugman, P. (1995). *Development, Geography and Economic Theory*. MIT Press.
- Kwon, K. (2015). The Evolution of the World City Network, 2006-2013: The Case of the Organizational Structures in Transnational Corporations. *GAWC Research Bulletin*, 449.
- Loomis, J., Koontz, S., & Miller, H. (2015). Valuing Geospatial Information: Using theContingent Valuation Method to Estimate theEconomic Benefits of Landsat Satellite Imagery. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*, 81(8), 647–656.
- LSE Cities. (2013). *Going Green: How cities are leading the next economy. A global survey and case studies of cities building the green economy*. LSE Library Services.
- Luque-Ayala, A., & Marvin, S. (2015). *Developing a critical understanding of smart urbanism?* 52 (12), 2105–2116.
- Mandl, I., & Biletta, I. (2018). *Overview of new forms of employment—2018 update*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. <https://www.eurofound.europa.eu/publications/customised-report/2018/overview-of-new-forms-of-employment-2018-update>

- Marques, E. C. L., Barbosa, R., & Prates, I. (2015). Transformações econômicas e grupos sociais. In E. C. L. Marques (Org.), *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços heterogeneidades e desigualdades*. Editora Unesp, CEM.
- Marshall, A. (1982). *Princípios de economia*. Abril Cultural.
- Medeiros, M., & Castro, F. A. de. (2018). A composição da renda no topo da distribuição: Evolução no Brasil entre 2006 e 2012, a partir de informações do Imposto de Renda. *Economia e Sociedade*, 27, 577–605.
- Mendes, G. F., & Campos, C. C. (Orgs.). (2015). *Federação e guerra fiscal* (Vol. 3). FGV Projetos, IDP.
- Merk, O. (2012). *Financing Green Urban Infrastructure*. OECD Publishing.
- Morgan, M. (2017). Falling Inequality beneath extreme and persistent concentration: New evidence for Brazil combining national accounts, survey and fiscal data 2001-2015. *World Inequalities Database Working Paper*, 12.
- Morse, R. (1970). *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. Difusão Europeia do Livro.
- Muro, M., & Katz, B. (2010). *The new 'cluster moment': How regional innovation clusters can foster the next economy*. Brookings Metropolitan Policy Program.
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and under-developed regions*. Gerald Duckworth & CO. LTD.
- Negri, B. (1996). *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Editora da Unicamp.
- Nowax, J., & Craglia, M. (2006). *Assessing the impacts of spatial data infrastructures: Report of international workshop on spatial data infrastructures' cost-benefit / return on investment*. Institute for Environment and Sustainability (Joint Research Centre).
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2019b). *Desigualdades digitais no espaço urbano [livro eletrônico]: Um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, NIC. B. (2019). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- ONU Habitat. (2016). *Nova Agenda Urbana: Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos humanos sustentáveis para todos*. Organização das Nações Unidas.
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU.
- Ottaviano, G., & Puga, D. (1998). Agglomeration in the global economy: A survey of the "New economic geography". *The World Economy*, 21, 707–731.
- Porter, M. (1998). Clusters and the New Economics of Competition. *Harvard Business Review*, November-December.
- Rodríguez-Pose, A., & Crescenzi, R. (2008). *Mountains in a flat world: Why proximity still matters for the location of economic activity* (Working Paper No 2008–09). Instituto Madrileño de Estudios Avanzados (IMDEA) Ciencias Sociales. <https://econpapers.repec.org/paper/imdwpaper/wp2008-09.htm>
- Sassen, S. (2001). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press.
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. Edipro.
- Science for Environment Policy. (2018). *Indicators for sustainable cities. In-depth Report 12. Produced for the European Commission DG Environment by the Science Communication Unit*. UWE.
- Scott, A. (2001). *Global city-regions: Trends, theory, policy*. Oxford University Press.
- Scott, B. (2016). *How can cryptocurrency and blockchain technology play a role in building social and solidarity finance?* (UNRISD Working Paper No 2016–1). United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). <http://hdl.handle.net/10419/148750>
- Silva, E. R. A. da. (2018). *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. IPEA.

SMIT. (2019). *Como simplificar e agilizar o processo de abertura de empresas? O caso do empreenda fácil*. Prefeitura de São Paulo.

Söderström, O., Paasche, T., & Klauser, F. (2014). Smart cities as corporate storytelling. *City*, 18(3), 1–25.

Souza, P. G. F. de. (2016). *A desigualdade vista do topo: A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Tese de Doutorado.

Tavares, M. da C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar Editores.

Thrift, N. (2014). The Promise of Urban Informatics: Some Speculations. *Environment and Planning A*, 46, 1263–1266.

Torres Freire, C., Abdal, A., & Bessa, V. (2012). Conhecimento e tecnologia: Atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva. In A. Comin, C. Torres Freire, S. A. Kneip, & T. Wissenbach (Orgs.), *Metamorfoses Paulistas: Atlas Geoeconômico da Cidade de São Paulo* (p. 27–64). PMSP, Cebrap, Ed. Unesp, Imprensa Oficial.

Torres, H. (2014). Sedes dos grandes grupos econômicos: Relevância para as metrópoles brasileiras. *1a Análise Seade*, 12, 1–22.

UK Cabinet Office. (2018). *An Initial Analysis of the Potential Geospatial Economic Opportunity*. UK Cabinet Office.

UNCTAD. (2019). *Digital Economy Report. 2019*. Nações Unidas.

Venables, A. J. (2010). Economic geography and African development. *Papers in Regional Science*, 89, 469–483.

Vieira, J. G. V., Carvalho, C. D., & Yoshizaki, H. T. Y. (2016). Atributos da distribuição de carga e indicadores de desempenho logístico: Pesquisa com empresas que atuam na região metropolitana de São Paulo. *Transportes*, 24(4), 10–21.

Waldvogel, B. C., Capassi, R., & Morais, L. C. C. (2018). Qual trajetória a população paulista seguirá no futuro? *SP Demográfico, Fundação Seade*.





VERSÃO PRELIMINAR
CONSULTA PÚBLICA







PLANO MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO** • PMDE

2022 a 2032

